

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

Thiago Zanetti de Barros

**POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA NO
JORNAL A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO
(1882/1889)**

Dissertação de Mestrado

Vitória- ES - 2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Thiago Zanetti de Barros

**POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA NO
JORNAL A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO
(1882/1889)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do PPGHIS/CCHN da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História Social das Relações Políticas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Márcia Barros Ferreira Rodrigues

Vitória, ES
2007

Thiago Zanetti de Barros

**POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA NO
JORNAL A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO
(1882/1889)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do PPGHIS/CCHN da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História Social das Relações Políticas.

Aprovada em ____ de _____ de 2007.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Márcia Barros Ferreira Rodrigues

Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco

Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. José Marques de Melo

Instituição: Universidade Metodista de São Paulo

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

B277p Barros, Thiago Zanetti de, 1978-
Política de imigração estrangeira no jornal A Província do Espírito Santo (1882/1889) / Thiago Zanetti de Barros. – 2007.
129 f. : il.

Orientadora: Márcia Barros Ferreira Rodrigues.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Migração - Espírito Santo (Estado) - 1882-1889. 2. Jornalismo - Espírito Santo (Estado) - 1882-1889. I. Rodrigues, Márcia Barros Ferreira. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

*“... procura educar o povo, apontando-
lhe o caminho que deve conduzir,
consciente e livre, ao bem estar, ao
progresso e a prosperidade...
contribuirá pelo engrandecimento do
Província do Espírito Santo, cuja
população, ávida de luz e entusiasmo
dos grandes melhoramentos, não vos
há de; certamente, recusar o apoio e
eficaz auxílio de que careceis para vos
manterdes nas primeiras linhas do
combate contra a ignorância, a rotina
e o obscurantismo”.*

Horta de Araújo
Deputado da Assembléia do Espírito Santo

*Carta falando sobre a imprensa, endereçada a
redação de A Província do Espírito Santo, datada
de 26 de março de 82. Extraído de A Província do
Espírito Santo de 29 de março de 1882:*

A Jesus, aos anjos e santos.

À Profa. Dra. Márcia Barros Ferreira Rodrigues por ter acolhido a pesquisa e por suas importantes palavras que conduziram o corpo dessa dissertação.

Ao Prof. Dr. Sebastião Pimental Franco por suas contundentes observações que nos ajudou a melhor configurar o trabalho e nos possibilitou um melhor aperfeiçoamento.

Ao Prof. Dr. José Marque de Melo pela incrível ajuda que prestou no final da escrita de minha dissertação.

Aos amigos quer torceram por mim.

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é identificar qual o foi tratamento dado pelo jornal *A Província do Espírito Santo* ao fenômeno da imigração estrangeira que estava em curso século XIX, e, por conseguinte a política dessa imigração travada no jornal. Através do método indiciário proposto por Ginzburg (1989), indiscriminadamente colhemos todo o material referente à imigração que encontramos no jornal. Nosso propósito foi colher todo o material sobre imigração (matérias, reportagens, notas, artigos, editoriais, relatórios de governo, avisos, etc.) não apenas aqueles que tratavam da imigração para Brasil e para o Espírito Santo, mas referente ao fenômeno imigrantista que estava ocorrendo para todos os cantos do mundo. Nosso período de análise inicia-se em 1882, data em que o jornal *A Província do Espírito Santo* surgiu no cenário da imprensa capixaba, e encerramos com o ano de 1889, data em que, como consequência da proclamação da República o jornal passa a se chamar Diário do Espírito Santo (e em seguida Estado do Espírito Santo). As maiores ondas imigratórias para o Brasil foram patrocinadas pelo governo a partir da segunda metade do século XIX, a maioria vem da Europa. O objetivo era trazer trabalhadores aptos a substituir os escravos na agricultura e a executar tarefas necessárias à industrialização e ao desenvolvimento econômico. O jornal *A Província do Espírito Santo*, editado em Vitória, e um dos jornais capixabas mais importantes da época, está no bojo desses acontecimentos e de suas páginas se travaram vários debates; aferir a discurso que esse jornal produziu acerca do fenômeno imigrantista e suas implicações é o objetivo central dessa pesquisa.

ABSTRACT

The main objective of this work is to check how the newspaper A Província do Espírito Santo has dealt with the phenomenon of immigration that happened during the 19th Century. And, therefore, the approach of such immigration handled in it. By using the clue method proposed by Ginzbur (1989), we, randomly, chose all the material regarding the immigration found in the newspaper (topics, reportings, notes, articles, editorials, governmental reports, etc.). Not only those regarding the immigration to Brazil and to Espírito Santo, but also those referring to the phenomenon of immigration that was taking place worldwide. Our analyses began in 1882, when A Província do Espírito Santo started its work in the capixaba printing press; and finished in 1889, when the newspaper had its name changed to Diário do Espírito Santo on account of the Brazilian Proclamation of the Republic (later on the State of Espírito Santo). The biggest immigration movements to Brazil were sponsored by the government. This sponsorship started during the second half of the 19th Century. Most of them being from Europe. The aim was to bring qualified workers to substitute the slaves that were engaged in agricultural work and to do the necessary tasks in industries and to the economic development. A Província do Espírito Santo, published in Vitória, is one of the most important newspapers of its time. It deals with several events and its pages feature various debates. The main goal of this study is to check the speech this newspaper published regarding the phenomenon of the immigration and its implications.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 IMIGRAÇÃO: A CONJUNTURA EUROPÉIA E BRASILEIRA ..	13
1.1 A imigração no Espírito Santo	18
CAPÍTULO 2 A IMPRENSA NO ESPÍRITO SANTO: UMA BREVE HISTORIOGRAFIA	25
2.1 O jornal A Província do Espírito Santo	30
2.2 A composição partidária do Império	38
2.3 Moniz Freire: o político o jornalista	44
2.4 Atuação jornalística numa província pacata	50
2.5 Jornalismo e a produção do real	59
2.6 Jornalismo e história: o jornal como fonte para as ciências humanas	61
CAPÍTULO 3 O DISCURSO DO JORNAL A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO ACERCA DA IMIGRAÇÃO	74
3.1 Uma visão geral acerca da imigração	78
3.2 Sociedade Central de Imigração e Sociedade Espírito Santense de Imigração	90
3.3 Pequena propriedade e imigração espontânea no jornal	95
3.4 Denúncias e defesas: uma cobertura jornalística conflitante	107
3.5 Críticas ao trabalhador capixaba e ao “trabalhador nacional”	113
3.6 Lavoura e escravidão: o debate abolicionista	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
BIBLIOGRAFIA	124
APÊNDICE	128

INTRODUÇÃO

No século XIX, a imprensa destaca-se como o único veículo de “comunicação de massa” em todo o mundo; como diz um correspondente de Londres para um jornal da Corte, que a imprensa “*é assim a principal, se não a única fonte de conhecimento das classes mais adiantadas e cultas*”¹. A imprensa já nasce como instrumento de manipulação e intervenção social. Nesse século o jornalismo foi predominantemente político. É também nesse século que ocorre um dos mais importantes acontecimentos da história do Espírito Santo e que foi um formidável fator de mudança social, econômica, política e cultural para o Estado: a imigração estrangeira. A iniciativa da imigração para o Espírito Santo deu-se em fins da fase colonial. Em 1813 teve início à imigração européia, com a vinda de trinta casais de açorianos, que se instalaram na vila de Viana². Gilda Rocha no seu livro “*Imigração Estrangeira no Espírito Santo 1847-1896*”, tipifica em três fases a imigração no Espírito Santo. A primeira fase de 1847 a 1881; a segunda fase de 1882 a 1887 e a terceira fase de 1888 a 1896. O nosso estudo, no entanto, vai se concentrar em toda a segunda fase, e os primeiros anos da terceira, isto é, o período que compreende os anos de 1882 a 1889. Na segunda fase da imigração, segundo Gilda Rocha, o corte nas subvenções oficiais para os imigrantes destinados aos núcleos coloniais fez declinar a entrada de estrangeiros no Espírito Santo. E segundo a autora, nos anos que antecedem o fim da escravidão, a grande lavoura local vivenciou a crise decorrente da falta de mão-de-obra, revelando o despreparo dos grandes proprietários frente à abolição da escravidão. Na terceira fase, de 1888 a 1896, pressionado pelos fazendeiros, o governo central passa então a projetar a formação de núcleos coloniais próximos às grandes lavouras com vistas a provê-las de mão-de-obra.

¹ **A Província do Espírito Santo**, edição de 8 de outubro de 1882.

² OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Espírito Santo**. 2ed. rev. e atual. Vitória: Americana, 1975, p. 257.

Nesse período a entrada de imigrantes foi muito mais expressiva do que nas fases anteriores³. Nosso período de análise inicia-se em 1882, data em que o jornal *A Província do Espírito Santo* surgiu no cenário da imprensa capixaba, fundado por José de Mello Carvalho Moniz Freire e Cleto Nunes Pereira; encerramos o estudo no ano de 1889, data em que, como consequência da Proclamação da República, o jornal passa a se chamar *Diário do Espírito Santo*, e em seguida *Estado do Espírito Santo*. Nossa proposta foi saber como o jornal *A Província do Espírito Santo* retratou as *políticas de imigração* em curso no período; incluem-se: as políticas do governo imperial e provincial. O fenômeno midiático é bem mais complexo do que diagnosticam. O funcionamento da mídia (no caso do século XIX: a imprensa, os periódicos) é embutido de contradições no seu interior, onde forças ideológicas lutam pela conquista da hegemonia no plano editorial. Tomando como ponto de partida as evidências que o material analisado nos ofereceu, que denotam o contexto e os atores da época, que são: um jornal de cunho liberal e um redator-chefe, Moniz Freire, que na condição de Governador do Estado do Espírito Santo entre 1892 a 1895 e 1900 a 1904 incentivou e promoveu amplamente a imigração estrangeira, partimos da seguinte hipótese: **será que o jornal A Província do Espírito Santo - único “meios de comunicação de massa” da época - teria exercido influência propagandística na esfera pública em defesa da importação da mão-de-obra européia para o Brasil?** Através do mapeamento e interpretação do paradigma indiciário proposto por Ginzburg⁴, nós indiscriminadamente colhemos todo o material que fazia referência à imigração; numa investigação minuciosa de *indícios, pista* sobre o fenômeno em questão. Colhemos todo o material sobre imigração que encontramos (matérias, reportagens, notas, artigos, editoriais,

³ ROCHA, Gilda. **Imigração estrangeira no Espírito Santo: 1847-1896**. Vitória: [s.n.], 2000, p. 10.

⁴ GINSBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**. São Paulo: Companhia da Letras, 1989.

relatórios, ofícios, cartas, etc.) – não apenas aqueles que tratavam da imigração para o Brasil e para o Espírito Santo, mas referente ao *fenômeno imigrantista que estava ocorrendo para todos os cantos do mundo*. Preocupamos-nos em analisar os principais aspectos que envolveram esta política imigrantista sejam as *políticas públicas, a política fiscal, a política de abolição, a política de terras, e a política social dos imigrantes*, bem como as políticas adotadas com relação à força de trabalho local (os trabalhadores nacionais), entre outros aspectos relevantes. A conclusão buscou identificar que posição tomou o jornal e como esse veículo retratou a política imigrantista, no âmbito das políticas adotadas no período. A questão a ser enfrentada diz respeito então aos relacionamentos historicamente existentes, qual foi o recorte da imprensa em relação às políticas de imigração praticadas nesse período pelos governos Central e Provincial. Somente numa análise detida sobre o jornal é que poderemos chegar a conclusões e esclarecimentos, das políticas imigrantistas travadas. Em linhas gerais podemos destacar quais eram as políticas governamentais sobre a imigração nessa época. As maiores ondas imigratórias para o Brasil foram patrocinadas pelo governo imperial a partir da segunda metade do século XIX, a maioria vem da Europa. O objetivo era trazer trabalhadores aptos a substituir os escravos na agricultura e a executar tarefas necessárias à industrialização e ao desenvolvimento econômico. O movimento cresce a partir das décadas de 1870 e 1880 e se estende até meados do século XX. O movimento imigratório se intensifica na segunda metade do século XIX com a expansão cafeeira na Região Sudeste do país e a escassez de escravos provocada pela abolição do tráfico em 1850. No Espírito Santo o governo vai seguir a estrutura vigente no país, mas o grande atrativo do Espírito Santo era o incentivo à *colonização*, estabelecendo o imigrante em *núcleos coloniais*. O jornal *A Província do Espírito Santo* ligado ao Partido Liberal e comandado por um homem público e com lugar na Câmara e

na Assembléia Provincial nos anos 80, Moniz Freire, está *inserido* nesse contexto, e de suas páginas emergem embates, opiniões, denúncias e críticas. *Este jornal noticiou o fenômeno da imigração que estava em curso nesse período, de suas páginas renderam debates que permeou o imaginário coletivo da época.*

CAPÍTULO 1 IMIGRAÇÃO: A CONJUNTURA EUROPÉIA E BRASILEIRA

Na Europa da segunda metade do século XIX, o aumento demográfico, as mudanças decorrentes da industrialização e os problemas causados pelas unificações italiana e alemã geraram milhares de deserdados que escolheu a América como destino.

O aumento de produtividade e a crescente mecanização da agricultura européia significam menor necessidade de mão-de-obra, exatamente num momento em que surgia um excedente de força de trabalho. Em virtude da falta de apoio governamental, a fome passou a ser uma séria ameaça às populações sem terra ou que possuíam terras limitadas. Na América, a terra era abundante e estava disponível. Entretanto, a mão-de-obra era escassa; portanto, cara⁵.

Finalmente, a possibilidade de obter terra era uma constante atração para todos os imigrantes. Com a terra tão barata – novamente em comparação com os padrões europeus – era grande a probabilidade de trabalhadores sem terra conseguirem suas próprias fazendas, muitas vezes num período de tempo muito curto após a chegada⁶.

A economia em expansão e a fronteira dos Estados Unidos ofereciam uma oportunidade extraordinária para a migração européia. Até 1880, essa migração – a chamada Velha Imigração – era constituída de composeses europeus e trabalhadores rurais da Irlanda, das Ilhas Britânicas e da Europa setentrional, que agora chegavam aos Estados Unidos em números extraordinários. Entre 1821 e 1880, cerca de 9,5 milhões de europeus – sobretudo irlandeses e alemães – desembarcaram nos Estados Unidos⁷.

⁵ KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das américas. In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina**. 2ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p. 15.

⁶ Idem, p. 16.

⁷ Idem, p. 21.

A Itália – exportadora insignificante de trabalhadores antes de 1880 – expulsou cerca de 7,7 milhões de trabalhadores entre 1881 e 1914⁸.

A política imigrantista era definida pelo governo imperial que aceitava a iniciativa dos presidentes da Província e cedia terras expressamente para a colônia a ser fundada. Segundo Seyferth, entraram em cena as companhias particulares de colonização – fórmula encontrada para diminuir as despesas do Estado com a demarcação das áreas coloniais e a instalação das colônias. Nessa transmissão de responsabilidade, o lote colonial encolheu para cerca de 48 hectares e, logo depois, para 25. Mas o passo definitivo para a consolidação de um sistema fundiário baseado na pequena propriedade familiar ocorreu com a promulgação da Lei n.º 601, em 1850, regulamentada pelo Decreto n.º 1318, de 1854. A Lei continha a principal recomendação do Visconde de Abrantes: o imigrante só podia ter acesso à terra por compra, acabando assim a concessão gratuita vigente na primeira fase. De fato, a Lei n.º 601 extinguiu o regime de posses e transformou as terras devolutas em mercadoria. O colono obtinha o lote por compra, a prazo, e o título definitivo de propriedade só pode ser requerido após a quitação da dívida. No caso das empresas colonizadoras particulares, o procedimento em relação aos colonos era o mesmo; o Estado concedia a área, e às empresas cabia realizar a demarcação e venda dos lotes, de acordo com a lei⁹.

É quase impossível desvincular imigração alemã e colonização: os alemães tiveram primazia como “colonos estrangeiros” na primeira metade do século XIX. Apesar da especificidade de cada período histórico e de cada colônia, as características mais gerais do complexo colonial são, praticamente, as mesmas, excluídas as diferenciações étnicas. No modelo de colonização instituído por lei e sob controle do

⁸ Idem, pp. 25-26.

⁹ SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América: a imigração...** op. cit., p. 279.

ministério competente, a única diferença significativa do período inicial (antes de 1850), já mencionada, diz respeito à forma de concessão da terra: os lotes eram maiores (até 75 hectares) e recebidos gratuitamente¹⁰.

Diferentemente de outras correntes imigratórias que se dirigiram para o Brasil, o grupo italiano, para a maioria de seus habitantes, chega a ser considerado “o imigrante”, tais as marcas deixadas por essa nacionalidade na cultura brasileira, sobretudo em estados como São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina [e Espírito Santo]. A explicação não é difícil e entre os motivos ressalta-se o numérico. De todos os grupos que se dirigiram para o País entre 1870 e 1920, os italianos com cerca de 1,4 milhões de indivíduos representavam 42% do total de imigrantes (3.330.188) que se dirigiram ao Brasil no mesmo período¹¹. (inclusão minha).

Segundo aponta Zuleika Alvim: “A política imigratória brasileira oscilou, desde a época joanina até os anos 80 do século passado [retrasado], entre o desejo de alguns liberais do Império em trazer pequenos proprietários com vistas ao povoamento das regiões sulinas, e com isso sustar a cobiça dos vizinhos platinos sobre a região, e o desejo dos grandes fazendeiros em manter uma política agrária calcada na grande propriedade e na agricultura de exportação. Neste último caso, para que isso se consolidasse, era imperativa a oferta de farta mão-de-obra, fosse ela alimentada pela entrada de escravos, como ocorreu até meados do século passado [retrasado], ou por imigrantes pobres, cujo destino seria substituir os negros nas plantações, sobretudo do café, e não o de se tornarem pequenos proprietários”¹². (inclusão minha)

O embate entre essas duas posições passou por outras justificativas, como o branqueamento da raça, a necessidade de forjar uma nação mais civilizada e de construir

¹⁰ Idem, p. 287.

¹¹ ALVIM, Zuleika Maria Forcione. O Brasil Italiano (1880-1920). In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América: a imigração...** op. cit., p. 383.

¹² Idem, pp. 383-384.

um país onde o binômio senhor/escravo fosse amenizado com a introdução de pequenos proprietários¹³.

Se houve um lado do governo imperial capaz de detectar a possibilidade de que a pequena propriedade transformasse o país em algo mais democrático, dentro do binômio senhor/escravo, havia sobretudo o lado dos fazendeiros interessados em perpetuar a grande propriedade e o comércio de exportação. Estes últimos não estavam nenhum pouco interessados na introdução de pequenos proprietários, mas, sim, na de imigrantes em larga escala que pudessem minorar a escassez de escravos, desenhada, a partir de 1850, com a proibição do tráfico negreiro¹⁴.

Mais fortes economicamente, mais organizados politicamente, não foi difícil aos grandes proprietários impor suas regras, e o exemplo mais bem acabado foi o de São Paulo. A partir dos anos 80 do século passado [retrasado], teve início, na província paulista, a introdução de imigrantes europeus com passagens pagas pelos fazendeiros e a obrigatoriedade de cumprirem um contrato de cinco anos, findos os quais deveriam ressarcir as despesas antecipadas. Claro que esse sistema limitava o desejo de imigração em larga escala, pois essas famílias deveriam dispor de algum capital para se manterem até a primeira colheita do café, que poderia, em se tratando de plantações novas, demorar até cinco anos. No início de 1881, os fazendeiros, politicamente bem situados na província, conseguiriam que o Governo arcasse com o pagamento de metade da passagem dos imigrantes; finalmente, pela Lei n.º 28, de março de 1884, que assumisse o traslado integral dos colonos e pequenos proprietários até os núcleos¹⁵.

Segundo Zuleica Alvim o período que vai de 1870 a 1885 pode ser considerado o último em que o Governo tentou trazer imigrantes para o Brasil com destino à

¹³ Idem, p. 384.

¹⁴ Idem, p. 384.

¹⁵ Idem, p. 385.

pequena propriedade. Esta prática teve início no período joanino e por meio dela o Rio Grande do Sul e o Espírito Santo receberam famílias de açorianos.¹⁶

Segundo Caio Prado a partir de 1870 o governo imperial vai adotar duas políticas de imigração. O processo de recrutamento de fixação do imigrante passou a ser dominado “imigração subvencionada” (o imigrante era destinado as grandes lavouras), e “colonização” ao primitivo sistema de localização dos imigrantes em pequenos núcleos coloniais¹⁷.

São Paulo passou a representar, como nenhuma outra região do Brasil, um refúgio certo para desvalidos de outros países. Ainda que não tenha sido a única força de atração para imigrantes, a lavoura cafeeira foi direta ou indiretamente a propulsora da vinda de 2,5 milhões de estrangeiros para o estado¹⁸.

A elite paulista, no entanto, não tinha interesse em estrangeiros para formar núcleos coloniais, prática até então incentivada pelo Governo imperial. Precisava apenas de mão-de-obra barata que substituísse o braço escravo. Diante dessa perspectiva, impunha-se uma política imigratória em larga escala e optou-se pela arregimentação subvencionada. Criada em 1886 pelos fazendeiros Martinho Prado, Nicolau de Souza Queirós e Rafael de Barros, a Sociedade Promotora de Imigração (SPI) passou a responder pela introdução de imigrantes no estado, por intermédio de agentes contratados para tal fim¹⁹.

O método era novo, já que os núcleos coloniais do Sul também haviam sido produto do trabalho dos arregimentadores. O agente mais importante da SPI, Caetano Pinto, já era conhecido pela introdução de italianos no Rio Grande do Sul e em Santa

¹⁶ Idem, p. 387.

¹⁷ PRADO, Caio Júnior. **História econômica do Brasil**. 22ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1979, pp. 188-189.

¹⁸ ALVIM, Zuleika Maria Forcione. O Brasil Italiano (1880-1920)... op. cit., p. 395.

¹⁹ Idem, p. 395.

Catarina; a novidade ficou por conta da expressão numérica alcançada pelos arregimentadores, bem como pela sua influência no destino dessas pessoas e no papel de conselheiros que assumiam, evidentemente sempre em benefício dos fazendeiros²⁰.

O Governo provincial assumiu o subsídio à imigração, e a SPI passou a pagar o valor da passagem diretamente às Companhias de Navegação, o que se tornou um negócio altamente rentável para essas, porque, quanto maior o número de arregimentados, maior era o lucro auferido. Além disso, em virtude do contrato estabelecido entre SPI e Caetano Pinto, este era autorizado a promover, em seus folhetos de propaganda, aos imigrantes potenciais passagem gratuita do porto de desembarque à localidade escolhida como destino, sementes, alimentos por mais de seis meses e ainda a esperança de se tornarem proprietários²¹.

Segundo Paula Beiguelman, o sistema do imigrantismo em grande escala, subvencionado pelos cofres públicos, alterava-se radicalmente o enfoque corrente da matéria. Enquanto as administrações provincial e nacional encaravam o problema em termos de uma concessão de auxílios pecuniários aos fazendeiros para a introdução de colonos, a nova lavoura, ao invés, passa a interpretar a imigração subvencionada como alicerce de um abundante mercado de trabalho estrangeiro, que caberia ao poderes públicos proporcionar²².

1.1 A imigração no Espírito Santo

Autores capixabas [Saletto (1996;1996); Rocha (2000); Catiglioni (1998); Bittencourt (1987); Oliveira (1975), entre outros] que tratam da imigração são unânimes em afirmar que a necessidade de mão-de-obra para a lavoura e o povoamento das terras

²⁰ Idem, p. 395.

²¹ Idem, p. 395.

²² BEIGUELMAN, Paula. **A crise do escravismo e a grande imigração**. São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 10.

virgens foram as principais causas da política de incentivo à imigração no Espírito Santo.

De acordo com o recenseamento de 1856, feito pelo Chefe de Polícia da Província, o Espírito Santo possuía 49.092 habitantes, sendo 36.823 livres e 12.269 escravos²³.

Esta população estava mal distribuída pela Província, que possuía várias extensões praticamente desabitadas, principalmente nas regiões montanhosas. A lavoura carecia de braços, sobretudo se levarmos em conta as leis restritivas à escravidão e, no final do século, a abolição, e também as baixas constantes de contingente de trabalhadores provocadas pelos surtos de febre amarela, varíola e cólera. O abastecimento da população com gêneros de primeira necessidade era um problema a exigir solução urgente, e apelos eram feitos de forma insistente pelos presidentes da Província, junto ao Governo Imperial. Devemos considerar, também, que a maior força de trabalho estava praticamente absorvida pela produção de café, açúcar, aguardente e farinha, nossos principais produtos naquela época. Havia portanto, necessidade premente de se fomentar uma produção agrícola mais diversificada que atendesse as necessidades da população²⁴.

Face a conjuntura econômica nacional, não só o País apresentava condições apropriadas à lavoura do café, também a crise brasileira de mão-de-obra contribuía para sua implantação em substituição à cana-de-açúcar (mais trabalhosa), que requeria mais braços e, por consequência, maior inversão de capitais²⁵.

²³ FRANCO, Sebastião Pimentel. Estrutura conjuntural do Espírito Santo na Época da Imigração Século XIX e início do Século XX. In: CASTICLIONI, Aurélia H. [et.al.]. **Imigração italiana no espírito santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: EDUFES., 1998, p. 28.

²⁴ Idem, p. 31.

²⁵ BITTENCOURT, Gabriel. **Café e modernização: o Espírito Santo no século XIX**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987, p. 28.

A partir da década de 1870, quando foi maior o incentivo à cafeicultura, pela constante chegada de imigrantes europeus, o Espírito Santo ainda contava com 70% de seu território em florestas virgens²⁶. Não faltavam escravos no Sul da Província e nem nas fazendas de café. No Espírito Santo a falta de escravos só acontecerá às vésperas da abolição. Os relatórios de presidentes de Província não reclamavam da falta de escravos, mas de cultivadores para o plantio do café. Sobre isso vai confirmar Pessanha Póvoa quando diz ainda em 1882, muitos anos antes da ameaça do total esvaziamento de negros nas lavouras:

“...a nossa lavoura, isto é, a desta província, ainda é pobre, e definha... a única causa não está na falta de braços.

O que mais concorre para o atraso, principalmente da lavoura; para a diminuição ou igual receita... é a rotina, a indolência, essa Hydra já descrita por Henrique Coutinho, o primeiro agrônomo espírito santense”²⁷.

De qualquer maneira, iniciou-se uma nova era para a agricultura capixaba. A província cujas rendas contavam essencialmente com a agricultura começou a registrar seus primeiros superávits orçamentários. Na segunda metade do século a “febre” da cafeicultura já deixava saldos positivos na economia capixaba: no exercício de 1869, por exemplo, a receita provincial chegava a 189:963\$767²⁸.

A quase inexistência de uma oferta interna efetiva de mão-de-obra livre tornaria a imigração a mais importante via para a solução destes problemas. Além do mais, existe uma incompatibilidade estrutural entre o capitalismo e as relações de produção escravagistas: a condição essencial para o desenvolvimento do capitalismo é que os

²⁶ RUSCHI, Augusto. “O café e o Estado do Espírito Santo”. In: *Boletim* do Museu de Biologia “Professor Mello Leitão”, n.º 42, 25-1-74. Apud BITTENCOURT, Gabriel. **Café e modernização...** op. cit., p. 29.

²⁷ **A PROVÍNCIA DE ESPÍRITO SANTO**, edição de 19 de maio de 1882. Notamos que as declarações do autor não condizem com a realidade capixaba da época visto que o café já estava em expansão.

²⁸ BITTENCOURT, Gabriel. **Café e modernização...** op. cit., p. 30.

trabalhadores, despojados de todos os meios de produção, possam oferecer livremente no mercado tudo que lhes resta: sua força de trabalho²⁹.

Notadamente, a partir da década de 1870, o governo passará a subvencionar a vinda de imigrantes, tanto em níveis do Poder Central como do Poder Provincial, apesar da oposição dos grupos latifundiários mais retrógrados, das regiões de cultura agrícola decadente³⁰.

Apesar da constituição montanhosa dos terrenos legados às colônias agrícolas no Espírito Santo, que geralmente repugnava ao trabalhador livre, principalmente estrangeiro, no pesado trabalho da cafeicultura, a província aproveitar-se-á largamente do plano nacional de importação de mão-de-obra européia, em substituição à escrava, que ensaiava a libertação³¹.

Os esforços definitivos à imigração no Espírito Santo, porém, se concretizam a partir de 1847. Deve-se a fundação da Colônia de Santa Isabel (163 prussianos), e se prolongará até o final do século³².

Em 27 de fevereiro de 1856 funda-se a colônia de Santa Leopoldina e, em maio do mesmo ano, a do Rio Novo. Esta, de caráter particular. De qualquer forma as colônias alemãs contaram com a simpatia e proteção do Imperador, que chegou até mesmo a visitá-las, em 1860³³.

Apesar da ampliação do quadro populacional do Espírito Santo, seu contingente de mão-de-obra apresentava-se, ainda, aquém das necessidades da agricultura regional, em 1870. Em toda a província contava-se apenas 82.131 habitantes, inclusive escravos,

²⁹ Idem, p. 31.

³⁰ Idem, p. 32.

³¹ Idem, p. 35.

³² DERENZI, Luiz Serafim. Os italianos no... op. cit., p. 33. Apud BITTENCOURT, Gabriel. **Café e modernização...** op. cit., p. 36.

³³ BITTENCOURT, Gabriel. **Café e modernização...** op. cit., p. 36.

22.695. Vitória, cuja população concentrava a maioria dos que se consideravam profissionais liberais e comerciantes, era seguida de perto por Cacheiro de Itapemirim, onde incidiam as grandes fazendas de café³⁴.

Por seu turno, a lei do “Ventre Livre”, de 28 de setembro de 1871, declarando livre os filhos de mulher escrava a partir dessa data, aliada à abolição do tráfico de africanos pela lei Euzébio de Queiroz, promulgada a 4 de setembro de 1850, equivalia à extinção lenta e gradual do regime escravocrata. A redução da mão-de-obra escrava, que durante quase três décadas deixará de ser alimentada pelo tráfico de negros, tornara premente o problema de braços para a lavoura³⁵. No entanto, no Espírito Santo houve resistência em por fim à escravidão.

Em tal conjuntura, não foi tarefa fácil para o Governo conseguir acabar com o tráfico de africanos e fazer cumprir a Lei n.º 581 de 4 de setembro de 1850, em lugares distantes e atrasados, como a Província do Espírito Santo³⁶.

Além do mais, nas grandes propriedades cafeicultoras, quando se tentou combinar trabalhadores livres com escravos, logo se verificou sua impraticabilidade. Em matéria de “colonização e mão-de-obra européias”, portanto, tornou-se o Governo Imperial favorável à fundação de núcleos. Isto é, promovendo a medição e demarcação de terras públicas para vendê-las, em pequenos lotes, aos colonos imigrantes³⁷.

Essa disposição do Governo Central coincidia com a capital necessidade de povoamento agrícola e a conseqüente geração de rendas. Além do mais, as colônias agrícolas não chegaram a ferir o interesse dos grandes senhores de terra do sul da

³⁴ Idem, p. 37.

³⁵ BITTENCOURT, Gabriel. **Café e modernização...** op. cit., p. 39.

³⁶ ALMADA, Vilma Paraíso F. **Escravidão e transição...** op. cit., p. 109.

³⁷ ARQUIVO NACIONAL – Rio de Janeiro. A emigração, código n.º 807 (Seção de Arquivos Particulares). S/d. Apud BITTENCOURT, Gabriel. **Café e modernização...** op. cit., p. 39.

província, na medida em que as terras deixadas para tal fim encontravam-se no território acidentado do interior, longe da área de interesse da elite cafeeira³⁸.

Na década de 1870, o Brasil necessitava de uma imigração em massa, mas a Alemanha, país que até então fornecera os grandes contingentes de emigrantes, promulgara o Decreto Von Heyt, que proibia a concessão de privilégios às companhias de navegação que transportavam os emigrantes para o Brasil. A vista de tais dificuldades, o interesse brasileiro voltou-se para o Império Austríaco, região contígua à Alemanha, de língua e tradição germânicas. Daí o contrato com Pietro Tabachi, a 31 de maio de 1872, firmado com o Ministério da Agricultura, para a introdução de colonos austríacos³⁹.

A introdução do imigrante no Espírito Santo não se fez sem choques, sobretudo nas colônias agrícolas. Aqui o governo lhe concedia transporte gratuito, pousada provisória na Capital e nas sedes das colônias e, principalmente, o lote de terra (mais ou menos 30 ha) a título de venda, com prazo de pagamento por cinco anos. O governo fornecia-lhe, ainda, meios de subsistência nos primeiros seis meses e alguns instrumentos considerados indispensáveis à lavoura, a serem pagos na mesma forma da quitação dos lotes⁴⁰.

No Espírito Santo a falta de grandes lavouras, concentrando-se em maiores proporções apenas na parte Sul, na região de Cachoeiro de Itapemirim – não imporá resistência à criação de núcleos de pequenas propriedades. Segundo Caio Prado o sistema de “colonização” terá mais sucesso no Extremo-Sul do país (Rio Grande, Santa Catarina, Paraná), e em **maiores proporções** no Espírito Santo, “... *longe nestes casos*

³⁸ BITTENCOURT, Gabriel. **Café e modernização...** op. cit., p. 39.

³⁹ GNERRE, Macrizio, “Os italianos do Espírito Santo de qual Itália emigraram?”. In: *Revista de Cultura UFES*, a. I n. II – jan./jun. 1979. Universidade Federal do Espírito Santo, 1º semestre, 1979, p. 21-31. Apud BITTENCOURT, Gabriel. **Café e modernização...** op. cit., p. 49.

⁴⁰ BITTENCOURT, Gabriel. **Café e modernização...** op. cit., p. 51.

da ação perturbadora e absorvente da grande lavoura...” (grifo meu). Encontrará aí o interesse e estímulo dos governos locais das províncias, que procurarão solucionar com ele o problema de seus territórios quase desertos, e fomentar com o povoamento as atividades econômicas e as rendas públicas⁴¹. Segundo José de Souza Martins citado por Rocha: “*O fornecimento de mão-de-obra livre à grande lavoura vinculou-se a uma política de colonização*”⁴².

⁴¹ PRADO, Caio Júnior. **História econômica do...** op. cit.. p. 189-190.

⁴² MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1973, p. 55. Apud ROCHA, Gilda. **Imigração estrangeira no Espírito Santo: 1847-1896**. Vitória: [s.n.], 2000, p. 24.

CAPÍTULO 2 A IMPRENSA NO ESPÍRITO SANTO: UMA BREVE HISTORIOGRAFIA

O Espírito Santo, segundo Basílio de Carvalho Daemon, escrevendo em 1879 (*Província do Espírito Santo*), só passou a contar com a imprensa 32 anos após a criação da Imprensa Régia e da *Gazeta do Rio de Janeiro*⁴³.

Chegou em 1840, à Vitória, a primeira tipografia, mandada buscar por Ayres de Albuquerque Tovar, alferes do exército, para publicar um jornal, inserindo os atos do Governo, na administração do presidente Dr. João Lopes da Silva Coito. Cumprindo o disposto na lei provincial n.º 6, de 3 de março de 1835, fez Tovar o contrato, obrigando-se a publicar um jornal bi-semanal, incluindo as ordens e ofícios da administração pública, compreendendo as portarias e correspondência do Governo com as autoridades da província, e o que necessário fosse. Esse contrato era por tempo de dez anos, visto a citada lei considerar a matéria privilégio; por uma da cláusula do mesmo contrato, obrigava-se o contratante a fornecer ao Governo, 120 exemplares de cada tiragem ou edição da folha. Em cumprimento do ajuste celebrado com o Governo, saiu publicado o periódico oficial, com o título *Estafeta* por esforços do diretor da folha, que era José Marcellino Pereira de Vasconcellos; não passaria da primeira edição. Ignora-se a data do aparecimento do *Estafeta*; sabe-se apenas que saiu o primeiro número pessimamente impresso⁴⁴. Com o falecimento de Vieira Tovar, somente em 1848, é que sua família transferiu o prelo a Pedro Antônio de Azeredo.

Em 17 de janeiro de 1849, surgiu o primeiro número do *Correio da Victória*, de Pedro Azeredo, que, por contrato celebrado com o Governo, obrigou-se a dar duas folhas por semana, em formato pequeno, em papel ordinário, recebendo de cada número

⁴³ BITTENCOURT, Gabriel. **Historiografia capixaba e imprensa no Espírito Santo**. Vitória: Edit, 1998, p. 69.

⁴⁴ CLAUDIO, Affonso. **História da Literatura...** op. cit., pp. 530-531.

que saísse, a quantia de 10\$000 (dez mil réis) por tiragem. Nestas condições, o *Correio de Vitória* sobreviveria por 24 anos, sendo o contrato de Azeredo transferido, inicialmente, a José Francisco Pinto Ribeiro e, posteriormente, ocorrido o falecimento daquele, a Jacinto Escobar de Araújo, que deu continuidade à publicação semanal. Segundo Amâncio Filho (pseudônimo de Heráclito Amâncio Pereira) era uma folha política, literária e noticiosa. Inicialmente, de tiragem bissemanal, até quando, em 13 de janeiro de 1872, começou a circular três vezes por semana. Defendia a política conservadora e declarou explicitamente, na quarto ano de sua existência, que mantinha o “dogma político – Monarquia Constituição e liberdade”. No entanto, mesmo comprometido com o governo, não impediu, no ano de sua fundação, a publicação de artigo em que eram atacados atos da Assembléia Legislativa Provincial. O que lhe valeu uma tentativa de apreensão da edição por determinação governamental. Razão pela qual declarou seu editor não mais aceitar matérias “contendo ofensas ou que pudessem gerar polêmicas”, a partir daí. Mesmo assim, em 1850, deixou o governo de cumprir o contrato, não fixando na Lei Orçamentária importância suficiente para o pagamento do subsídio. “Má vontade”, que continuou no ano seguinte, quando o *Correio da Vitória* deixou de publicar os atos oficiais do governo e, ainda, conforme editorial intitulado “Nossa Missão na Imprensa”, de 3 de julho de 1852, “proclamou sua independência” e passou a franquear suas colunas a todo tipo de publicação⁴⁵.

Gabriel Bittencourt destaca que a coleção do *Correio da Vitória* é uma preciosa fonte para a memória capixaba e historiografia regional, embora o noticiário local seja resumido e enxertado de notícias da Corte. Os anúncios eram poucos, geralmente versavam sobre escravos fugidos, e o comércio pouco se utilizava do periódico como veículo de propaganda. Uma de suas seções mais concorridas era a que estampava o

⁴⁵ CLAUDIO, Affonso. **História da Literatura...** op. cit., pp. 529-556 passim; BITTENCOURT, Gabriel. **Historiografia capixaba e imprensa...** op. cit., pp. 69-80 passim.

movimento dos navios no Porto de Vitória. O tema navegação, aliás, era o de maior destaque na sua linha editorial, batendo-se o jornal, com destaque, por uma política de navegação regular para o Espírito Santo, primando pela escala dos vapores em Vitória e pela implantação de um farol na barra de seu porto (o que, posteriormente, ficou concretizado, em 1870, com a inauguração do Farol Santa Luzia). Mantinha correspondente no Rio de Janeiro e deu início, a partir de 1856, à publicação de memórias, textos históricos e crônicas. Foi, talvez, o primeiro no Espírito Santo a publicar, em folhetim, um ensaio sob o título ‘A Semana’ (n.º 10, set. de 1859)⁴⁶.

Segundo Afonso Cláudio, a imprensa verdadeiramente independente, sem ligações com o Governo ou com agremiações partidárias, foi inaugurado em 17 de dezembro de 1853, com o periódico *A Regeneração* redigida pelo professor Manoel Ferreira das Neves⁴⁷. Era um jornal de caráter literário; por isso mesmo durou pouco, extinguindo-se em 1855. Ferreira Neves, depois de terríveis lutas políticas, retirou-se para o Rio de Janeiro, onde fundou dois colégios, entregando-se de todo ao magistério⁴⁸.

Segundo Afonso Cláudio, a imprensa política fez sua estréia na província, a 17 de julho de 1856, com a publicação de *O Capixaba*, seguido de *O Semanário*, fundado por Pereira de Vasconcellos, em 2 de janeiro de 1857⁴⁹. Dois anos depois foi a vez do *Aurora*, cuja primeira edição estampa data de 19 agosto de 1859⁵⁰ (fundada e redigida pelo Dr. Joaquim dos Santos Neves).

Como mostra Afonso Cláudio, em 1860, é que se acentuam os movimentos conscientes da imprensa partidária na província, influenciados pela crise em que se

⁴⁶ BITTENCOURT, Gabriel. **Historiografia capixaba e imprensa...** op. cit., p 71.

⁴⁷ CLAUDIO, Affonso. **História da Literatura...** op. cit., p. 531.

⁴⁸ Idem, p. 532.

⁴⁹ Idem, p. 532.

⁵⁰ BITTENCOURT, Gabriel. **Historiografia capixaba...** op. cit., p. 72.

achavam conservadores e liberais em todo o império, crise que terminou com a deslocação de diversos homens eminentes de um partido para outro contrário, como foi o caso de Zacarias de Vasconcellos e do Visconde do Rio Branco⁵¹. No período seguinte, quase todos os impressos surgidos estão marcados por linha política de atuação, ora defendendo candidaturas, ora atacando-as. Nessa direção tomada pela imprensa local podemos destacar *A Liga*, *O Indagador*, *O Marimbondo*, *O Provinciano*, *O Pica-pau* (que trazia no bico uma vespa, que representava *O Marimbondo*), e *O Periódico dos Pobres*. Todos do ano de 1860, e de efêmera duração⁵². Foi a época das polêmicas insidiosas e das retaliações partidárias extremadas, apenas suavizadas pelas sátiras espirituosas de *Baptista Pires* e pelas crônicas humorísticas de *Ferreira das Neves*⁵³. O antagonismo político estampado em suas folhas refletia, ainda, os conflitos políticos da conturbada década de 1830, que ficou marcada pela abdicação de D. Pedro (7 de abril de 1831), pelo Ato Adicional de 1834, pelas lutas separatistas que culminaram com a proclamação da **República Juliana** em 1839 (Santa Catarina), querelas que deram origem ao bipartidarismo liberal e conservador. Partidos que se alternarão no poder até o fim do regime monárquico, e que irão monopolizar a discussão política na imprensa durante muito tempo⁵⁴.

Em 1861, as duas correntes políticas são continuadas e alentadas com a aparecimento dos novos jornais: *União Capixaba*, *O Clarim*, *O Desaprovador e o Tempo*. Em 1863 temos, *A Borboleta*, *O Amigo do Povo*, *Liberal*, *O Monarquista*. Em 1864 surge o *Jornal de Vitória*, defendia as idéias liberais e só deixou de circular em 1869, por insuficiente número de assinantes; seu redator era o engenheiro M. Feliciano Moniz Freire. Liberais também foram *O Cidadão* (1868), *A Voz do Povo* (1868), *A*

⁵¹ CLAUDIO, Affonso, **História da Literatura...** op. cit., p. 534.

⁵² BITTENCOURT, Gabriel. **Historiografia capixaba...** op. cit., p. 72.

⁵³ CLAUDIO, Affonso, **História da Literatura...** op. cit., p. 532.

⁵⁴ BITTENCOURT, Gabriel. **Historiografia capixaba...** op. cit., p. 72.

União (1873) e *Opinião Liberal* (1876), entre outros. O Partido Conservador apoiou-se, sobretudo, em *O Espírito Santense* (1870 a 1888), fundado e redigido por José Marcellino Pereira de Vasconcelos; ou em *A Folha de Vitória* (1883 a 1890), fundado por Aristides Braziliiano de Barcelos Freire. Todos eram publicados na capital da Província⁵⁵.

Em Anchieta, publicava-se *A Tribuna* (1889), sob a direção de José Horácio Costa; em Cachoeiro de Itapemirim, editavam-se *O Cachoeirano* (1877), fundada por Luiz de Loiola e Silva⁵⁶; esse último tornou-se a maior expressão da imprensa no sul da província; seu redator e fundador, declarou “imparcialidade eqüidistante” dos dois partidos políticos que monopolizavam o debate político. A partir de 1881 adotou uma linha abolicionista, mas moderada e, em julho de 1888, desde a edição n.º 31, sob a redação de Antônio Aguirre e Bernardo Horta, ferrenhos republicanos, tornou-se órgão propagandista do regime⁵⁷. O primeiro periódico publicado no interior da Província foi, no entanto, *O Itabira*, cuja edição inaugural data de 1º de julho de 1866, em Cachoeiro de Itapemirim, fundado por Basílio Carvalho Daemon, que, deixando o Rio de Janeiro ainda muito moço, optou por se instalar na *Terra do Ibabira*, fundando o jornal homônimo. *O Itabira*, embora estampasse a proposta de jornal “literário, agrícola, comercial e noticioso”, comprometendo-se a não enveredar pelos caminhos “dos artigos anônimos, críticas às vidas privadas, política, vingança parciais”, tendo no seu redator um adepto da política conservadora, terminou por sustentar violento embate político que redundou na suspensão da publicação e sua substituição por outro periódico, o *Estandarte* (1868)⁵⁸.

⁵⁵ CLAUDIO, Affonso. **História da Literatura...** op. cit., pp. 534; BITTENCOURT, Gabriel. **Historiografia capixaba e imprensa...** op. cit., pp. 72-73.

⁵⁶ OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Espírito Santo...** op. cit., pp. 396-397.

⁵⁷ BITTENCOURT, Gabriel. **Historiografia capixaba...** op. cit., p. 74.

⁵⁸ Idem, pp. 73-74.

2.1 O jornal A Província do Espírito Santo

O jornal *A Província do Espírito Santo* foi fundado em 15 de março de 1882 por José de Mello Carvalho Moniz Freire⁵⁹ e Cleto Nunes Pereira. Com o advento da República, passou a denominar-se, *Diário do Espírito Santo*, em 1889, e *Estado do Espírito Santo*, em 1890. Sua atuação jornalística foi reconhecida pela imprensa de todo o país.

O jornal era produzido na Tipografia da Província do Espírito Santo, localizada na Rua do Comércio, número 31, conforme mostrava os anúncios que apareciam com constância.

Um comportamento interessante era notado no jornalismo de *A Província*, seus editoriais muito bem escritos procuravam desnudar qualquer fato, seus comentários eram implacáveis e diretos, era um jornalismo que buscava a origem do problema e não meramente retratá-lo.

O que chama a atenção no jornal, na primeira página, são os títulos com letras grandes, seguidos dos subtítulos. Logo abaixo do nome do jornal vinham os nomes dos editores: Moniz Freire e Cleto Nunes. No subtítulo, na edição do ano de 1882, o jornal estampava a frase: “*Folha consagrada aos interesses provinciais, filiada a escola liberal*”. Seu principal redator Moniz Freire foi membro do Club Liberal Acadêmico de São Paulo durante o período em que era acadêmico de Direito.

O jornal não poupava críticas e ataques ao principal partido adversário, o Partido Conservador, e num editorial de 30 de junho de 1882 versando sobre “*Eleição Municipal*”, o jornal *A Província* levanta sua bandeira liberal no sentido de convencer o povo a votar em candidatos do Partido Liberal:

⁵⁹ Sobre a vida de Moniz Freire dedicamos um subitem a parte nesse trabalho: 2.3 Moniz Freire: o político o jornalista p. 44.

“(...) Mas, partido algum, dos que atualmente militam com as nossas instituições, está mais apto para amalgamar os princípios regeneradores do que o partido liberal; tem sido ele o protagonista de nossas mais belas tradições políticas, tem obedecido a corrente de todos os progressos, e é disciplinado á uma bandeira majestosa, cujas idéias são as mais elevadas aspirações para operar uma renovação em nosso meio social.

O partido conservador é pelas lições de seu passado, pela natureza dos princípios que formam o seu código de crença, um partido retrogrado.

(...) Não avençamos um paradoxo. Há mais de quatro anos que eles foram apeiados da direção do Estado; e quem já os viu proclamar a necessidade de uma reforma, demonstrar a sua capacidade para reassumir o poder?

Entretanto o partido liberal pouco tempo após sua queda em 1868 já tinha feio a convergência de opinião pública em nome da reforma eleitoral pela eleição direta tinha atraído as simpatias da nação, tinha-se tornado o predileto do povo; e se a Corte mais tarde, não obstante a Câmara quase unânime dos adversários, institui-os com sua confiança, foi devido ao reclamos gerais da nação que apontava os liberais com um interesse ardente.

O partido liberal deve ainda uma vez amanhã apressurar-se (sic) a dar combate aos seus adversários e ganhar no Victória, tanto mais adversários e no victória, tanto gloriosa quanto todos têm hoje a certeza do que o poder público não intervém nos pleitos”⁶⁰.

O conteúdo mais importante aos leitores do jornal era mesmo a publicação das sessões da Assembléia Provincial. É de lá que emergiam os assuntos relevantes para os habitantes da Província. O cidadão conhecia de perto o seu candidato e acompanhava os rumos das decisões políticas.

Segundo Serafim Derenzi, Cleto Nunes Pereira nasceu em Vitória a 3 de maio de 1856. Foi deputado de 1878 a 1891, Conselheiro Municipal, Senador em 1898, e jornalista combativo. Faleceu em Friburgo a 11 de abril de 1908. Membro de uma das mais antigas famílias capixabas. Os Nunes Pereira foram sesmeiros ricos do vale do Santa Maria. Cleto Nunes deixou numerosa e ilustre família. A Prefeitura perpetuou-lhe o nome numa Avenida no Parque Moscoso, bairro que ele, como Presidente do Conselho Municipal, mandou arruar⁶¹.

⁶⁰ **A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO**, edição de 30 de junho de 1882.

⁶¹ DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma ilha**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965, p. 166, nota 6.

No primeiro ano de sua existência (1882), as dimensões do jornal eram de 320x480 mm (formato *Standard*) e saía três vezes na semana, às quartas-feiras, sextas, e domingos. Em 1º de janeiro de 1883 passou por duas transformações, diminuiu seu tamanho para 253x415 mm (formato tablóide) e passou a ser publicado diariamente. Segundo Marcelo Antônio S. Basílio, foi o primeiro jornal a se tornar diário na imprensa capixaba⁶².

Para a publicação de anúncios e demais publicações o interessado deveria se dirigir até as três horas da tarde da véspera de circulação do jornal, à Padaria Nacional, localizada na Rua Duque de Caxias n.º 37.

O jornal tinha quatro páginas de cinco colunas cada uma, no sentido vertical, o que obrigava o leitor a iniciar a leitura lá em cima, percorrer toda a coluna até em baixo, e continuar a leitura na outra coluna, o que dificultava a leitura, tornando-a cansativa.

No interior do jornal, na parte inferior, havia uma seção que tanto podia ser usada para divulgar um livro apresentado em partes ou uma série de artigos de autoria de um mesmo autor. Nos jornais que analisamos, foi publicado em capítulos o livro “*Madame Bovary*” de Gustavo Flaubert. Numa sociedade como a de Vitória, que reclamava a falta de agitação social característica de grandes centros urbanos, tinha-se na leitura dos clássicos da literatura uma alternativa de entretenimento. Embora restringida a poucos, sendo que a maioria da população era analfabeta ou de pouca escolaridade. A leitura dos gêneros literários (folhetins) do século XIX era a novela televisiva do século XX. O objetivo era entreter o grande público. E conseguia.

Sua tiragem no ano da fundação, 1882, era de cerca de 1000 exemplares, e chegou ao número máximo de 1600 exemplares em 1889.

⁶² BASÍLIO, Marcello Antônio de Souza. **A Vida e Obra de Moniz Freire**. Vitória: [s.n], 1961, p. 16.

Segundo Heráclito Amâncio Pereira, a primeira Marinoni⁶³ que houve na província, era da tipografia de *A Província*, a qual foi montada por Alfredo Ramos, sendo que no dia da inauguração o impulso para a impressão fora dado pelo dr. Azambuja Meirelles⁶⁴.

No primeiro ano, a última página era destinada à publicidade, divulgação de avisos e vários anúncios. Anúncio de medicamentos era um dos que mais apareciam. Nessa última página apareciam muitos anúncios das companhias de navegação que faziam as viagens da Europa para o Brasil, a propaganda do vapor *Maria Pia*, era o que mais aparecia.

Em 1883, a primeira página também vai ser usada para estampar publicidade e avisos, e por alguns anos nenhuma notícia será colocada ali, passando a ocupar as páginas dois e três.

Uma das seções que nos chamou atenção foi a intitulada “Factos e Boatos”. Essa seção era de variedades e de interação com a comunidade de leitores. Publicava reclamações de moradores em relação a serviços públicos básicos. Pedidos de construção de estradas, em vilas e fazendas, e de utilidade pública em geral, eram o que mais aparecia. Também encontramos nessa seção notícias policiais, notas informando a movimentação no porto da capital, Vitória, e notícias de entretenimentos, informando as opções de lazer na cidade.

A seção “Crônica dos Jornais” fazia um resumo daquilo que os jornais da capital haviam publicado na edição anterior – segundo *A Província*, essa idéia de fazer resenhas

⁶³ Hippolyte Marinoni (1823-1904), mecânico e tipógrafo francês, de origem italiana, inventa a rotativa, máquina que vai revolucionar o processo de impressão, ao imprimir 10.000 exemplares/hora e necessitando apenas de três operários. Uma das primeiras rotativas de Marinoni foi instalada em 1866 no jornal "Libertè", dirigido por Emile de Girardin. No mesmo ano, "Le petit journal" começa a ser impresso também numa Marinoni. Disponível em: <<http://www.imultimedia.pt/museuvirtpress/port/hist/1800/1800.html>>. Acesso em 1 set. 2006.

⁶⁴ PEREIRA, Heráclito Amâncio. A imprensa no Espírito Santo. **Revista de Cultura** Ufes. Vitória, ano 1, n.º 2, 1979, Edição Especial, p. 74.

foi uma inovação introduzida por ela no jornalismo capixaba. O editorial dos jornais concorrentes era o objeto principal das suas críticas. Os diários comumente analisados nessa seção eram *O Espírito Santense*⁶⁵ e *O Horizonte*⁶⁶, ambos publicados na capital. O primeiro era o mais visado.

É interessante destacar que os títulos das matérias eram *títulos-rótulos* (expressão usada pelos historiadores do jornalismo norte-americano), que dava pouca, ou quase nenhuma idéia da notícia. Podemos dizer que era uma forma rudimentar dos atuais títulos. Algumas seções eram fixas, no entanto poderiam ser suprimidas em determina edição, ou criadas outras.

O jornal mantinha correspondentes no Rio de Janeiro, São Paulo, Paris e nos municípios da Província. Entre seus colaboradores destacam-se políticos, como Dr. Affonso Cláudio e figuras eminentes como Dr. José Joaquim Pessanha Póvoa.

O bacharel José Joaquim Pessanha Póvoa (nascido em São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro, em 15 de abril de 1836, e tendo falecido em Vitória-ES, em 17 de setembro de 1904) foi uma figura proeminente na imprensa do Espírito Santo, atuando em vários jornais da época. Foi redator e proprietário do jornal liberal “*Gazeta da Victoria*” (que a partir de janeiro de 1879 também começou a ser de propriedade de Cleto Nunes. A “*Gazeta de Victoria*” surgiu em 24 de janeiro de 1878 em substituição à “*Gazeta do Commercio*”. Em março de 1882 suspendeu a publicação. Póvoa num artigo publicado em *A Província* dava como causa da interrupção, um acordo estabelecido entre as duas empresas. Ressurgiu em 1º de outubro de 1886 e durou até

⁶⁵ Redigido por Basílio Carvalho Daemon, *O Espírito Santense* era publicado na capital da Província, e teve considerável longevidade. Surgiu em 8 de setembro de 1870 e extinguiu-se em 14 de junho de 1889. Foi um dos jornais mais importantes e influentes que figurou no cenário jornalístico capixaba do século XIX.

⁶⁶ *O Horizonte*, também publicado na capital, foi fundado em 15 de julho de 1880, tinha como divisa: “Ordem e Progresso”. Defendia as idéias do Partido Liberal, suspendeu sua publicação em 6 de junho de 1885. Era vespertino. A 3 de junho de 1882 tornou-se matutino. Entre seus colaboradores estavam o dr. José Joaquim Pessanha Póvoa.

1889. Dr. José Joaquim Pessanha Póvoa foi encaminhado a vida eclesiástica, fez parte do respectivo curso no seminário de São José (RJ) e depois seguiu para São Paulo onde bacharelou-se em direito no ano de 1865. Desde 1875 até a data do seu falecimento, residiu no Estado do Espírito Santo, com exceção do tempo em que foi chamado a exercer no seu Estado o cargo de chefe de polícia. Seu posto de combate desde a Academia, foi na imprensa política. No império militou nas fileiras do partido liberal, exercendo o cargo de Secretário da presidência do Rio Grande do Sul e os de diretor de instrução pública, lente de filosofia e história e geografia, no Estado do Espírito Santo. Foi eleito deputado à Assembléia Provincial e vereador da municipalidade da Capital. De 1873 a 1895, publicou: *Legendas da província do Espírito Santo; Jesuítas e Reis* (lendas e contos); *A cella do Padre Anchieta*. Disseminados nos jornais que redigiu e em outros nos quais colaborou assiduamente no Espírito Santo, ficaram muitos trabalhos que o vigoroso jornalista não conseguiu coordenar em livros. No estudo do perfil de Pessanha Póvoa, cumpre destacar o polemista político do escritor literário. O primeiro só deve ser analisado no meio em que atuou, na imprensa do seu tempo; o segundo, nas obras e livros em que maduramente fixou suas convicções e emitiu juízos decisivos, desfeitos os sonhos da mocidade. Para José de Alencar e Joaquim Serra, contribuiu decisivamente fazendo conhecidos no estrangeiro muitos dos nossos escritos e artistas até então ignorados dentro do país, animando ou estimulando as aptidões que despontavam na imprensa, no teatro e na tribuna (...) ⁶⁷.

Encontramos no jornal uma tendência de publicar matérias de jornais nacionais (principalmente do Rio de Janeiro e São Paulo) e internacionais, na transcrição de

⁶⁷ CLAUDIO, Affonso. **História da Literatura Espírito-Santense**. Porto, Oficinas do Comércio do Porto, 1912. Edição facsimilada, Xerox do Brasil, 1981, pp. 189-197.

matérias de revistas e jornais estrangeiras, e de boletins de agências de notícia, como a da agência Havas⁶⁸.

O jornal *A Província* fazia leitura de uma farta relação de jornais - que listamos abaixo - isso lhe permitia uma ampla abrangência da cobertura noticiosa, como o jornal mesmo diz “*sobre a mesa de trabalho temos os seguintes colegas*”, entre outros recém surgidos:

Diários:

- da Bahia: *Diário de Notícias, Jornal de Notícias.*
- da corte: *Jornal do Comércio, Globo, Gazeta de Notícias, Cruzeiro, Gazeta da Tarde, Diário do Brasil, Gazetinha, Jornal da Noite, Diário Oficial.*
- de Belém: *A Província do Pará.*
- de Campinas: *Gazeta de Campinas.*
- de Campos: *Monitor Campista, Contemporâneo.*
- de Fortaleza: *Cearense.*
- de Porto Alegre: *Jornal do Comércio, Gazeta de Porto Alegre, A Imprensa.*
- de Recife: *Jornal do Recife.*
- de Santos: *Diário de Santos.*
- de São Paulo: *Diário da Manhã, Gazeta do Povo, Opinião Liberal, Diário de Santos.*
- de Minas Gerais: *PHAROL.*
- do Rio de Janeiro: *O Monitor Campista, Contemporâneo.*
- do Rio Grande do Sul: *Gazeta de Porto Alegre, Jornal do Comércio.*
- de Pernambuco: *Jornal do Recife, Repórter, Gazeta de Notícias.*
- do Rio da Prata: *A Pátria (Montevideo), A Pátria Argentina (Bueno Aires).*
- da França: *La Justice.*
- de Portugal: *O Primeiro de Janeiro.*

⁶⁸ É fundada na França, 1832/34, a primeira agência de notícias do mundo: a Agência Havas, criada por Charles-Auguste Havas. Ela transmite via pombo-correio informações financeiras da bolsa de Valores de Londres. Essa agência surgiu para atender as necessidades dos periódicos do século XIX na obtenção de informação. As notícias internacionais em *A Província* podiam ser lidas na seção “O MUNDO PELO TELEGRAPHO”, as notícias eram fornecidas pela HAVAS.

Periódicos:

- da corte: *A Revista Ilustrada, La Voce del Popolo, Gazeta do Comércio, Progresso, A Pátria, Binóculo* (ilustrado), *Tam-Tam, Jornal dos Economistas, Le Messenger du Brésil, Jornal do Agricultor, Aurora Escosseza, O Industrial*.
- de Aracajú: *Democrata, Sergipe*.
- de Araraquara: *O Município*.
- de Baependyano: *Baependy*.
- de Bragança: *Guaripocaba*.
- de Cachoeira: *Guarany*.
- de Campanha: *Colombo, Monitor Sul Mineiro*.
- de Curitiba: *Província do Paraná*.
- de Desterro: *Jornal do Comércio, A Regeneração*.
- de Fortaleza: *Revolta*.
- de Franca: *Novo Distrito*.
- de Juiz de Fora: *Pharol*.
- de Leopoldina: *O Leopoldinense*.
- de Macaé: *Gazeta Popular, Tribuna do Povo*.
- de Maragogipe: *O Lábaro*.
- de Mogi da Cruzes: *Gazeta de Mogi das Cruzes*.
- de Niterói: *Fluminense*.
- de Ouro Preto: *A Província de Minas*.
- de Paraitinga: *A Redenção*.
- de Petrópolis: *Mercantil*.
- de Recife: *Repórter*.
- de São Fidelis: *Monitor Fidelense*.
- de São João d'El-Rei: *Arauto de Minas*.
- de São João da Barra: *Progressista, O São João da Barra*.
- de São Luís: *O Liberal*.
- de São Paulo: *O Liberal, Imprensa Evangélica, Guaripocaba, Bananal, Gazeta de Cananéia, Comércio de Iguape, Imprensa Ituana, O Liberal, Rio Branco* (*Pirassinuaga*), *Novo Distrito, Gazeta de Mogi das Cruzes*.
- de Uberaba: *Monitor Uberabense, Gazeta de Uberaba*.
- de Valeça: *O Tempo (Rio)*.

- de Cachoeiro de Itapemirim/Espírito Santo: *O Cachoeirano*.
- do Rio de Janeiro: *O Fluminense, Gazeta Popular, Mercantil, O Tempo, Tribuna do Povo, S. João da Barra, Progressista, Monitor Fidelense, Correio de Cantagalo*.
- de Minas Gerais: *Colombo, Pharol, Monitor Sul Mineiro, A Província de Minas, Liberal Mineiro, Baependiano, Gazeta de Uberaba, Monitor Uberabense, Arauto de Minas, O Leopoldinense*.
- do Rio Grande do Sul: *A Revista Gabrielense, O Guarani*.
- de Goiás: *A Imprensa do Araguaia*.
- do Sergipe: *O Democrata, Sergipe, Gazeta de Aracajú, O Conservador*.
- do Amazonas: *O Amazonas*.
- do Maranhão: *O Pensador*.
- de Pernambuco: *O Porvir, Libador*.
- da Bahia: *O Guarani, A Faísca*.
- do Ceará: *Gazeta de Sobral, Gazeta de Baturité*.
- do Paraná: *A Província do Paraná*.
- de Santa Catarina: *A Regeneração*.
- da França: *Lé Bresil, Revista de Medicina*.
- de Portugal: *O Antônio Maria*.

2.2 A composição partidária do Império

Pretendemos aqui dar ênfase a uma breve discussão e caracterização dos partidos liberal e conservador e para tanto utilizaremos a visão de José Murilo de Carvalho em sua obra clássica “*A construção da ordem*”.

Como ponto de partida há autores que negam qualquer diferença entre os partidos, principalmente o Conservador e o Liberal; há os que os distinguem em termos de classe social; há os que os distinguem por outras características, como a origem regional ou a origem rural ou urbana. Além de variarem as afirmações sobre a composição social dos partidos, esta variação tem por base concepções totalmente diversas sobre a natureza social e o sistema de poder vigente no Império. Segundo José

Murilo de Carvalho, estas concepções vão desde o império burguês de Caio Prado, incluindo setores reacionários e progressistas, à sociedade patriarcal de Nestor Duarte, ao domínio de latifúndio de Maria Isaura, à predominância do estamento burocrático de Faoro, à sociedade escravista de Vicente Licínio Cardoso, à sociedade quase feudal de Oliveira Vianna. Os partidos são forçados a refletir estas variadas concepções assumindo também as mais diversas fisionomias. Em nosso caso, não nos interessa fazer um levantamento dessas posições, mas abordar somente a visão de José Murilo de Carvalho.

Antes de 1837, não se pode falar em partidos políticos no Brasil. As organizações políticas ou parapolíticas que existiram antes da Independência eram do tipo sociedade secreta, a maioria sob influência maçônica.

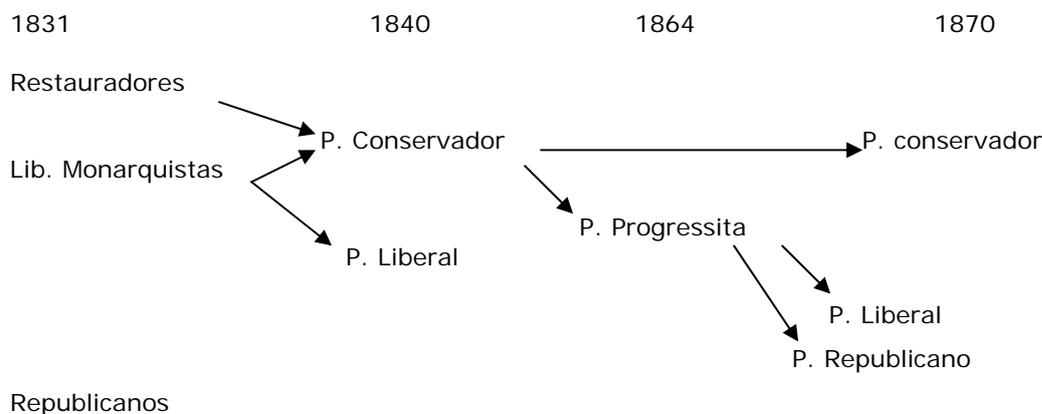
As conseqüências da descentralização pelo Código de Processo Criminal de 1832 e pelo Ato Adicional de 1834 e as rebeliões provinciais da Regência é que iriam, ao final da década, possibilitar a formação dos dois grandes partidos que, com altos e baixos, dominaram a vida política do Império até o final. O Partido Conservador surgiu de uma coalizão de ex-moderados e ex-restauradores. Os defensores das leis descentralizadoras se organizaram então no que passou a ser chamado Partido Liberal.

Segundo José Murilo de Carvalho, as únicas modificações importantes no sistema partidário, do ponto de vista formal, se deram com o surgimento dos partidos Progressista, de curta duração, e Republicano. O Partido Progressista compunha-se de conservadores dissidentes e liberais históricos. Parte dos Progressistas formou o novo Partido Liberal, parte ingressou no Partido Republicano fundado em 1870⁶⁹.

Dessa data até o fim do Império o sistema partidário permaneceu tripartite, tendo, de um lado, os dois partidos monárquicos e, de outro, o Partido Republicano.

⁶⁹ CARVALHO, J. M. Teatro de sombras. In: _____. **A construção da ordem**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996, p. 184-185.

GRÁFICO⁷⁰
Evolução do Sistema Partidário do Império
1831-1889



Entre conservadores e liberais os grandes debates parlamentares eram em torno de problemas-chave como a reforma das leis de descentralização, a restauração do Conselho de Estado, a abolição do tráfico, as leis de terras etc. Os liberais eram por maior autonomia provincial, – e sobre as dificuldades de se exercer de fato essa autonomia provincial reconhecia o jornal *A Província* num dos seus editoriais: “*Por mais limitadas que sejam ainda as garantias para a manifestação da autonomia dos municípios, por mais absorvente que seja o nosso sistema centralizador, a eleição de amanhã é de uma importância incontestável*”⁷¹ –, pela Justiça eletiva, pela separação da polícia e da Justiça, pela redução das atribuições do poder moderador. Os conservadores eram pelo fortalecimento do poder central, pelo controle centralizado da magistratura e da polícia, pelo fortalecimento do poder moderador.

Em 1869 surge o novo Partido Liberal e o programa incluía como pontos principais a eleição direta nas cidades maiores (mas não o voto universal); Senado temporário; Conselho de Estado apenas administrativo (não a abolição do Conselho); a

⁷⁰ Idem, p. 185

⁷¹ **A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO**, 30 de julho de 1882.

abolição da Guarda Nacional; as clássicas liberdades de consciência, de educação, de comércio, de indústria; as reformas judiciárias do programa progressista; e a abolição gradual da escravidão, iniciando com a libertação do ventre.

Segundo aponta José Murilo, as velhas demandas liberais por maior descentralização foram mantidas, mas introduziram-se reivindicações novas referentes às liberdades civis, participação política e reforma social. As novas reivindicações atingiram seu ponto culminante no programa radical de 1868. Segundo ainda o autor, esta concepção do liberalismo foi claramente expressa num manifesto publicado em 1869. O Estado, segundo os redatores do manifesto, não deveria “ir além dos limites naturais; não deveria substituir-se à sociedade”, antes, devia limitar-se a cuidar da justiça, da polícia, da ordem e dos impostos. Esta posição representava agora as reivindicações de profissionais liberais, de intelectuais e de alguns industriais, todos vinculados à economia e modos de vida urbanos. Autonomias provincial e local eram menos importantes para esse grupo do que liberdade individual e participação política⁷².

Segundo José Murilo, coexistiam dois tipos de liberalismo, o dos proprietários rurais e o dos profissionais liberais urbanos. Só na década dos 1860, com o maior desenvolvimento urbano e o aumento do número de pessoas com educação superior, é que o liberalismo clássico dos direitos individuais teve melhores condições de se desenvolver⁷³.

José Murilo no seu trabalho analisa a composição social dos partidos, conheçamos, portanto, as idéias do autor a esse respeito.

No quadro a seguir apresentado pelo autor, se constata o predomínio de liberais em um sistema considerado por muitos como profundamente conservador; uma vez que o predomínio numérico não significava maior controle do governo pelos liberais, “mas

⁷² CARVALHO, J. M. Teatro de sombras. In: _____. **A construção da ordem...** op. cit., p. 187.

⁷³ Idem, p. 188.

deve-se explicar então a incapacidade dos liberais de permanecerem no poder apesar de terem sido levados a ele mais vezes que os conservadores⁷⁴”.

QUADRO⁷⁵
Ocupação e Filiação Partidária dos Ministros,
1840-1889(%)

<i>Filiação Partidária</i>	<i>Ocupação</i>			<i>Total</i>
	<i>Governo</i>	<i>Prof. Liberais</i>	<i>Economia</i>	
Conservador	50,82	36,76	50,00	43,89
Liberal	36,07	61,77	50,00	49,64
Sem partido	13,11	1,47	-	6,47
Total	100,00 (N = 61)	100,00 (N=68)	100,00 (N=10)	100,00 (N=139)

A partir de sua pesquisa, José Murilo constata que, ao que diz respeito à relação entre ocupação e filiação partidária, os dados mostram a tendência nítida de se concentrarem os funcionários públicos no Partido Conservador e os profissionais liberais no Partido Liberal. Este achado é consistente com a idéia de que os conservadores formam os principais suportes da centralização e do fortalecimento do Estado. É também consistente com a hipótese de Faoro de que os burocratas se concentravam no Partido Conservador e em parte com a suposição de Azevedo Amaral de que os liberais provinham das profissões liberais e de grupos intelectuais⁷⁶.

Os elementos vinculados à posse da terra não se filiavam predominantemente a um ou outro partido monárquico, mas se distribuíam quase que igualmente entre os dois partidos. O grosso do Partido Conservador se compunha de uma coalizão de burocratas e donos de terra, ao passo que o grosso do Partido Liberal se compunha de uma coalizão de profissionais liberais e de donos de terra. Este resultado é muito consistente sobre a

⁷⁴ Idem, p. 191.

⁷⁵ Idem, p. 191.

⁷⁶ Idem, p. 191.

duplicidade do liberalismo e esclarece também as dificuldades do processo de formação do Estado durante o Império. Dentro do Partido Liberal, as posições doutrinárias do liberalismo clássico eram representadas no início pelos padres e mais, tarde, no período abrangido pelos dados, pelos profissionais liberais e uns poucos industriais. Mas ao lado deste grupo, que crescia com o passar do tempo, estava outro, no início mais poderoso, de proprietários rurais. Este último se compunha de elementos que se consideravam liberais por defenderem a descentralização do poder em benefício de interesses locais ou provinciais, isto é, em benefício deles mesmos. Dentro do Partido Conservador estavam os burocratas, defensores constantes do fortalecimento do poder central, esteios da formação do Estado imperial. Mas ao lado dos burocratas estavam também grupos de proprietários rurais cujos interesses podiam coincidir ou não com as necessidades da centralização... os donos de terra que se ligavam ao Partido Conservador tendiam a pertencer a áreas de produção agrícola voltadas para exportação e de colonização mais antiga, como Pernambuco, Bahia e, sobretudo, Rio de Janeiro. Estes grupos tinham mais interesses na política nacional e na estabilidade do sistema. Daí se disporem mais facilmente a apoiar medidas favoráveis ao fortalecimento do poder central. Os donos de terra filiados ao Partido Liberal provinham mais de áreas como Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, com menos interesses na centralização e na ordem ao nível nacional⁷⁷.

Segundo José Murilo de Carvalho, os partidos, em sua liderança nacional, compunham-se de intrincada combinação de grupos diversos em termos de ocupação e de origem social e provincial. Segundo o autor não cabem a seu respeito divisões e classificações simplificadas. A complexidade dos partidos, aponta o autor, se refletia

⁷⁷ Idem, p. 192-193.

naturalmente na ideologia e no comportamento político de seus membros, dando às vezes ao observador desatento a impressão de ausência de distinção entre eles⁷⁸.

Segundo aponta José Murilo, a profunda divisão que existia dentro do Partido Liberal o impedia de passar reformas incluídas em seu programa pelo setor reformista. E diz o autor: todas as principais leis de reforma social, tais como a abolição do tráfico de escravos, a Lei do Ventre Livre, a Lei de Abolição, a Lei de Terras, foram aprovadas por Ministérios e Câmaras conservadores. Frequentemente, os liberais reformistas propunham as reformas e os conservadores as implementavam⁷⁹.

2.3 Moniz Freire: o político, o jornalista

Bacharel em Direito, José de Mello Carvalho Moniz Freire, um dos fundadores do jornal *A Província do Espírito Santo*, ao lado de Cleto Nunes Pereira, foi uma das figuras mais expressivas da história do Espírito Santo. Seus ideais políticos e espírito visionário, sempre agindo na vanguarda dos acontecimentos, levaram-no a assumir o governo do Espírito Santo em dois mandatos, entre 1892 a 1896 e 1900 a 1904, pelo Partido Republicano Construtor.

Durante os seus mandatos, como ponto marcante, promoveu a urbanização de Vitória, dando novo fôlego para o comércio da capital. Esse é o lado político, no entanto, um outro o acompanhou em toda a sua vida: o de jornalista.

Como proprietário de um jornal da capital, Vitória, Moniz Freire pode exercer influência na esfera pública através das páginas do jornal que fundou. Tornou-se Moniz conhecido em todo o país como um dos melhores jornalistas doutrinadores.

⁷⁸ Idem, p. 199.

⁷⁹ Idem, p. 204.

Em Vitória, Moniz Freire exerceu cargos de eleição popular, entre os quais: o de vereador e presidente da municipalidade da capital, deputado provincial (nas legislaturas de 1884/1889) e deputado geral (1889)⁸⁰.

Como nos mostra Basílio, desde pequeno Moniz demonstrava uma grande tendência para o jornalismo, tendência essa que o levou a associar-se a seus colegas de Atheneu Provincial: Afonso Cláudio e João Monteiro Peixoto, resultando dessa união a publicação do jornal literário “*A Aurora*”, onde Moniz teve oportunidade de mostrar os seus predicados intelectuais⁸¹. Com Candido Costa fundou em 1876 “*A Liberdade*”. Afonso Cláudio foi o primeiro a ter espaço no jornal *A Província* para escrever um editorial.

Em 1877, matriculou-se no curso jurídico da Faculdade do Recife, um dos principais centros de estudos do país naquela época. Ali foi novamente colega de Afonso Cláudio. No Recife, com João Peixoto, Arthur Leal e Clóvis Bevilacqua, fundou o jornal “*A Gazeta Acadêmica*”. Três anos mais tarde, se transferiu para a Faculdade de Direito de São Paulo, onde foi redator chefe do “*Liberal Acadêmico*” – órgão acadêmico dos estudantes filiados ao partido liberal, colaborando também no “*Opinião Liberal*” de Campinas⁸².

Concluiu o curso de direito em 1881, um ano antes de fundar o seu mais importante jornal em Vitória/ES. Segundo Basílio, regressando a Vitória, sua terra natal, em janeiro de 1882, fundou, em 15 de março daquele mesmo ano a ‘Província do Espírito Santo’, primeiro jornal diário do Estado⁸³.

Não era por acaso que João Francisco Lisboa dizia que as Faculdades preparavam, não propriamente profissionais, mas políticos. Certo que ele, o bacharel, ou

⁸⁰ CLAUDIO, Affonso. **História da Literatura...** op. cit., p. 271.

⁸¹ BASÍLIO, Marcello Antônio de Souza. **A Vida e Obra de...** op. cit., p. 16.

⁸² Idem, p. 16.

⁸³ Idem, p. 16.

o letrado, comandou a atividade “intelectual” daqueles nossos dias⁸⁴. Ali onde havia Escolas importantes, como eram sobretudo as de Direito em São Paulo e Recife, estudantes faziam jornais efêmeros, intervinham nos debates oficiais, praticavam a vanguarda (como hoje se diria) literária, assanhavam polêmicas⁸⁵. Por essas Faculdades passaram figuras que compunham, ou iam compor, partes importantes no plano cultural ou político nacional⁸⁶.

A vida estudantil também aproveitava a forma do jornalismo para viver sua dimensão discutidora e fazer às vezes de instância judicial, pronunciando-se sobre, ou de participantes um tanto arreliada dos embates nacionais, metendo-se, propondo coisas, ensaiando futuros parlamentares⁸⁷.

Pessanha Póvoa é uma figura marcante nas páginas de *A Província* não apenas por ocupar cargo público importante (enquanto homem a serviço da administração pública, os seus atos ganhavam visibilidade), mas pela força de seus escritos e influência política. A participação de Póvoa foi de fundamental importância na composição de uma opinião política na sociedade capixaba de época. A relação de Moniz Freire e Dr. Póvoa é antiga, foi se formando desde quando o jovem Moniz prestou exame de história perante o ilustrador.

Como tem acontecido em todos os tempos, quer no Império, quer na República, as Províncias ou Estado menores sempre tiveram pouca influência no Poder Central. O prestígio das maiores tem sempre prejudicado os interesses dos menores. Em 1885, conforme conta Basílio, o progresso da Província do Espírito Santo estava sendo

⁸⁴ SALDANHA, Nelson Nogueira. **História das idéias políticas do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2001.

⁸⁵ Idem, p. 160.

⁸⁶ BEVILAQUA, Clóvis. História da Faculdade de Direito do Recife, 2 volumes, ed. Fco. Alves, Rio 1027. Apud SALDANHA, Nogueira. **História das idéias políticas...** op. cit., p. 160.

⁸⁷ SALDANHA, Nelson Nogueira. **História das idéias políticas...** op. cit., p. 168.

entravado pelo Governo Imperial, que só se lembrava de nossa terra para auferir as quotas tributárias⁸⁸:

“Deste modo, quedou-se o Projeto de 1856, que concedia modesta subvenção à navegação do Rio Doce; foi excluído o Porto de Vitória das Escalas obrigatória dos paquetes da Companhia Brasileira; suprimidas as bancas de preparatórios da Companhia de Aprendizes de Marinheiros; desprezada completamente, a questão de limites da Província; também adiado indefinitivamente a construção do edifício da Alfândega, em Vitória; suprimidas a Caixa Econômica; e, finalmente, o contrato celebrado com o Governo Imperial por Waring-Brothers, sobre a construção da via férrea de Vitória à Natividade (Minas), teve desfecho desfavorável para o Espírito Santo⁸⁹”.

Segundo Basílio, Moniz Freira aos 24 anos de idade, revoltou-se contra todas essas injustiças cometidas contra a Província escrevendo as famosas *“Cartas ao Imperador”*⁹⁰. Numa dessas cartas (num total de sete), Moniz atacou duramente o desfecho do contrato celebrado entre o Governo Imperial por Waring-Brothers, para a construção da via férrea da Vitória a Natividade/MG.

Noutra cartas, atacou abertamente um Ministro da Coroa, pertencente a um Gabinete prestigiado pelo seu partido. Numa destas sete cartas estava presente a questão da imigração, quando Moniz pede *“auxílios e imigrações que se internarem no Oeste da Província, e boa, viação, para esse centro”*⁹¹. Suas solicitações demonstravam um profundo conhecimento dos problemas de sua terra. Suas cartas tiveram impacto positivo para a Província, levando o Imperador a voltar atrás de todas as medidas desfavoráveis a Província do Espírito Santo.

Ainda nessas cartas Moniz Freire criticava a queda do projeto de 1856, que concedia modesta subvenção à navegação do Rio Doce; a exclusão do porto de Vitória

⁸⁸ Idem, p. 19.

⁸⁹ Idem, p. 19-20.

⁹⁰ Idem, p. 20

⁹¹ Idem, p. 25.

das escalas obrigatórias dos paquetes da Companhia Brasileira; a supressão das bancas de preparatórios, da companhia aprendizes de marinheiros; da Caixa Econômica; o desprezo votado à questão dos limites da província e o adiamento indefinido da construção do edifício da Alfândega.

Segundo Afonso Cláudio, nas páginas de *A Província* (1882-1889), do *Estado do Espírito-Santo* (1889-1906), do *Jornal do Commercio* (1896-1897), do *Diário do Congresso* (1890-1891), e do *Correio da Manhã* (1907) existe farta copia de estudos sobre política, finanças, direito constitucional, questões econômicas e sociais, que o denunciam um espírito investigador, de invejável preparo⁹². O pensamento de Moniz Freire pode ser também apreendido nas seguintes publicações: *Discurso* proferido no teatro Santa Isabel (Recife) como orador do primeiro ano acadêmico, 1877; *Discurso* pronunciado na inauguração da Biblioteca Pública de Vitória, 1879; *Cartas ao Imperador*, Vitória, 1885; *Discurso* proferido na inauguração da estrada de ferro Sul do Espírito Santo, Vitória, 1895; *A Existência Política dos Estados*, conferência, Rio, 1908; *A Caixa de Conversão*, (estudo financeiro), Rio, 1910; *O Voto Secreto*, (conferência), Rio, 1910. Para Afonso Cláudio, o discurso feito por Moniz Freire na inauguração da segunda via-férrea do Estado, “é o melhor que há, para julgar as qualidades intelectuais desse espírito-santense”.

Segundo Afonso Cláudio, Moniz Freire foi um grande defensor dos núcleos coloniais, criou ou ativou vários deles, destinando-os a famílias agricultoras nacionais ou estrangeiras vindas espontaneamente ou por conta do Estado⁹³.

É tarefa difícil medir a influência que o Moniz Freire, enquanto jornalista exerceu sobre toda a Província do Espírito Santo e, mesmo fora dela. Pois, é tarefa difícil, medir a influência do fazer jornalístico no século XIX, e em qualquer outro

⁹² CLAUDIO, Affonso. **História da Literatura...** op. cit., p. 273.

⁹³ Idem, p. 118.

tempo. Província pouco povoada que era o Espírito Santo, e composta por uma população na maioria pobre e iletrada, formada de negros, mestiços, índios e descendentes de portugueses. E se tomarmos como critério a pouca instrução da população capixaba, diremos que o jornal, exerceu nenhuma influencia, pois se trata de um contingente que não pautava suas vidas a partir do debate político que emergia dos “meios de comunicação” da época.

O meio pelo qual as mensagens de Moniz Freire se infiltraram, foi sobre tudo, o meio político, na Assembléia, no Congresso, e o meio simbólico, as folhas do seu jornal.

A verdade é que as tribunas da câmara municipal e do senado, foram os grandes jornais falado de Moniz.

A partir das leituras que realizamos no jornal *A Província do Espírito Santo*, em sete anos de sua história; percebemos um Moniz Freire mais político do que jornalista. Embora nos oitocentos, era-se jornalista para ser político, e não o contrário.

No século XIX, política e jornalismo pertencem a uma só natureza. A imprensa no século XIX se consubstancia predominantemente como um partido político, procurando defender suas causas.

A partir da leitura do jornal pudemos identificar um Moniz Freire vanguardista, construtor, político e jornalista. É interessante que em uma nota de esclarecimento, Moniz Freire se autodenomina jornalista, uma rara declaração durante os anos que percorremos a leitura do seu jornal: “*julgo-me, entretanto, com direito, antes como espírito-santense e com jornalista do que como candidato à fazer daqui um convite ao sr...*”⁹⁴. A política era a sua vida e o jornalismo foi um meio formidável para pô-la em prática.

⁹⁴ **A Província do Espírito Santo**, edição de 14 julho de 1882.

2.4 Atuação jornalística numa Província pacata

A comunicação entre os homens é uma necessidade social intrínseca. A intercomunicação em escala global sempre foi buscada.

Esse desejo de romper o isolamento espacial pode ser verificado num ofício de 1848, dirigido ao Visconde de Macaé, titular do império, por José Francisco Andrade e Monjardim, então responsável pela administração provincial do Espírito Santo. O referido ofício também dá-nos uma idéia de como era constituída a sociedade naquela época, e o nível de instrução política da população. Segundo José Teixeira de Oliveira, a Província do Espírito Santo, por volta de 1850, dispunha de escassos meios de informação, “*continuavam alheios às agitações que revolucionavam o mundo, ou o próprio Brasil*”⁹⁵. Acompanhemos o que diz o referido documento:

*“Respondendo ao Aviso reservado de dezessete de abril próximo findo, que tive a honra de receber em quinze do corrente, no qual V. Excia. tratando dos acontecimentos ocorridos na França onde desapareceram as instituições fundamentais do Estado [...] E por esta ocasião cumpre-me participar a V. Excia. que a notícia dos mencionados acontecimentos causou alguma sensação nesta capital, mas em poucas pessoas, pois que sendo a maioria de seus habitantes, e a de todos os outros da Província, inteiramente estranha à política, pouca ou nenhuma importância presta a semelhantes notícias, que além disso, não podem aqui ser, felizmente, transcritas por falta de imprensa o que concorre por sem dúvida para manter-se o proverbial sossego, que de há muito goza a mesma Província, a qual, V. Excia. o sabe, há atravessado as crises revolucionárias, que têm abalado o Império, sempre fiel ao imperador e às instituições juradas”*⁹⁶.
(grifo meu)

Os Relatórios apresentados pelos Presidentes à Assembléia Legislativa Provincial, sua correspondência – cada vez mais amiadada – para o Governo Central, a imprensa, os livros que – embora raros - vão sendo publicados, os Anais da Assembléia

⁹⁵ OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado...** op. cit., pp. 335-336.

⁹⁶ COLEÇÃO PRESIDENTES DO ESPÍRITO SANTO, VOL. VII. Apud OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado...** op. cit., nota 48, p. 336.

local constituem as fontes de informação sobre a vida capixaba da segunda metade do século XIX⁹⁷.

As *falas* presidenciais se sucedem em desoladora monotonia. São dezenas, e todas lamentam a facilidade com que o Júri absolve os criminosos que lhe são confiados para julgamento. Louvam, sem discrepância, o trabalho das Colônias e se queixam da falta de meios para atender às necessidades do ensino e das estradas.⁹⁸

Os pequenos relatórios, cartas, ofício – quase diários – encaminhados aos Ministérios do Império, e da Justiça tratam de pequenos crimes, questões eleitorais de ínfima importância, dão notícias das epidemias para reclamar sobre vacinas ou pedir dinheiro⁹⁹.

Noticiário relativo à administração e política de aldeia. As folhas da oposição combatendo sistematicamente os atos do Governo e as deste defendendo-lhe, incondicionalmente, os erros.

Os jornais espelham a vida pacata:

*“Falta de notícias: Como está hoje a Província despida de locais!
Que diferença dos demais dias.
Oh! leitor impertinente, pois não vês que no Domingo nada se fez e
que na segunda-feira todos descansam!
O que então havemos de noticiar?”¹⁰⁰.*

Espantada diz uma notícia sobre o número de analfabetos no Brasil: *“Que horror! A relação dos analfabetos no Brasil é de 90%, isto é: de cada grupo de 1.000 indivíduos só cem sabem ler...”¹⁰¹*. E segundo o editorial de 25 de agosto de 1882 o número de habitantes de toda a Província era de *“cem mil”*. Uma festa de maiores proporções

⁹⁷ OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do...** op. cit., p. 345.

⁹⁸ Idem, p. 345.

⁹⁹ Idem, p. 346.

¹⁰⁰ **A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO**, 15 de agosto de 1882.

¹⁰¹ **A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO**, 4 de junho de 1882.

realizada em outro município, como a Festa da Penha em Vila Velha, era capaz de esvaziar a cidade de Vitória:

“Desde o sábado pela manhã que a população da capital começou a fluir para a tradicional Vila Velha. Conduzidos uns pela fé, outros pela necessidade de diversões, todos pela curiosidade, o fato é que a Vitória, uma vez ainda quase despovoa-se no dia alegre e festivo da Penha”¹⁰².

Na pacata Província do Espírito Santo a produção de notícias tinha nos órgãos públicos e no comércio a sua principal fonte de informação; um feriado com o conseqüente fechamento das repartições públicas seria capaz de paralisar a produção de algumas outras notícias, fato que era reclamado pelo jornal. *A Província* ao fazer um comentário do jornal concorrente, temos uma idéia bem clara qual era a instância que nutria o jornalismo de notícias: o comércio. Diz *A Província* que o jornal *Horizonte* reclama à falta de animação do comércio: *“que regateia os seus anúncios, os quais em toda parte são o maior sustentáculo do jornalismo”¹⁰³.*

A população urbana – em constante aumento – não demonstra aspiração de progresso. Seja na Capital, seja no último dos distritos, o povo se deixa arrastar melancolicamente pela rotina. Nenhum empreendimento marcante: nem no terreno das construções materiais, nem no campo social. Falta, talvez, de uma elite que marchasse à vanguarda, despertando iniciativa¹⁰⁴.

O café, passo a passo, conquista a liderança da economia capixaba. Não consegue entretanto, o fastígio que obteve no Província do Rio de Janeiro. As grandes realizações que modificam o fâcies do país no decorrer do Governo de Pedro II só mui remotamente ecoam no Espírito Santo¹⁰⁵.

¹⁰² **A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO**, 19 de abril de 1882.

¹⁰³ **A PROVÍNCIA DE ESPÍRITO SANTO**, 4 de junho de 1882.

¹⁰⁴ OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do...** op. cit., p. 346.

¹⁰⁵ Idem, p. 346.

O século XIX visto pelas páginas de *A Província*, nos primeiros anos da década de 80, é um século sedento de construções, tanto no sentido físico – na construção de pontes, estradas, ferrovias, vilas e cidades – quanto no sentido ideológico – na busca de um projeto de nação que tem como objetivo atingir a República.

Os principais episódios que renderam matérias e ocuparam os editoriais de *A Província* nos primeiros anos da década de 80, davam conta que no Espírito Santo os imensos vales desabitados estavam à espera do povo culto (os europeus) que pudesse fecundar a terra e produzir receitas. Uma das inquietações vividas naquele momento, que identificamos através da imprensa, era a necessidade de se promover à descentralização do governo imperial para trazer autonomia às Províncias. Um artigo do jornal *Diário de São Paulo*, publicado em *A Província* na edição de 11/10/1883, declarava:

“[...] A descentralização já não é uma idéia partidária, sinão uma aspiração nacional; todos os partidos a querem; todos os governos não a contrariam; todos os parlamentos a desejam; e, entretanto, os partidos revesam-se no poder, os governos sucedem-se, os representantes da nação renovam-se e substituem-se, e a centralização continua a ser a formosa donzela que todos adoram, e que por isso ninguém espósa!”¹⁰⁶

Os primeiros editoriais nos mostram que um dos fatores que dificultavam o desenvolvimento da Província era a falta de estradas e de uma linha férrea que pudesse fazer escoar os produtos do interior para o litoral. Agricultores através de cartas dirigidas ao jornal solicitavam a intervenção do veículo para ajudar a combater o problema. Em Santa Maria (antigo nome da colônia de Santa Leopoldina), diz o editorial de 20/08/1882 que a safra de café é superior a 100:000 arrobas, mas faltam-lhe estradas e pontes para escoar o produto, algumas, no entanto, necessitavam apenas de

¹⁰⁶ **A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO**, edição de 11/10/1883

reformas. Continuava o editorialista dizendo que estava informado “[...] *da urgente necessidade d’esses melhoramentos instantemente reclamados pelos povos das diversas localidades, que continuamente tem pedido nossa intervenção [...]*”. Diante disso, o jornal se encarregou de enviar as reclamações ao Presidente da Província, Dr. Herculano Marcos Inglez de Souza. Os editoriais também chamavam atenção para o cultivo da mandioca, que estava sendo gradativamente abandonado, e para o cultivo da cana-de-açúcar, que estava com os dias contados:

[...] De par com a lavoura do café está a da canna, a da mandioca, que têm levado também abalos enormes.

A da mandioca tem se tornado precaria a ponto de ir sendo gradativamente despresada pelo café, em torno da qual aliás formiga uma grande e desesperadora crise; a da canna vae sendo dia á dia abandonada.¹⁰⁷

Essa vida pacata da capital da Província foi relatada por *A Província* nos editoriais de 1882, que lamentavam que os assuntos capazes de gerar notícias fossem escassos. Dizia o jornal a respeito de sua atuação jornalística:

“Com o número de hoje entra a Província em seu segundo semestre de existência.

Sem alterar uma linha ao programa que traçou, procurando manter-se no posto onde o público a viu colocada desde o seu primeiro dia de vida, no cumprimento desta missão todos os nossos esforços tem conseguido para tornarmo-nos dignos dela.

Não temos sacrificado os interesses da Província aos da política, nem os desta aos da Província; com um jornalismo de província, temos acentuado a nossa ilimitada consagração á causa pública, posta em prova com o aparecimento da folha, reduzidos aliás aos recursos de nossa exclusiva co-operação. [...]

*Esta circunstancia em um jornal tri-semanal, e em uma **pequena Província** onde os **assuntos** são **escassos**, denota uma pujança de **vontade** que por vezes toca ao **heroísmo**; não é um sentimento de vaidade que faz-nos assim falar, mas sim o desejo de patentear aqui **o quanto custa** sustentar uma norma que o público ao principio acostuma-se a notar [...]*

*[...] Têm nos auxiliado apenas na faina o brilho das penas de nossos **correspondentes** e a **dedicação de nossos repórteres**, tanto mais dignos de*

¹⁰⁷ **A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO**, edição de 16/06/1882.

nossa gratidão seus serviços; entretanto o movimento local, que é tão insignificante na Vitória, tem sido apreendido nesta folha com uma constância tal que bem deixa ver que não poupamos a qualquer trabalho no fito de servir cabalmente a aqueles que concorrem para permanecermos na liça¹⁰⁸ (...)”. (grifo meu)

Esse marasmo da capital será quebrado, principalmente, a partir das políticas de incentivo à urbanização de Vitória promovida por Moniz Freire em 1890, que iria provocar o desenvolvimento comercial e fazer gerar o crescimento populacional.

A seguinte nota ilustra como era produzida a agenda da mídia nos primeiros anos de atuação de *A Província* - as fontes oficiais (aquelas mantidas pelo Estado e por instituições do Estado) eram basicamente o principal gerador de notícia do jornal:

“[...] Por serem dia santificados o de hoje e amanhã ser o sábado de festa religiosa, só daremos folha na terça-feira.

Com essa resolução nada perdem os nossos leitores, por isso que estando fechadas todas as repartições durante esses dias, não ha também movimento algum que interesse, a não se oferecer algum caso extraordinário, que então nos obrigará a afastar-nos do nosso propósito¹⁰⁹”. (grifo meu)

Guardados as limitações de ordem tecnológica (primeiro: as notícias de outros estados e do exterior chegavam por telégrafo e eram dadas com dias de atraso; segundo que a impressão além de cara era trabalhoso o processo de produção), de algum modo a imprensa local estava preparada para cobrir os acontecimentos; será, portanto, a vida tranqüila e monótona da Província que limitará a atuação dos jornais.

O jornal *A Província* se dirigia a um público restrito, formado por intelectuais, senhores de terras, (alguns) burgueses e outros (poucos) comerciantes. Para termos uma idéia, em 1885, a partir de 22 de março, o jornal *A Província* vai publicar na seção

¹⁰⁸ *A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO*, edição de 17/09/1882.

¹⁰⁹ *A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO*, edição de 22/03/1883.

“*Fatos e Boatos – Notícias Locais*” uma série de artigos (trinta e dois ao todo) sob o título “*Memórias do Passado*”, cujo autoria pertence ao Padre Francisco Antunes Siqueira (filho) – (a autoria desses artigos foi identificada por Fernando Achiamé, que publicou livro homônimo) –, são artigos que possuem um linguajar erudito, com citações em latim e que indicava, por parte de quem os escrevia, uma alta formação humanística. De certo, não foi escrito por qualquer cidadão vitoriense. E como diz Achiamé: “Poucas pessoas na cidade possuíam capacidade e erudição para escrever um folhetim com artigos como esses...”¹¹⁰. O próprio jornal descreve quem são os seus colaboradores: “*Jornalistas e políticos, monarquistas e republicanos, historiadores e viajantes, curiosos e diletantes*”, onde “*cada qual explora a seu sabor, ao jeito do assunto sobre que escreve ou sobre que fala...*”¹¹¹.

Uma pequena parcela da população, os abastados apenas, ansiava por aprimoramento intelectual, isto é, por educação; o grosso da população não colocava seus filhos nas escolas, pois a atividade econômica não requeria, além do mais o ensino não era bom, como revela várias matérias criticando a qualidade do ensino na Província e também o método que se aplicava.

“Preconceitos arraigados na população, pouco ou nenhum apreço que gente das classes menos cultas dá a instrução considerando-a como inútil para haver subsistência e abastança. Pobreza de grande parte da população o que leva os pais a distraírem muitas vezes seus filhos da escola para empregá-los como auxiliares no serviço de que subsistem especialmente na ocasião das colheitas”¹¹².

No Espírito Santo antes do primeiro *boom* cafeeiro, por volta de 1894, “nenhuma transformação de relevo se deu na cidade no âmbito comercial”¹¹³. A atividade do comércio possuía tão pouca expressão que a dinâmica da Capital se dava

¹¹⁰ SIQUEIRA, Francisco Antunes de. **Memórias do passado: a Vitória através de meio século**. Vitória: Florecultura, 1999. Edição de texto, estudo e notas de Fernando Achiamé.

¹¹¹ **A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO**, 19 de março de 1882.

¹¹² OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado...** op. cit., p. 357.

em torno da função político-administrativa do governo¹¹⁴. Faltava a chamada elite mesmo para promover iniciativas por parte do governo¹¹⁵.

A população capixaba como um todo não estava acostumada a lidar com a imprensa. A consciência política e a liberdade civil eram inexistentes para a grande massa da população. Fazer um jornalismo diário era necessário para dar um novo ânimo às esferas sociais com a distribuição de informação em maior escala. Sem acesso à informação, a população da província se mostrava atônita diante dos acontecimentos. Anunciando que seria folha diária a partir de janeiro de 1883, note o que diz o jornal:

“[...] diante de um publico que fica estupefato com o aparecimento de qualquer empresa de pouco maior fôlego, diante de todas estas dificuldades, enfim, pretende a empresa desta folha introduzir no jornalismo espírito-santense um grande melhoramento, tornando-se a Província folha diária.

Compreendo a lacuna que nota-se em nossa imprensa da falta de um jornal nestas condições, quando em quase todas as capitais os há, e em algumas com abundância, não medimos aqui sacrifícios para satisfazer esta zona de necessidades públicas, e acordar no espírito da população da Província o interesse, tão embrionário ainda, por empresas desta ordem”¹¹⁶.

A imprensa do século XIX é predominantemente política, com atuação contestadora na vida pública; lutando por causas diversas. É nesse século que surgem os *Pasquins*, jornais de vida efêmera e combativos, apareciam para defender uma só causa, muitos não passavam do primeiro exemplar. É também no século XIX que a imprensa vai ganhar feições industriais – sobretudo a partir das inovações iniciadas na imprensa norte-americana – tratando a informação como mercadoria, transformando-a num instrumento de lucro.

¹¹³ CAMPOS JÚNIOR, , Carlos Teixeira de. **O novo arrabalde**. Vitória: PMV, SMCT, 1996, p. 123.

¹¹⁴ Idem, p. 130.

¹¹⁵ Idem, p. 124.

¹¹⁶ **A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO**, edição de 22/10/1882.

A produção jornalística do jornal *A Província* não seguia o critério que praticamos hoje, fazendo uma distinção entre opinião e informação. A atuação opinativa do jornal aparecia desde em pequenas notas às reportagens mais longas. Os seus editores Moniz Freire e Cleto Nunes atuavam opinando, atacando, discordando conforme as circunstâncias lhes permitiam. No entanto, é nos editoriais e nos artigos, o principal espaço que o jornal se utilizava para esboçar as suas opiniões.

A Província fazia um jornalismo até certo ponto fora dos ditames da chamada imprensa oficial (as nascidas sob a égide do aparato estatal). As críticas ao governo imperial, provincial e aos órgãos governamentais, demonstraram que sua atuação não estava subordinada (de alguma forma) a esses poderes. A imigração estrangeira para o Espírito Santo vai ganhar seu apoio manifestado em matérias, artigos e editoriais, agindo de forma a cobrar dos poderes competentes ações concretas para garantir a entrada de imigrantes no país. Um artigo do jornal “*Gazeta Liberal*”, de São Paulo, publicado em *A Província*, em 26 de setembro 1884, tece comentários sobre a vida de Moniz Freire em razão de sua candidatura para deputado geral do Espírito Santo, e também destaca sua atuação como jornalista:

“[...] ninguém ignora o modo digno e criterioso com que ele na qualidade de redator-chefe redigiu o Liberal, merecendo os seus luminosos escritos, os mais espontâneos aplausos de toda a imprensa.

Moniz Freire logo depois de receber o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais, regressou para a sua província natal, onde fundou um jornal diário, intitulado – A Província do Espírito-Santo, órgão consagrado á defesa dos princípios liberais, dos quais sempre foi um convicto sectário.

*A Província é o atestado vivo e eloqüente do vigor, da inteligência e da solidez dos conhecimentos de Moniz Freire [...]”*¹¹⁷.

¹¹⁷ **A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO**, edição de 26/09/1884.

2.5 Jornalismo e a produção do real

A nossa pesquisa, em particular, é de natureza qualitativa, com base em documentação histórica (imprensa) e discussão dos principais atores envolvidos na discussão – nesse caso, as notícias publicadas no jornal *A Província do Espírito Santo*. O referencial teórico que delimitou os conceitos deste trabalho teve como base à pressuposição e o subentendimento que o jornalismo através da seleção e divulgação de todo o material redacional não só espelha a realidade com também constrói a realidade social. Este trabalho se alicerça na hipótese de que a mídia não espelha simplesmente a realidade, mas constitui versões da realidade que dependem de posições sociais, interesses e objetivos daqueles que as produzem. Isso se concretiza por meio de escolhas que são feitas nos vários níveis no processo de produção dos textos (matérias), desde as escolhas lexicais até os vários tipos de discurso que se inter-relacionam na construção do sentido.

Para Rubim esta nova caracterização do cenário dos meios de comunicação permitiu reinventar vivências, alterar percepções, sensibilidades e processos cognitivos, modificando espacial e temporalmente toda a sociabilidade¹¹⁸. Para Melo: “(...) admitir a convivência de categorias que correspondem à modalidade de relato dos fatos e das idéias no espaço jornalístico não significa absolutamente desconhecer que o jornalismo continua a ser um processo social dotado de profundas implicações políticas, onde a expressão ideológica assume caráter determinante. Cada processo jornalístico tem sua dimensão ideológica própria, independente do artifício narrativo utilizado¹¹⁹”.

¹¹⁸ RUBIM, A.A.C **Sociabilidade, comunicação e política contemporânea**: sugestões para uma alternativa teórica. Revista Textos de Cultura e Comunicação, nº. 27, UFBA, 1992._____. **Comunicação e poder** – televisão e eleições presidenciais: In: Revista, p. 3.

¹¹⁹ MELO, Jose Marques de. **Jornalismo opinativo: gêneros no jornalismo brasileiro**. 3 ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003, p. 25.

Para o nosso trabalho endossamos as idéias de Melo de que “os meios de comunicação coletiva, através dos quais as mensagens jornalísticas penetram na sociedade, bem como os demais meios de reprodução simbólica, são ‘aparatos ideológicos’, funcionando, se não monoliticamente atrelados ao Estado, como dá entender Althusser, pelo menos atuando como uma ‘indústria da consciência’, de acordo com a perspectiva que lhes atribui Enzensberger, influenciando pessoas, comovendo grupos, mobilizando comunidades, dentro das contradições que marcam as sociedades¹²⁰”. Mais à frente o autor esclarece nosso ponto de vista para essa pesquisa: “Recusamos, portando, a idéia da ‘objetividade’ jornalística naquela acepção de neutralidade, imparcialidade, assepsia política que as fábricas norte-americanas de notícias quiseram impor a todo o mundo. Mas também não endossamos a tese de que a mensagem jornalística é necessariamente politizante, naquela acepção persuasiva, intrumentalizadora, acalentada por tantos exegetas equivocados de Marx¹²¹”. Portanto, o jornalismo não teria a função apenas de comunicar a outrem o conhecimento da realidade, mas também quem o produz e reproduz. Dessa forma, a representação, na imprensa e em todos os outros tipos de mídia e discurso, é uma prática construtiva. Os acontecimentos e as idéias não são comunicados de maneira neutra, em sua estrutura natural; nem poderiam ser, uma vez que são transmitidos por um meio com suas próprias características e essas características são impregnadas de valores sociais que dão uma perspectiva potencial para os acontecimentos.

O jornalista é servido pela língua, códigos e regras do campo das linguagens, para, no trabalho de enunciação, produzir discursos. Em outras palavras o jornalismo tem uma dimensão simbólica¹²². O grau de nomeação das coisas pelas palavras não se

¹²⁰ Idem, p. 73.

¹²¹ Idem, p. 73.

¹²² FAUSTO NETO, Antônio. **Mortes em derrapagem**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

dá apenas pelo recurso da justaposição, mas por algo que decorre do investimento do trabalho da enunciação, isto é, pelo sujeito¹²³.

A nossa idéia principal é didaticamente expressada por Melo: “A seleção da informação a ser divulgada através dos veículos jornalísticos é o principal instrumento de que dispõe a instituição (empresa) para expressar a sua opinião. É através da seleção que se aplica na prática a *linha editorial*. A seleção significa, portanto, a *ótica* através da qual a empresa jornalística vê o mundo. Essa visão decorre do que se decide publicar em cada edição privilegiando certos assuntos, destacando determinados personagens, obscurecendo alguns e ainda omitindo diversos¹²⁴”. É a partir dessa concepção de Melo que nortearmos nosso trabalho. Então, dessa forma, todo o conteúdo publicado pelo jornal *A Província do Espírito Santo* tais como: documentos de governo, relatórios ministeriais, avisos, notícias, reportagens, editoriais, artigos, crônicas, opinião do leitor (através de cartas e avisos pagos), etc. foi submetido a uma seleção e permeou o imaginário coletivo da época. É essa opinião (sobre a política imigrantista) que se forma pela seleção, que buscamos identificar no jornal.

2.6 Jornalismo e história: o jornal como fonte para as ciências humanas

Estabelecemos uma distinção entre o “jornalismo” entendido como uma prática social, envolvendo fundamentalmente as esferas da produção, circulação e recepção de notícias, e o “Jornalismo” como um campo de estudos que, no contexto das ciências humanas e sociais, procura elaborar conhecimento científico sobre o mencionado campo das práticas em suas conexões com a sociedade. Tal campo de estudo, por sua amplitude, irá também com frequência elaborar problemáticas interdisciplinares. Por

¹²³ BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. 4ª ed. Campinas: Pontes, 1995.

¹²⁴ MELO, Jose Marques de. **Jornalismo opinativo...** op. cit., p. 75.

esta razão, a disciplina da História já mantém um diálogo importante com ambas as noções de jornalismo (campo de práticas sociais/profissionais e campo científico-acadêmico).

O campo de estudos de Jornalismo tem com a História profunda ligação. Existem importantes trabalhos nos quais o jornalismo serve de fonte ou objeto para a História. Não são apenas os historiadores que recorrem a jornais para elaborar suas narrativas (e jornalistas que utilizam o conhecimento histórico), mas os jornalistas têm, por vezes, papel importante e ao mesmo tempo polêmico na elaboração da chamada “história imediata”.

Como mostra um trabalho de Camargo¹²⁵, até a década de 1970, a utilização da imprensa periódica como *fonte* para a história brasileira, não é muito acentuada, a despeito de exceções como os estudos de anúncios de jornais feitos por Gilberto Freyre ou a utilização de dados de jornais para a constituição de séries estatísticas sobre indicadores de preços, por exemplo, em estudos sociológicos ou históricos. Camargo discute aspectos que poderiam explicar esse fato, como a problemática da veracidade da informação da imprensa, a ausência de repertórios de jornais exaustivos e a dispersão das coleções. Sem dúvida, a insegurança e baixa utilização dos dados dos jornais pelos historiadores também está ligada a uma postura epistemológica, sobre o tipo de conhecimento que pode propiciar a análise do material da imprensa. A maior flexibilidade e um novo entendimento quanto a este ponto, seja numa delimitação de problemáticas ao qual a informação do jornal poderia trazer elementos, seja numa outra compreensão do significado das fontes, alteraram esse quadro. Isso a partir dos anos 1970, ou seja, na historiografia propriamente acadêmica, cujas publicações, geralmente resultado de teses e dissertações, têm se intensificado nos últimos anos.

¹²⁵ CAMARGO, Ana Maria de A. 1971. **A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil.** In: *Anais do V Simpósio dos Professores Universitários de História*. São Paulo, pp. 225-39.

Sobre a compreensão das fontes, a exposição de Capelato é bastante clara:

“O respeito sagrado pelo documento [da história positivista] desaparece e com ele o mito do historiador-cientista, dono da verdade absoluta. Desta forma, sua tarefa [do pesquisador, sob paradigmas “modernos” ou “pós-modernos”] se tornou mais complicada. Antes dele se exigia coleta, crítica e organização das fontes; agora deve questionar e analisar seu instrumento básico de trabalho¹²⁶”.

Abreu¹²⁷ nota que concepções sobre o papel da imprensa a partir de uma “teoria da dominação” – que vê na mídia mera representação de grupos dominantes ou interesses organizados –, para o qual o marxismo colaborou, também não favoreceu o estudo dos jornais pelos historiadores. Reflexões, de vários autores, sobre o jornal como fonte para a História e objeto das Ciências Sociais, dentro de um paradigma “moderno”, são encontradas em dois trabalhos organizados por Marques de Melo¹²⁸.

O leque de abordagens dos historiadores (ou pesquisadores das ciências humanas, excetuando-se, para efeito dessa primeira descrição, os de Jornalismo/Comunicação) que utilizam o jornal como uma fonte ou objeto de/para problemáticas ampliou-se. Uma amostra de trabalhos relevantes publicados – portanto mais significativa do que exaustiva – indica que houve, no início, maior preocupação com o político, em estudos de ideologias e jornais (Borges, 1979; Contier, 1979; Capelato e Prado, 1980; Capelato, 1989; Marson, 1980; Góes et.al., 1983; Paula, 1999) e do nível político da imprensa com a operacionalização do conceito de “indústria cultural” (Taschner, 1987, 1992); mas são feitas também histórias sociais de enfoque diverso (Silva, 1978; Bernardi, 2000; Cruz, 2000); descrições e análises da imprensa negra (Moura, 1984; Ferrara, 1986) ou do negro na imprensa (Schwarcz, 1987);

¹²⁶ CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo:EDUSP/Contexto. 1988, p. 24.

¹²⁷ ABREU, Alzira Alves de. Introdução. In: ____ et al. **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: FGV, 1996a, p. 8.

¹²⁸ MARQUES DE MELO, José. (org.). 1970. **A imprensa como objeto de estudo das ciências sociais**. São Paulo: Depto.de Jornalismo ECA/USP, 1970.

histórias e análises de periódicos (Mota e Capelato, 1981; Luca, 1999), inclusive com abordagem, em certo nível, prosográfica (Martins, 2001); estudos da censura sobre determinadas publicações num dado período (Carneiro e Kossoy, 2003) ou deste tipo de repressão no regime autoritário de 1964 (Aquino, 1999; Smith, 2000 [trabalho de uma brasilianista]; Kushnir, 2004); estudos de determinados períodos da história do jornalismo no Brasil, com maior ou menor ênfase nas influências mútuas entre o contexto social e a imprensa (Abreu et al., 1996; Lustosa, 2000; Morel e Barros, 2003); aproximações ao contemporâneo, seja num nível mais analítico (Lattman-Weltman et.al., 1994; Abreu et.al., 2003), seja no plano da constituição de um acervo de história oral (Abreu et.al., 2003a). Trabalhos para um público mais amplo também são publicados (Abreu, 2002; Lustosa, 2003).

Maria Ligia Prado e Maria Helena Capelato, que utilizaram o jornal como fonte de pesquisa, o justificam por entender “a imprensa profundamente como instrumento de manipulação e interesses e de intervenção social...”¹²⁹. Além das autoras citadas, a imprensa foi a base do trabalho de Roselys Correa dos Santos *A terra prometida: emigração italiana: mito e realidade* que analisou periódicos italianos do norte da Itália (entre 1875 a 1899) para explicar as causas do êxodo.

Embora a multiplicidade de enfoques dificulte uma análise do todo, se ressalta o nível monográfico, e é possível dizer que, tanto os trabalhos que optam por recortes mais segmentados, microanalíticos, quanto os que intentam articulações com níveis estruturais da sociedade, têm um padrão elevado de preocupação com a cientificidade, dentro de parâmetros da disciplina História. Ou seja, crítica de fontes adequada, constituição de problemáticas teóricas e empíricas fundamentadas em padrões científicos etc. O extremo de relativização da escritura histórica do paradigma “pós-

¹²⁹ CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. **O Bravo Matutino**. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1980. Introdução, p. 21.

moderno” não se evidencia, embora a influência da História Cultural seja clara, principalmente a partir dos anos de 1990. Outro aspecto importante a notar é a interdisciplinaridade e o uso de estratégias metodológicas variadas, o que ocorre em muitos trabalhos, para esclarecer problemáticas propriamente históricas ou de outra natureza. Assim, deve-se notar que os estudos de Taschner¹³⁰ são antes sociológicos do que históricos, porém, a excelente reconstrução histórica dos conglomerados jornalísticos estudados é um elemento central para a análise da problemática, conjugada a outros níveis de análise, como a econômica, por meio de dados das empresas e fontes secundárias. Do mesmo modo, a utilização feita por Schwarcz¹³¹ de jornais como fonte decorreu, sobretudo da questão relativa aos modos como a figura do negro era socialmente simbolizada em determinada época, numa pesquisa que combina preocupação antropológica com a História. E, nesse viés, a opção de trabalho com dois diferentes jornais representa uma interessante escolha metodológica e teórica: observar diferentes textos sobre o negro em jornais como “pedaços de significação” e ver esse “produto social” como “resultado de um ofício exercido e socialmente reconhecido, constituindo-se como um objeto de expectativas, posições e representações específicas¹³²”. Daí, então, a descrição e análise, no período em foco, dos jornais, que – ainda que este não seja o objetivo precípua do trabalho constitui contribuição para a história do jornalismo.

¹³⁰ TASCHNER GOLDENSTEIN, Gisela. 1987. **Do jornalismo político à indústria cultural**. São Paulo, Summus; TASCHNER, Gisela G. **Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

¹³¹ SCHWARCZ, Lília Moritz. **Retrato em branco e preto: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

¹³² Idem, p. 15.

A seguir, sobre a importância da imprensa como fonte para as ciências humanas, utilizamos algumas das observações de José Marques de Melo em *Estudos de Jornalismo Comparado*¹³³.

Gilberto Freyre classifica como “contribuição originalmente brasileira para as Ciências do Homem” o estudo sistemático da imprensa, sobretudo dos anúncios de jornais. Na sua opinião, essa “técnica não foi nova apenas para os estudos sociais no Brasil mas para os estudos sociais, em geral: em qualquer país”¹³⁴.

Pioneiro na utilização da imprensa como fonte para pesquisas científicas, Gilberto Freyre “chega a resultados verdadeiramente surpreendentes pela novidade, pela variedade, pelo rigor, pela segurança”, conforme a observação do historiador Octávio Tarquínio de Souza¹³⁵.

Eis o depoimento do próprio Gilberto Freyre, dimensionando o vastíssimo campo de estudos que oferece a nossa imprensa: - “Com relação ao Brasil – à sua história íntima, ao seu passado antropológico: um passo constantemente projetado sobre o presente e sobre o futuro – os anúncios constituem a melhor matéria ainda virgem para o estudo e a interpretação desse período: para o esclarecimento da nossa psicologia em muitos dos seus aspectos gerais ainda obscuros. Para o estudo do desenvolvimento da língua brasileira por exemplo (...) Quem tiver a pachorra de folhear a coleção de um dos nossos jornais do século XIX (...) há de acabar concluindo como o diplomata português: mais do que nos livros de história e nos romances, a história do Brasil do século XIX está nos anúncios de jornais. (...) Por algum tempo, chegaram esses

¹³³ MARQUES DE MELO, José. **Estudo de Jornalismo Comparado**. 1ª. ed. São Paulo: Editora Pioneira, pp. 37-46.

¹³⁴ FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. Imprensa Universitária. Recife. 1963, pp. 39 e 51. Apud MARQUES DE MELO, José. **Estudo de Jornalismo Comparado...** op. cit., p.

¹³⁵ SOUZA, Octávio Tarquínio de. *Prefácio*. In: “Inglêses no Brasil”. Livraria José Olympio Editora. Rio. 1948, p. 20. Apud MARQUES DE MELO, José. **Estudo de Jornalismo Comparado...** op. cit., p. 32.

anúncios a ocupar 2/3 e até 1/2 da parte ineditorial dos diários. A mais ligada à economia da época – a patriarcal e agrária; a mais ligada à vida então vivida pelo brasileiro, tanto nas cidades como, principalmente, nas fazendas, nos engenhos, nas chácaras; e em casas – as das fazendas, dos engenhos, das chácaras – mais ou menos grandes às quais eram indispensáveis senão senzalas, escravos¹³⁶.

História

Segundo Amaro Quintas, “os solitário de Apipuco (...) iria revolucionar, por exemplo, os processos da nossa historiografia social¹³⁷”, pois os jornais eram considerados até então como fontes suspeitas para os estudos científicos.

Lamentando que “os historiadores mais convencionais” ainda desprezem “a riqueza humana que se esconde” nos anúncios de notícias de jornais, Gilberto Freyre atribuía a Pereira da Costa o verdadeiro pioneirismo na utilização desse tipo de informações históricas. “Dentre os homens de estudos brasileiros, o historiador, o folclorista e dialetologista Pereira da Costa foi talvez o que mais se salientou no aproveitamento de tão valioso material”¹³⁸.

No entanto, pesquisadores contemporâneos começam a vencer as barreiras da tradicional metodologia historiográfica, encontrando na imprensa “uma verdadeira mina de conhecimentos, não somente como fonte de sua própria história, mas também das situações e acontecimentos os mais diversos”. Na opinião de Wilhelm Bauer, “a

¹³⁶ FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais...** op. cit., pp. 58/61. Apud MARQUES DE MELO, José. **Estudo de Jornalismo Comparado...** op. cit., p. 31.

¹³⁷ QUINTAS, Amaro. **Notícias e anúncios de jornal.** Prefeitura Municipal: Departamento de Documentação e Cultura. Recife. s/d, p. 13. Apud MARQUES DE MELO, José. **Estudo de Jornalismo Comparado...** op. cit., p. 33.

¹³⁸ FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais...** op. cit., p. 37. Apud MARQUES DE MELO, José. **Estudo de Jornalismo Comparado...** op. cit., p. 33.

imprensa é como um diário de sua época, cuja consulta é necessária às gerações futuras, inclusive para descobrir os mais finos estímulos da vida pretérita”¹³⁹.

O professor Amaro Quintas chegou até mesmo a demonstrar, no ensaio *Notícias e Anúncios de Jornal*, “o quão necessário é que os nossos estudiosos de história e de sociologia se voltem para uma fonte de tal importância”¹⁴⁰.

“Convenci-me uma vez mais de necessidade de ir aos velhos jornais” – confessa o Prof. Nilo Pereira na introdução à monografia *Dom Vital e a Questão Religiosa* – “para sentir neles a palpitação das idéias. Já é tempo de reconhecermos no jornal uma fonte indispensável do conhecimento histórico. Ninguém teria uma noção exata do problema da escravidão – para citar um exemplo apenas – sem ler nesses velhos jornais os anúncios de venda ou fuga de escravos”¹⁴¹.

E o pesquisador Edgar Carone, em exposição dirigida ao participantes do II Encontro Nacional de Estudantes de História, enfatizava: - “Só nos jornais os historiadores poderão encontrar os elementos fundamentais para a reconstituição da História da República no Brasil”¹⁴².

¹³⁹ BAUER, Wilhelm. **Introducción al estudio de la Historia**. Bosh: Casa Editorial. Barcelona. Apud MARQUES DE MELO, José. *Estudo de Jornalismo Comparado...* op. cit., p. 33.

¹⁴⁰ QUINTAS, Amaro. **Notícias e anúncios de jornal...** op. cit., pp. 13/14. Apud MARQUES DE MELO, José. *Estudo de Jornalismo Comparado...* op. cit., p. 33.

¹⁴¹ PEREIRA, Nilo. *Dom Vital e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 13. Apud MARQUES DE MELO, José. **Estudo de Jornalismo Comparado...** op. cit., p. 34.

¹⁴² O II Encontro Nacional do Estudantes de História realizou-se na Universidade de São Paulo, no período de 30 de outubro a 2 de novembro de 1971, sob o patrocínio do Centro de Estudos Históricos “Afonso Taynay”. Na ocasião, Edgar Carno fez uma exposição sobre “Pesquisa Histórica”, participando de uma mesa-redonda que tinha como tema central: “O Ensino e a Pesquisa Histórica na Universidade”. Apud MARQUES DE MELO, José. **Estudo de Jornalismo Comparado...** op. cit., p. 34.

Sociologia

As abordagens sociológicas tiveram no próprio Gilberto Freyre o seu maior artífice. Ademais de *Casa-Grande & Senzala*¹⁴³ e *Sobrados e Mucambos*¹⁴⁴, onde o sociólogo pernambucano apresenta essa inovação metodológica, a imprensa constituiria fonte para o estudo da influências culturais européias em nossa país.

Também Florestan Fernandes e Roger Bastide encetaram pesquisas sociológicas, retirando subsídios da imprensa. Em sua tese de cátedra – *Integração do Negro à Sociedade de Classes* – Florestan Fernandes usou como fontes de informação coleções de periódicos dos fins do século passado [retrasado], sobretudo *A Província de São Paulo* e o *Correio Paulistano*. Segundo ele, através das coleções desses jornais é possível acompanhar como alguns assuntos – “a libertação com cláusulas condicionais, primeiro, as indenizações e os auxílios para a lavoura, depois – impregnavam fundamente os debates e as atividades políticas das camadas dominantes¹⁴⁵”.

Explica o Prof. Roger Bastide: – “A sociologia tem como um dos seus principais objetivos de estudo, o exame das representações coletivas, dos sentimentos mais gerais, característicos de um grupo, das atividades e das necessidades comuns a uma classe de indivíduos. Daí a importância da imprensa, que representa justamente essas aspirações e esses sentimentos coletivos¹⁴⁶”. Tendo analisado sobretudo a produção literária do século XIX, Bastide faz uma observação muito interessante a respeito dos estereótipos

¹⁴³ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala* (Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal). 2 vols. Edição Popular. 1º. vol. – Imprensa Oficial. Recife. 1966; 2º. vol. – Companhia Editorial de Pernambuco. Recife. 1970. Apud MARQUES DE MELO, José. **Estudo de Jornalismo Comparado...** op. cit., p. 34.

¹⁴⁴ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. Livraria José Olympio Editora. Rio. 1951. 2 vols. Apud MARQUES DE MELO, José. *Estudo de Jornalismo Comparado...* op. cit., p. 36.

¹⁴⁵ FERNANDES, Florestan. *Integração do Negro à Sociedade de Classes*. Mec INEP. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Rio, 1964, pp. 4 e 34. Apud MARQUES DE MELO, José. *Estudo de Jornalismo Comparado...* op. cit., p. 37.

¹⁴⁶ BASTIDE, Roger. *A Imprensa Negra do Estado de São Paulo*. In: “Estudos Afro-Brasileiros”. 2ª. série. Boletim de Sociologia, Nº. 2. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. São Paulo, 1951, p. 50. Apud MARQUES DE MELO, José. **Estudo de Jornalismo Comparado...** op. cit., p. 37.

raciais na sociedade contemporânea. Na sua opinião, “para este período, todavia, talvez o estudo dos jornais seja mais importante do que o dos livros, como expressão de sentimentos coletivos”¹⁴⁷.

Psicologia Social

No campo da Psicologia Social, afirma Gilberto Freyre: - “*As Seções Sociais* nas folhas brasileiras, principalmente nas de província, constituem uma paraliteratura de particular interesse para o psicólogo social. É aí que os *aniversários*, os *falecimentos*, os *batizados*, os *casamentos*, os *desembarques* são registrados ou anunciados com muito florido de frase. É aí que as *mães* deixam de ser *mães* para aparecerem *amantíssimas genitoras*. E os pais surgem *venerandos progenitores*. Ou *acatados genitores*. É aí que os *funcionários públicos* passam a *zelosos funcionários de categoria da repartição tal*. E os comerciantes a *abastados* ou *acreditados comerciantes*. Os dias de anos não passam simplesmente, como os outros dias, mas *transfluem* ou *defluem*. Tudo se transforma sob um especialíssimo vocabulário em que os adjetivos são os senhores, os reis, os caudilhos; e os substantivos, seus simples acaudilhados. (...) Há folhas, pelas províncias, que se desmandam em extremos em semelhante gênero jornalístico. A adjetivação enfaticamente lisonjeira lhe pinga das mais simples notícias. E as fotografias se alongam ou diminuem de acordo com a maior ou menor prestígio político ou financeiro dos *ilustres conterrâneos* que a imprensa glorifica por ocasião de datas festivas”¹⁴⁸.

Antropologia

¹⁴⁷ BASTIDE, Roger. **A Imprensa Negra do Estado de São Paulo...** op. cit., pp. 77 e 78. Apud MARQUES DE MELO, José. **Estudo de Jornalismo Comparado...** op. cit., p. 37.

¹⁴⁸ FREYRE, Gilberto. *Jornais, História e Psicologia*. In: **Retalhos de jornais Velhos**. Livraria José Olympio Editora. 2ª ed, Rio. 1964, pp. 110-111. Apud MARQUES DE MELO, José. **Estudo de Jornalismo Comparado...** op. cit., p. 38.

Em Antropologia, também foi Gilberto Freyre o primeiro a descobrir a importância informativo-documental da imprensa. Aliás, situam-se exatamente nessa área das Ciências Humanas as suas pesquisas pioneiras em anúncios de jornais. Elas estão evidenciadas nos estudos *O escravo nos anúncios de jornal do tempo do império*¹⁴⁹ e *Deformações de corpo nos escravos nos anúncios de jornais brasileiros do Século XIX*¹⁵⁰.

“Do ponto de vista antropológico, venho me utilizando há anos” – diz Gilberto Freyre – “dos anúncios de escravos fugidos, para interpretações de predominâncias de tipo físico e de características culturais, que seriam impossíveis, sem o estudo de tão valioso material. Recolhi já (...) vários característicos somáticos de negros e mestiços das senzalas do Norte do Império e (...) os nomes na importação de escravos, da África para o Brasil. (...) Nos anúncios referentes a escravos, vamos surpreender indicações valiosas, prestando-se a estudos de estatística e de história comparada, não só sobre a antropologia física e cultural do africano novo e crioulo no Brasil, sua patologia – as doenças, os vícios e as malformações predominantes entre os versos de sua psicologia e até de sua constituição – os sonsos, os espertos, os banzeiros, os tristonhos, os alegres, os gordos, os altos, os magros – como também acerca de todo o complexo problema das relações de raça e de cultura em nosso País durante o século em grande parte imperial, que foi o XIX. São as informações que esses anúncios nos oferecem de uma riqueza de uma complexidade surpreendentes¹⁵¹”.

Dentro da perspectiva da antropologia cultural e social, o Prof. Waldemar Valente, estudando a figura do Frei Miguel do Sacramento Lopes da Gama, o Padre

¹⁴⁹ FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais do tempo do império*. In. “Espelho”. Rio. Fevereiro de 1936. Apud MARQUES DE MELO, José. **Estudo de Jornalismo Comparado...** op. cit., p. 39.

¹⁵⁰ FREYRE Gilberto. *O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*. Imprensa Universitária. Recife. 1963. Apud MARQUES DE MELO, José. **Estudo de Jornalismo Comparado...** op. cit., p. 39.

¹⁵¹ FREYRE Gilberto. *O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX...* op. cit., pp. 68 e 72. Apud MARQUES DE MELO, José. **Estudo de Jornalismo Comparado...** op. cit., p. 41.

Carapuceiro, elaborou um ensaio sobre a *Crítica de Costumes na Primeira Metade do Século XIX*. Esse trabalho ele realizou vasculhando “os jornais de Lopes Gama” ou aqueles “em que foi colaborador constante (...), lendo atentamente os editoriais, os comentários, as crônicas, os pequenos contos, as variedades e as anedotas¹⁵²”.

Aliás, Waldemar Valente faz questão de ressaltar também “a importância das informações contidas nos anúncios de jornal” para “o balanço das influências européias que agiram sobre a vida brasileira, alterando-lhe muitos de seus aspectos, provocando-lhe mudanças, nem sempre moderadas ou saudáveis¹⁵³”.

Em *Ordem e Progresso*¹⁵⁴ Gilberto Freyre abriria caminho para os estudos de Política, usando como fonte de pesquisa a imprensa da época a ser analisada. “Nos estudos a que nos entregamos – esclarece Gilberto Freyre – em torno do século XX – o mil e novecentos brasileiro – não deixamos de recorrer aos anúncios de jornais de época; às chamadas *solicitadas* nos mesmos jornais; às notícias de falecimentos, aniversários, casamentos, tanto quanto às políticas e às crônicas sobre assuntos econômicos e financeiros; às revistas ilustradas; às revistas para crianças, às caricaturas¹⁵⁵”.

Para o estudo, por exemplo, do período de transição da Monarquia para a República, chama ele a atenção para o “prestígio da imprensa”, que, “em sucessão ao do púlpito, em competição com o da tribuna e em antecipação ao do livro literário (...)

¹⁵² VALENTE, Waldemar. **O Padre Carapuceiro** (Crítica de Costumes na Primeira Metade do Século XIX). Departamento de Cultura da SEC. Recife. 1969, p. 43. Apud MARQUES DE MELO, José. **Estudo de Jornalismo Comparado...** op. cit., p. 41.

¹⁵³ VALENTE, Waldemar. **O Padre Carapuceiro...** op. cit., p. 59. Apud MARQUES DE MELO, José. **Estudo de Jornalismo Comparado...** op. cit., p. 41.

¹⁵⁴ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso* (Processo de Desintegração das Sociedades Patriarcal e Semipatriarcal no Brasil sob o Regime de Trabalho Livre; Aspectos de um Quase Meio Século de Transição do Trabalho Escravo para o Trabalho Livre; e da Monarquia para a República). 2 vols. Livraria José Olympio Editora. Rio. 1962. Apud MARQUES DE MELO, José. **Estudo de Jornalismo Comparado...** op. cit., p. 41.

¹⁵⁵ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso...* op. cit., p. 30. 1º tomo. Apud MARQUES DE MELO, José. **Estudo de Jornalismo Comparado...** op. cit., p. 42.

caracterizaria o Brasil intelectual no seu período mil e novecentos¹⁵⁶”. E acrescenta: “Raros, assim, nessa época, os escritores que não se fizeram notar pela sua presença nos jornais ou nas revistas; que ao gosto ou empenho pela criação artística ou literária, não juntassem o desejo de influir na vida nacional; de atuar sobre o público; de participar da política, de intervir na discussão dos problemas do dia¹⁵⁷”.

Recorreriam de igual forma às coleções de jornais os estudiosos José Albertino Rodrigues e Paula Beiguelman. A grande imprensa paulistana dos fins do século, sobretudo *A Província de São Paulo* e o *Correio Paulistano*, serviria à professora Paula Beiguelman para o seu trabalho *A Grande Imigração em São Paulo*¹⁵⁸.

¹⁵⁶ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso...* op. cit., p. 251. Apud MARQUES DE MELO, José. **Estudo de Jornalismo Comparado...** op. cit., p. 42.

¹⁵⁷ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso...* op. cit., p. 249. Apud MARQUES DE MELO, José. **Estudo de Jornalismo Comparado...** op. cit., p. 42.

¹⁵⁸ BEIGUELMAN, Paula. *A Grande Imigração em São Paulo*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. Nº. 3 e 4. Universidade de São Paulo. S. Paulo. 1988. Apud MARQUES DE MELO, José. **Estudo de Jornalismo Comparado...** op. cit., p. 43.

CAPÍTULO 3 O DISCURSO DO JORNAL A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO ACERCA DA IMIGRAÇÃO

Este capítulo constitui o escopo principal desta dissertação. Aqui estão reunidos as impressões que tivemos a partir da leitura de oitos anos de história do jornal *A Província do Espírito Santo*, que se estende entre 1882 a 1889. Através do método *indiciário* proposto por Ginzburg¹⁵⁹, percorremos as páginas desse jornal como caçadoras de pistas que pudesse saltar das páginas aos olhos e configurar o discurso majoritário do jornal. O paradigma indiciário contém a proposta de um método centrado no detalhe, nos indícios, sinais, vestígios. A sensibilidade e o exercício da conjectura são fundamentais durante todo o processo de pesquisa. É uma prática interpretativa interdisciplinar situada no âmbito da micro-análise, ou seja, uma prática historiográfica com referências teóricas variadas. Análise microscópica se refere a redução de escala na observação do objeto, portanto, a dimensão micro diz respeito a uma postura metodológica de observação e não ao objeto em si. O método indiciário traz novas possibilidades para a análise da documentação e uma nova relação com o objeto de estudo. O método oferece outros ângulos para tratar o velho problema dos critérios de cientificidade nas Ciências Humanas, apresentando outra relação entre saber e verdade e suas implicações no rigor científico, fora da herança positivista. A conjectura é uma

¹⁵⁹ GINSBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais... op. cit.** O historiador italiano Carlo Ginzburg, especialista na análise dos processos da Inquisição nos séculos XVI e XVII, é conhecido do público brasileiro por seus livros *O queijo e os vermes* (1987), *Os andarilhos do bem* (1988) e *Mitos, emblemas, sinais* (1989), todos traduzidos e publicados pela Companhia das Letras. Professor da Universidade de Bolonha e da Universidade da Califórnia em Los Angeles, esteve no Brasil em setembro de 1989, onde proferiu palestras a convite da USP, da Unicamp e do PPGAS do Museu Nacional (UFRJ). Ginzburg trabalha com a perspectiva da generalização, com a dialética e não com o velho conceito de razão-desrazão ou indutivo-detutivo. Não é a dimensão do objeto que Ginzburg se interessa, ele faz uma redução metodológica ao analisar o micro. Ginzburg diz que não pode ser chamado de micro-historiador, pois ele não é reducionista, pois faz generalizações. Os estudos indiciários começam a se firmar a partir da década de 1970-1980, realizado por Ginzburg através da análise comparativa das práticas indiciárias do médico e crítico de arte Giovanni Morelli, do médico e literato Arthur Conan Doyle (criador de Sherlock Holmes) e Sigmund Freud, fundador da psicanálise.

postura e prática comum ao pensamento científico, onde a prova e a retórica (*Retórica: Idéia defendida por Aristóteles em que tanto as proposições quanto os fatos fazem parte de uma poderosa arte retórica*) são parte da pesquisa e do processo de construção do conhecimento histórico. O método indiciário constrói seu rigor de forma flexível superando a “verdade” absoluta dos positivistas e a impossibilidade da “verdade” dos pós-modernos. Márcia B. F. Rodrigues nos diz que:

“Partindo de uma crítica severa ao paradigma positivista e físicomatemático, baseado na física galileana e inscrito na oposição Racionalismo versus Irracionalismo. Ginzburg discute e analisa o paradigma indiciário, não teorizado, apesar de amplamente operante até o final do século XIX, contrapondo-o ao modelo positivista vitorioso no século XX. Nesse sentido procura mapear sua origem e demonstrar sua utilização nas diferentes áreas do saber”¹⁶⁰.

A metodologia de pesquisa proposto por Ginzburg nos abriu a possibilidade de uma nova interpretação dos jornais analisados. Sem nos apegarmos aos tradicionais conceitos cristalizados de cientificidade e verdade, nos permitimos a retórica e a imaginação criativa, ao escolhermos determinadas pistas, indícios, matérias que o jornal nos forneceu, e a partir desses fragmentos construímos nossa tese. O nosso pressuposto teórico para a análise documental do jornal teve como ancora a metodologia proposta por Ginzburg, o qual Márcia nos descreve:

“O ponto de partida do autor é o dilema que se instaura a partir de Galileu, ou seja: ou as ciências humanas assumem um estatuto frágil para chegar a resultados relevantes, ou assumem um estatuto forte para chegar a resultados de pouca relevância. Para Ginzburg, o paradigma indiciário ao estabelecer uma estreita relação entre natureza e cultura localiza-se no primeiro caso: sem ser rigoroso, no sentido galileano, mas fundando-se num rigor flexível, sensível aos sons, sabores e odores, onde rigor, sensibilidade, intuição e técnica se combinam para chegar à verdade provável; que não é nem a verdade dos positivistas, nem a impossibilidade da verdade dos

¹⁶⁰ RODRIGUES, Márcia B. F. Razão e sensibilidade: reflexões em torno do paradigma indiciário. In: _____. **Dimensões** – Revista de História da Ufes: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, n.º. 17, 2005, pp. 215-216.

céticos, nem o relativismo pós-moderno. O que então daria aos fenômenos existentes a sua consistência? O indício”¹⁶¹.

Ao longo deste capítulo nos depararemos com várias citações, e isso foi intencionalmente elaborado, para que seguíssemos uma narrativa contínua e linear; para que tenhamos ao longo de suas leituras, uma idéia geral do discurso que o jornal produziu; na condição de pesquisador das ciências humanas e sociais, deixamos que a fonte “falasse” através dos seus vários discursos e em seguida fizemos a nossas intervenções. Queremos enfatizar que o que foi colocado aqui foram às pistas (o material) que o jornal nos forneceu com relação à *imigração estrangeira*, o foco dessa dissertação. Muitos outros temas foram abordados por *A Província*, e de suas páginas emergiriam vários debates, lutas políticas, denúncias, ou mesmo simples notícias (que, na verdade, não são tão simples, pois se configura na propagação de algum discurso). Percebemos que o jornal deu mais cobertura a temas ligados a política econômica, a administração pública (construção de canais de comunicação para a Província do Espírito Santo, por exemplo), reclamações de falta de higiene da capital, Vitória, etc., do que propriamente a imigração em si. Tive que percorrer vários jornais, e até mesmo anos de história, para encontrar algum registro que pudesse me ceder alguma pista para a construção de um discurso imigrantista por parte do editor do jornal, Moniz Freire. Um dado importante a que chegamos ao analisar os oito primeiros anos de vida do jornal, foi que raros editoriais se dedicaram ao tema da imigração; e essa dificuldade de encontrar tal assunto tornava-se mais difícil na medida em que os poucos que trataram do tema o fizeram diluídos no meio de outros assuntos. No entanto, o conjunto de toda essa material: quando o jornal falou através de outras vozes que não a sua diretamente, ou seja, na publicação de relatórios de governo, notícias de outros jornais, etc., e suas

¹⁶¹ Idem, p. 216.

próprias notícias, editoriais, artigos, etc. produziram um discurso, uma visão sobre a imigração do século XIX, que colocamos aqui. Procurando adjetivar o noticiário de *A Província* acerca da imigração, poderíamos qualificá-lo de um jornalismo *atento*, pois o que ele noticiou e o modo como noticiou, demonstrou que o fenômeno imigrantista era um dos seus temas de atenção e observação; na sua totalidade, como dissemos, a imigração foi um dos temas importantes tratados pelo jornal, mas não o tema que ditou a sua política editorial. Em cima dessa cobertura jornalística de *A Província*, às vezes fragmentada e de pouco posicionamento em relação à imigração fizemos um estudo intensivo e minucioso do material documental, o que nos permite o método indiciário; fomos atrás desses indícios e fragmentos que o jornal deixou ao longo dos sete anos de cobertura, e a partir de um ponto específico da realidade, buscamos exemplificar conceitos gerais (pois a micro-análise destaca as particularidades e acentua os detalhes contingentes nos acontecimentos, os fatos mais insignificantes podem servir para revelar um fenômeno mais geral).

No fazer jornalístico, a seleção do que vai ser publicado possui contornos ideológicos implícitos ou explícitos, procurando direcionar a opinião pública para uma determinada visão do fato. Evidente também que não podemos afirmar que toda cobertura noticiosa possui uma ideologia definida e um “o que pensar” já pré-determinado. Sabemos que neutralidade jornalística não existe, mas também recusamos a idéia que a imprensa seja necessariamente persuasiva, instrumentalizadora e formadora das consciências. Acreditamos existir uma dialética que ora existe uma ideologia explícita, ora os fatos são narrados e retratados como eles “acontecem”. Em *A Província*, percebemos essa dialética ora direcionando a opinião pública para uma visão positiva da imigração, ora relatando os fatos sem cunho persuasivo.

A redação de *A Província* foi palco de inúmeros debates sobre o Brasil, sobre o mundo e sobre a capital, Vitória, e a imigração estrangeira foi um dos temas que mereceu visibilidade no rol desse fazer jornalístico diário.

Nesse capítulo, nos ocupamos em analisar os principais aspectos que envolveram a política imigrantista que emergiram das páginas do jornal. O capítulo está dividido nos seguintes temas: *Uma visão geral acerca da imigração; Sociedade Central de Imigração e Sociedade Espírito Santense de Imigração; Pequena propriedade e imigração espontânea no jornal; Denúncias e defesas uma cobertura jornalística conflitante; Críticas ao trabalhador capixaba e ao “trabalhador nacional”; Lavoura e escravidão: o debate a abolicionista.*

3.1 Uma visão geral acerca da imigração

Nos primeiros editoriais do jornal (no ano de 1882), encontramos algumas críticas feitas aos imigrantes, no entanto elas tinham um caráter mais de chamar a atenção do estrangeiro. Procurava advertir que não pensasse em vir quem não tivesse intenções de trabalhar com ardor e respeito à terra. Falando sobre os imigrantes que se dirigem para os Estados Unidos e fazendo uma comparação aos que se dirigem ao Brasil, o editorial de 15 de agosto de 1882, comenta:

*[...] E para honra dos americanos, este assoberbante contingente de estrangeiros identificam-se logo com os seus costumes, não concorre para perturbações intestinas, e não vai ao seu País na esperança de dominá-los, bem ao contrário do que dá-se conosco, que somos procurados apenas com o ânimo espoliador, que se alimenta na crença que tem de que somos uns botocudos. [...]*¹⁶².

O jornal diz “*ânimo espoliador*” com relação aos imigrantes que aqui entravam. Ora, os imigrantes que desembarcavam nos EUA eram os mesmos que desembarcavam

¹⁶² A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, publicado em 15/08/1882.

em qualquer parte do mundo; a esses trabalhadores interessavam a sua sobrevivência e a sobrevivência dos seus; interessavam ter as condições adequadas para o plantio, seja qual fosse, ou para a oportunidade de trabalho, seja qual fosse; a Europa, em dificuldades várias, os expelia, buscar um novo caminho de sobrevivência era preciso. Embora seja dirigida ao imigrante, essa fala do jornal está também orientada a nação norte-americana e seu modo de produção. Os imigrantes eram os mesmos em qualquer parte, o que diferenciava eram as condições que lhes eram dadas, e isso mudava de país para país. Essa crítica ao imigrante, ou melhor dizendo, a crítica a não-produção, fazia parte do pensamento da época, que atacava qualquer indício do não-progresso, em outras palavras, da indolência. Para um século como foi o XIX, crescer e construir nos mais vastos sentidos, ideológicos, políticos, econômicos e materiais era o discurso da época. E não é de se admirar que o contingente europeu que estava entrando no país, fosse já de imediato alertado sobre tal propósito. Essa crítica dirigida ao imigrante, comparando ao modelo norte-americano, foi à crítica mais contundente que identificamos na leitura da coleção de *A Província*.

Por se tratar de uma iniciativa do governo central, a vinda de maior ou menor número de imigrantes para o Espírito Santo dependia de decisões de fóra, do peso político da província e de sua capacidade de arcar com os custos dessa iniciativa. Procurando demonstrar a importância do auxílio a imigração, o *Jornal do Comércio* descreve quem são os imigrantes e em quais condições eles emigram:

“[...] É preciso aceitar a imigração qual não pode deixar de ser. A grande maioria dos homens que emigram fazem-no á busca de trabalho por não o encontrarem na pátria suficientemente remunerador; são poucos, são raros aqueles que trazem consigo algum pecúlio de certa importância; e estes mesmos teriam razão para desgostar-se se, após a despesa de transporte marítimo, ainda fossem obrigados a outros gastos antes de poderem colocar-se definitivamente. [...]”¹⁶³.

¹⁶³ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, edição de 26/02/1884.

A necessidade de auxiliar o imigrante, como traz o comentário acima, seja com traslado do porto de desembarque à localidade (pequena ou grande propriedade), alimentação, agasalho, dinheiro para cobrir os gastos nos primeiros meses de adaptação, será a tônica do discurso do jornal. Notas, matérias, artigos, editoriais (embora poucos), vão trazer a palavra “auxílio” na tentativa de pressionar o governo e os órgãos responsáveis, a tomarem uma postura positiva em relação a imigração. Pela quantidade de pedidos de auxílios solicitada pelo jornal, nota-se que o cumprimento dessa ajuda era falho e precário.

Conforme notas informativas que encontramos em *A Província*, vários projetos de lei estavam sendo elaborados para garantir aos imigrantes os mesmos direitos civis dos nascidos no Brasil, como o direito a eleger os seus representantes pelo voto. Foi comum encontrar também notas informando que imigrantes estavam naturalizando-se. Foram muitas as incidências de notas simples informando o número e a procedência dos imigrantes que entravam na Província do Espírito Santo. Ficamos sabendo que uma família composta de 15 franceses se encontrava na Província depois de ter emigrado espontaneamente de seu país; eles solicitaram ferramentas e outros auxílios para poderem se manter nos primeiros períodos. E sob o título “*Auxilio á imigrantes*”, da edição de 28/02/1884 informava:

“O ministro da agricultura comunicou á presidência ter solicitado da fazenda, ordens para que na tesouraria de fazenda desta província seja posto á disposição do inspetor geral das terras e colonização, o credito de 2:000\$000 para ocorrer as despesas, durante o atual exercício, com o transporte, alimentação e agasalho dos imigrantes que desembarcarem sem recurso nos portos desta província. [...]”¹⁶⁴.

Uma nota da edição de 28/01/1885 informava: “*No Maria-Pia vieram com destino a esta capital 11 imigrantes de nacionalidade italiana e alemã*”. Encontramos

¹⁶⁴ **A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO**, edição de 28/02/1884.

também uma nota informando a pretensão de duas mil famílias russas de se estabelecerem em uma das províncias do Brasil:

“Dá-se como certa a imigração para o Brasil de duas mil famílias russas, representando nove mil indivíduos, na maior parte agricultores, que pretende se estabelecer nas províncias que mais lhes convierem”¹⁶⁵.

Esses tipos de notas de natureza estatístico-quantitativa encontramos em grande número no jornal; mas como se vê, sem nenhuma opinião ou algum discurso mais expressivo. Na edição de *A Província* de 1/07/1885 era publicado o seguinte anúncio: *“FELISOLA & IRMÃO remetem dinheiro para qualquer cidade ou vila da Itália e Tyrol, por intermédio da casa Fiorita & Tavolara, mediante pequena comissão”*. Na edição de 21/07/1885 sob o título *“Imigração portuguesa”*, uma nota informava que entre 1871 a 1881, 133.300 portugueses emigraram do seu país. Uma nota informava as últimas estatísticas publicadas pelo governo Italiano referente à população desse país, espalhada pelos países da América:

Argentina	200.000
Estados Unidos	170.000
Brasil	82.000
República Oriental	40.000
Peru	10.040
México	6.000
Venezuela	3.267
Chile	3.000
Paraguai	3.000
Outras repúblicas	6.712

¹⁶⁵ **A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO**, edição de 11/06/1886.

Cartilhas e encartes contendo informações sobre o Brasil, estavam sendo difundidos no exterior. Eram guias informativos sobre o Brasil que buscava apresentar o país lá fóra, e com isso atrair mão-de-obra, sobretudo, européia. Como nos mostra a nota da edição de *A Província* de 23/02/1886 com o título *Guia do emigrante para o Brasil*:

“O sr. José Coelho Gomes, secretário interino da legação imperial em Washington, acaba de publicar um folheto de baixo do título: Commercial and emigrational guide to Brazil, no qual coligiu numerosas informações acerca do nosso país que muito úteis poderão ser não somente aos que desejarem emigrar para o Brasil, mas a todos os estrangeiros que desejarem conhecer o império por dados fidedignos”¹⁶⁶.

Estava sendo esperado da Itália o navio *Duca de Galiera* trazendo cerca de mil imigrantes com destino a diversos municípios da Província do Espírito Santo, informamos uma notícia de 27/07/1888; sendo que a Inspetoria de Terras e Colonização procurando alojar esses estrangeiros, alugou um armazém localizado na rua 1º de março, na capital; contra essa medida diz a notícia que o local não ofereceria nenhuma estrutura para abrigar esse número de pessoas. Foram muitas as edições que encontramos apenas pequenas notas informativas sobre a imigração, sem analisar ou emitir opinião. Passamos por várias edições sem que houvesse algo de significativo sobre a imigração, como um artigo que emitisse uma opinião mais contundente ou um editorial mais expressivo ou até mesmo uma carta de algum imigrante relatando sobre a sua condição. Notamos também que um dos documentos que continham opiniões mais explícitas sobre a imigração que ocorria no país, saíam dos relatórios da Sociedade Central de Imigração e da Sociedade Espírito Santense de Imigração. (Sobre essas duas sociedades abordaremos em um subitem mais a frente).

¹⁶⁶ **A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO**, edição de 23/02/1886.

Não foram apenas agricultores italianos que vieram para o Espírito Santo, mas todos os tipos de trabalhadores. Em Vitória, por exemplo, localizavam-se em maior quantidade os profissionais autônomos e comerciantes. Os anúncios mais freqüentes que encontramos no jornal foram de trabalhadores italianos oferecendo serviços na maior parte de sapataria. Na edição de 4/08/1882, dois italianos anunciavam seus serviços. Carlos Roza assim oferecia:

“Trabalha em todos os gêneros de calçado para homens e mulheres e garante ao público a modicidade de preços e excelência de suas horas. Especialidade de calçado com solas de aço. Recebe já encomendas”.

E o italiano Biagio Dalascio divulgava:

“Galvaniza objetos de ouro, prata, e qualquer outro metal. Conserta também jóias e mais objetos de metal. Grande perfeição de trabalhos e preços módicos”.

Deparamos-nos com muitas notícias sobre a imigração para os Estados Unidos. A maneira como o jornal noticiava a imigração para a nação norte-americana, dizendo-se pasmo com as estatísticas de entrada de imigrantes, mostra a força que tinha esse país de promover a imigração em massa¹⁶⁷. Um artigo da *A Província* de 15/08/1882 diz que em 1881, desembarcaram pelo porto de Nova Iorque, 432.635 imigrantes; as cinco nacionalidades que mais entraram nesse país nesse ano, segundo dados de um jornal de Nova Iorque, foram: Alemanha (118.255), Irlanda (62.408), Inglaterra (36.552), Suécia (35.335), Noruega (13.895) e Itália com 13.209 imigrantes. E declara o artigo:

¹⁶⁷ BITTENCOURT, Gabriel. **Café e modernização: o espírito santo no século XIX**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987. Segundo Bittencourt, nos primeiros anos de imigração (a partir de 1870) a inaptidão do governo brasileiro para fomentar a imigração subvencionada, como estava sendo realizada, bem como as dificuldades impostas pelo custo da passagem do imigrante, a febre amarela, dificuldade de língua e o sistema escravista vigente terminavam por dirigir para os Estados Unidos à preferência da corrente migratória.

“[...] de dez em dez anos os Estados Unidos recebe uma população estrangeira tão grande quanto a população do Brasil [...]”.

A nação norte-americana, diz o editorial de *A Província* de 03/09/1882: “[...] é um prolongamento da grande civilização européia [...]”.

E nós:

“[...] Descendemos de um povo que cedo perdeu sua influência marítima e colonial, nossa língua é pouco conhecida, e sobre todas as outras inconveniências arrostamos com a concorrência de generosa pátria de Washington [...]

[...] Contávamos [...] açular a emigração espontânea, a modo do que se dá nos Estados Unidos, diariamente procurado por centenas de estrangeiros; **mas não cogitamos da diferença que vai entre um e outro país [...]**”¹⁶⁸. (negrito meu)

Na edição de 5/11/1882 o jornal trás a seguinte notícia sob o título “A riqueza dos Estados-Unidos”:

“O aumento da fortuna nacional nos Estados Unidos desde 1850 bastaria, segundo o cálculo de um economista inglês para comprar a Alemanha com todas as suas cidades, vilas, castelos, bancos, fábricas, etc., sendo a acumulação anual de 825;000,000 dólares a riqueza pública nos Estados Unidos, que aumenta cada dez anos mais o valor total da Espanha e da Itália. De modo que, segundo esses cálculos, cada dia o capital da grande república aumenta 2,3000,000 dólares! [...]”¹⁶⁹.

Uma artigo muito interessante datado de 25 de outubro de 1884 (e publicado em *A Província* na edição de 29/10/1884), escrito por um morador, provavelmente um fazendeiro, da Vila do Cachoeiro de Santa Leopoldina, que assinou com o nome de Sefy, rebate um artigo publicado pelo jornal alemão *Die Post*, de Berlim (de número 155, de 9 de junho de 1884), que fazia críticas a imigração que o governo brasileiro realizava. O artigo de Sefy possui matizes ideológicas que traz abordagens positivas da

¹⁶⁸ *A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO*, edição de 3/09/1882.

¹⁶⁹ *A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO*, edição de 5/11/1882.

imigração realizada no país, quando o autor chega a declarar que os contratos de parcerias firmados entre o fazendeiro e o imigrante eram “*vantajosos ao imigrante*”, e quando também acusa o jornal de ser “*despeitado e parcial*” e diz que “*é bem conhecido o nosso fraternal acolhimento aos imigrantes*”. Acompanhem as contrarrespostas do articulista e a riqueza de seus argumentos, que mostra-nos a política de imigração que se almejava no país:

“Não é a abolição nem a grande mortalidade dos negros que aumentam a falta de trabalhadores baratos, temos em quantidade; uma lei de locação de serviço é que não temos, e daí a falta que temos de trabalhadores.

Se o projeto de imigração chinesa não chegou à realização e procuramos por isso ganhar trabalhadores alemães, é, sem esforço que encontramos essa negação, tanto mais que os alemães ligados pelos laços de família, e atraídos pela propriedade de nosso clima e fraternal acolhimento que nós lhe dispensamos, fazem-se preferidos e procuram ser outros tantos lavradores obtendo desta arte meios de vida que em sua pátria seriam deles privados.

Nós não procuramos um tráfico de europeus, por que de certo seríamos mal sucedidos, procuramos trabalhadores inteligentes, fazemos com eles contrato de parceria com proveitos recíprocos e talvez mais vantajosos ao imigrante do que a nós.

O escritor do artigo do Die Post (O Correio) ignora completamente o quanto nosso clima é favorável aos imigrantes, mormente nas províncias do sul do Brasil: conhecesse outro sim o que em 1872, na exposição de Viena da Áustria, demonstrou-se acerca de nossas colônias, seria mais cauteloso no seu artigo.

Não queremos os imigrantes com o fim de maltratá-los nem com eles substituímos nossos escravos, procuramos associarmos a homens que nos ofereça mais garantia do que os ex-escravos, a um operário ou trabalhador mais inteligente; em troca do que os afastamos da posição arquidifícil e falta de meios de que se ressentem e vivem na Europa, devido à grande quantidade de máquinas que ali substitui o assalariado.

(...) Não visamos importar alemães ou outro qualquer europeu, como mercadorias, porque seria para nós tão pernicioso como foi à importação de africanos.

Nos Estados Unidos quando a abolição do escravo chegou a seu termo, o governo procurou animar a lavoura facilitando a imigração. Nós o seguimos.

É livre de comentários que o artigo do Die Post (O Correio) é despeitado e parcial, porquanto, é bem conhecido o nosso fraternal acolhimento aos imigrantes.

Nenhum fato em nosso desabono serviu de base para semelhante artigo.

Algumas colônias particulares se tem fundado no Brasil, logo porém, que elas vão mal sucedidas, o governo vem em seu auxílio.

O bom resultado que os imigrantes, mormente alemães, tem obtido no Brasil, o modo honesto e respeitador que sempre procuram portar sua vida, nos aconselha a procurá-los, porém, o mesmo faremos aos súditos de qualquer nação que quiserem imigrar para o nosso vastos império; e neste sentido o exm. sr. dr. presidente da província, acaba de convocar uma reunião de lavradores e comerciantes, com o fim de auxiliar e facilitar a imigração.

Residimos em uma das principais colônias do império, <<a de Santa Leopoldina>> onde cerca de dez mil colonos alemães vivem na abundância e acercados de regulares haveres.

Ora, em vista do artigo do Die Post (O Correio) que temos sobre a mesa, e dá provas em contrário que temos, nos fez chegar á lógica conclusão que o escrito daquele artigo foi tão fácil qual uma andorinha, que em um vôo vertiginoso não procurou a estação de ar que devia ferir; seria entretanto mais aceitável, que tivesse solicitado de sua exas. os srs. ministro plenipotenciário e cônsul geral do império da Alemanha, que deixassem por alguns momentos os seus palácios dourados e, viessem sindicar do bom ou mal estado em que se acham colocados nas colônias desta província os seus compatriotas, que de certo, seria bastante para nossa glória e orgulho á sua nação.

Podíamos voltar ao silêncio e despertar o artigo que nos traz a imprensa, mas não o fazemos porque não somos autômatos, defendemos nossos direitos e devolvemos intacto o que nos querem emprestar.

Julgamos ter com isso cumprido com o nosso dever, marchando com verdade em frente, e não com inverdades a fim de inspirar na cabeça dos incautos o facho da discórdia”¹⁷⁰.

O conjunto do material que o jornal nos forneceu, tais como o artigo acima citado, e outros que encontramos semelhantes a esse, nos permitiu constatar que A *Província* tomou a causa dos grandes proprietários de terra. O jornal estava afinado com o discurso da classe ao qual ele fazia parte. Pudemos perceber que a visão que o jornal teve sobre o fenômeno imigrantista foi o da ótica dos grandes proprietários. O imigrante foi lembrado, os dissabores os quais esses trabalhadores passaram na nova terra foram colocados no jornal, mas o discurso majoritário foi um discurso elitista. É certo que foi um elitismo, em certo sentido, sem muitas amarras, pois quando precisou o jornal não poupou críticas ao governo central e as elites capixabas. Ficamos impressionados que o

¹⁷⁰ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, edição de 29/10/1884.

jornal que também noticiou as penúrias por qual passaram os imigrantes, rechaçou de forma veemente (com suas próprias palavras ou dando espaço para colaboradores) as notícias e matérias (no geral da imprensa estrangeira) que traziam abordagens negativas sobre a imigração realizada no Brasil. (Sobre essa tendência ambígua do jornal escrevemos um subitem a parte, que veremos a frente). Fizemos-nos a seguinte pergunta: *a quem o jornal serviu?* Serviu aos seus próprios interesses, e aquilo que considerava correto a ser levado adiante, mas sob fortes influências do meio que fazia parte, a classe dominante. O discurso foi visionário, mas elitista; houve manifestações calorosas e ataques a governos e elites, mas sem que houvesse um rompimento. Quando o imigrante falava no jornal, em geral, falava através do discurso de proprietários, chefes de polícia, interpretes, órgãos tutelares. O jornal não foi a voz dos imigrantes, por assim dizer. Para que pudéssemos conhecer a história um pouco mais fidedigna desses trabalhadores, teríamos que ter tido acesso a algum jornal voltado exclusivamente para imigrantes, teríamos que ter tido acesso a cartas escritas pelo próprio punho por cada imigrante, enfim; para que então pudéssemos confrontar as realidades e os discursos das fontes. A fonte que nos propusemos a analisar, o jornal, repetimos, estava afinado com o discurso das elites.

Segundo informou a revista *Il Brazile*, tendo sua matéria publicada em *A Província* de 27/10/1887, a Itália pretendia formar uma sociedade de colonização no Espírito Santo, com o propósito de introduzir cem mil imigrantes na província. A sociedade Italiana de colonização assumiria o compromisso de pagar o transporte do imigrante para o Brasil e o seu sustento até a primeira colheita. Ser-lhe-ia dado um lote no qual poderia ser pago em prestações anuais:

“[...] Consta que foi apresentado ao governo imperial, por pessoa competente e que faz parte das comissões especiais na Itália, um requerimento para obter a concessão de construir uma sociedade Italiana

*de Colonização, com o capital necessário, a fim de fundar-se na fértil e salubre província do Espírito Santo 20 núcleos coloniais de 1.000 lotes de 25 ha. cada um, - o que importa, calculando-se a média de cinco pessoas por família, que cada núcleo terá 5,000, e todas as colônias 1000,000 indivíduos [...]*¹⁷¹.

Os debates e as sessões da Assembléia Legislativa eram por excelência a vitrine por onde a população capixaba podia acompanhar as discussões mais importantes que envolvia os rumos políticos da Província do Espírito Santo. Através de contrato assinado com o jornal, a Assembléia fazia a publicação dos seus atos. Pelas sessões legislativas, a população em geral, podia acompanhar as ações dos seus representantes. Pela leitura de uma dessas sessões pudemos perceber a contundente atuação de Moniz Freire nos debates em que participou. Em sessão da Assembléia Legislativa do Espírito Santo de 8 de agosto de 1888 (publicada em *A Província* em 1/09/1888), foi apresentado pelo deputado Antero Coutinho, um projeto para a construção de uma hospedaria de imigrantes em Vitória, ao custo de 25:000\$; o deputado Moniz Freire, defensor das causas da imigração, nessa mesma sessão, apresenta um outro projeto autorizando o governo do Espírito Santo a contrair empréstimo junto às loterias provinciais na importância de oitenta contos, para que fosse construída a hospedaria, bem como alojamentos nos núcleos coloniais. Sobre sua proposta, Moniz lançou os seguintes comentários na Assembléia, que dá-nos uma idéia de como era sua atuação em defesa da imigração:

“[...] Bem se vê, pois que não procurei em todas as questões senão o lado da mais fácil exequibilidade. As proporções do projeto são muito modestas; si não parecem tais, é porque o meio para que legislo é acanhado. A execução do meu plano só depende de patriotismo e de um pouco de força de vontade.

Ou queremos a coisa seriamente, e vamos tratar da imigração como ela deve ser feita, ou então, senão confiamos da eficácia dos nossos

¹⁷¹ **A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO**, edição de 27/10/1887.

*esforços, senão nos julgamos capazes de nenhum empreendimento, o melhor é abandonarmos-nos de vez á essa vida raquítica que temos levado [...]*¹⁷².

Das leituras que fizemos de algumas das sessões do legislativo capixaba, testemunhamos um Moniz Freire atuante e combativo; com relação a imigração a sua defesa era visível. Moniz buscava persuadir a Assembléia a votar os projetos que beneficiavam a imigração para a província.

A necessidade de povoar as zonas fronteiriças não bastava para garantir o bom andamento desses núcleos coloniais. O governo não tinha verbas suficientes para arcar com as despesas de traslado e assentamento desse tipo de imigrante, ainda que o próprio imigrante fizesse o reembolso dessas despesas dentro de um prazo de 10 anos. O mau treinamento dos funcionários no gerenciamento dos núcleos, a demora na demarcação dos lotes e na abertura de estradas, a ausência de hospedarias para abrigar essas pessoas imediatamente após sua chegada foram fatores que forçaram muitos embarcados com destino ao Sul e esperar seis meses ou até mesmo um ano para serem levados aos locais de trabalho; enquanto isso, o governo era obrigado a manter essas famílias, aumentando ainda mais seus gastos¹⁷³.

Em linhas gerais, essa oscilação política entre, de um lado, o anseio de pequenos proprietários e, de outro, a mão-de-obra em larga escala determinou em parte o tipo de emigrante que procurou o Brasil. Mas nada teria sido possível se os chamados países expulsores, entre eles a Itália, não apresentassem problemas econômicos específicos, como os que caracterizam a Península pós-1850¹⁷⁴.

¹⁷² **A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO**, edição de 1/09/1888

¹⁷³ ALVIM, Zuleika Maria Forcione. O Brasil Italiano (1880-1920). In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina**. 2ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 384.

¹⁷⁴ Idem, p. 385.

Um artigo publicado em *A Província* de 17/02/1888, sob o título “*Imigração Italiana*”, demonstra a grande capacidade de adaptação dos italianos, dentre outras nacionalidades.

“[...] Somos apologistas da imigração italiana e fazemos ardentes votos para que essa imigração aumente e prospere no nosso país.

Por sua índole, seu caráter etnográfico, sua adaptação ao nosso clima e costumes, sua iniciativa e instinto artístico, seu conhecimento especial de certos ramos da cultura que hão de ser no futuro as alavancas do nosso poder agrícola – tais como a da vinha e a da sericultura, imigração italiana é a que oferece melhores condições para a sua assimilação no elemento nacional, tornando-se este no futuro homogêneo como convém que o seja.

Ao observador, ainda o mais superficial, não terá certamente escapado o fato particularíssimo de ter sido a imigração italiana, dentre todas as outras recebidas no Brasil, a que mais rápida e eficazmente tem concorrido para a evolução social da nossa época, cabendo-lhe mesmo no campo das indústrias urbanas a honra de ter cooperado de modo bastante sensível para muitos dos progressos realizados nestes dois últimos decênios [...]”¹⁷⁵.

3.2 Sociedade Central de Imigração e Sociedade Espírito Santense de Imigração

Os órgãos tutelares da imigração como a Sociedade Central de Imigração e a Sociedade Espírito Santense de Imigração tiveram amplo destaque no jornal com a publicação de seus relatórios e avisos.

Várias políticas de atração de imigrante foram tentadas no século XIX. Em meados de 1850 destacam-se as colônias de parcerias, e a partir de 1880 a imigração em massa. No entanto, outro regime de imigração também envolveu o governo imperial e principalmente membros da elite agrária e imigrante: a *imigração espontânea*. Uma prática que se tornaria muito comum no século XIX. Os principais apologistas da imigração espontânea eram as elites agrárias. Para promover esse tipo específico de imigração, foi fundada em 17 de fevereiro de 1881 a Sociedade Central de Imigração,

¹⁷⁵ **A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO**, edição de 17/02/1888.

formado por uma aristocracia abolicionista que pretendia com a introdução do imigrante preparar o caminho para a transição do trabalho livre. Entre os fundadores da Sociedade Central de Imigração destaca-se o eminente Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle Taunay, o Visconde de Taunay, talvez “o último herói brasileiro do século XIX”. A política de imigração defendida pela Sociedade Central era a colocação do imigrante na pequena propriedade agrícola, e os motivos eram claros: o povoamento dos núcleos colônias seria uma forma de atrair o imigrante, e a partir disso, preparar a substituição da mão-de-obra escrava pelo braço do imigrante. Um documento da Sociedade Central de Imigração enviado ao Visconde de Taunay, e publicado na edição de 4/03/1884 de *A Província* dizia:

“[...] Não há de negar: o problema mais sério [...] é o da transformação do trabalho agrícola.

A mão-de-obra escrava está condenada, o seu desaparecimento é fatal, questão de tempo apenas; tem de ceder o passo a outra melhor e mais barata.

A substituição, a transição deve, porém, operar-se sem abalos gerais, sem estremecimento do crédito do país no estrangeiro [...] hoje tão estreitamente ligado ao braço escravo. [...]

[...] Em questão de imigração, bem o sabem [...] o melhor meio de cuidar do futuro da causa é desvelar-se pela dos que, já fixados no país, fecundaram-lhe o solo com seu trabalho. A propaganda a mais ativa e eficaz para atrair novas levas de gente é feita por eles [...]¹⁷⁶.

Mais elucidativo são as palavras do então Ministro da Agricultura, Lourenço Cavalcanti de Albuquerque, que em uma carta oficial dirigida ao presidente da Província de Minas Gerais, Visconde de Ibituruna, mostra os planos do governo imperial na política de imigração, e publicado por *A Província* na edição de 5 de outubro de 1889, o qual o jornal a sub-titulou “*Um documento importante*”. Pela riqueza das intenções vale à pena lermos algumas partes desse documento:

“[...] Visconde de Ibituruna.

¹⁷⁶ *A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO*, edição de 4/03/1884.

Ontem, á noite, em conferência, disse-me o sr. Visconde de Ouro-Preto que. v.ex. deseja saber se eu tinha algum plano de colonização. [...]

Meu plano, sr. Visconde, é o mais simples possível [...]

Povoar nosso imenso território é o melhor e mais eficaz meio de promover o aumento da riqueza pública, assentado-a em base sólida.

Sendo lento o crescimento natural da população, porque pequeno é o saldo dos nascimentos sobre os óbitos, forçoso é recorrermos á imigração. Por este modo lograremos não só povoar nossas terras, senão também melhorar nossa raça, transfundido-lhe sangue novo.

É o que tem feito outros países em circunstâncias análogas, e devemos imitar-lhes o exemplo. [...]

O conselheiro Antonio Prado, reconhecido a iminência da emancipação dos escravos, teve a coragem (e foi este o seu grande e talvez único mérito) de proclamar a necessidade da imigração e promovê-la.

Substituir logo e logo os braços servis; tal era o problema de que ele se preocupou, e ao qual, não há negá-lo, prestou bons serviços. Mas assim como sem imigrantes e colonização é impossível, também sem esta será aquela um fato passageiro [...]

Um bom processo de colonização é indispensável para que se estabeleça e mantenha grande e continua corrente imigratória. Para tal cumpre, pois, que os poderes gerais e provinciais voltem todo a sua atenção.

Colonizar é oferecer ao imigrante, que busca nosso país, nova pátria a que o prendam vínculos fortes, tais como o direito de propriedade do solo, e a esperança bem fundada de alcançar para si e a família, mediante trabalho e hábitos de economia, os recursos necessários para viver com independência e sentir-se relativamente feliz. [...]"¹⁷⁷ (grifos meus)

Entre os itens de seu programa de ação a Sociedade Central previa a utilização da imprensa para promover a propaganda do Brasil no exterior, com o objetivo de atrair a imigração, sobretudo a européia. Para isso era preciso demonstrar ao trabalhador europeu as vantagens que ele poderia encontrar nas colônias do império; as ações propostas nos artigos 1º e 13º desse programa diziam:

"[...] 1º - Discutir pela imprensa do país as causas contrárias a um movimento franco, duradouro e abundante, de imigração européia, apontando ao mesmo tempo e propondo os meios de remover os obstáculos que o impedem ou, quando menos, o entorpecem. [...]

[...] 13º - Nomear comissões de pessoas letivas e bem colocadas na sociedade européia, quer brasileiras, quer estrangeiras, que, por desejos de servir o Brasil, se prestem a dar informações amplas e de caráter positivo

¹⁷⁷ Carta dirigida ao presidente da Província de Minas Gerais, Visconde de Ibituruna, datada de 28 de setembro de 1889, pelo Ministro da Agricultura, Lourenço Cavalcanti de Albuquerque, publicado em A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, edição de 5/10/1889.

*acerca do país e na imprensa responda logo ás acusações que lhe forem feitas, contestando sem demora e com energia as notícias infundadas que se espalharem a nosso respeito. [...]*¹⁷⁸.

Sobre a imigração espontânea o artigo número 14º dizia:

“[...] Enfim – Submeter á consideração dos poderes públicos um sistema de medidas e bem travadas tendentes a provocar a atrair a imigração espontânea, o qual possa perseverar e servir por um certo números de anos.[...]”.

O sucesso da empreitada da Sociedade dependeria da colaboração dos órgãos de imprensa do país e do exterior; nesse sentido os veículos de comunicação vão funcionar como catalisadores de suas ações. Sobre a importância da imprensa, Visconde de Taunay, ainda no manifesto de fundação da Sociedade, o qual foi relator, comenta:

“[...] apelamos com toda a insistência, para o imenso socorro, que a imprensa pôde prestar-nos, já assinalando aquilo que formos conseguindo e difundindo-nos força e coragem para maiores conquistas [...]”.

O surgimento da Sociedade Central de Imigração provocou uma agitação na imprensa de todo o país. Suas políticas de imigração foram apoiadas por jornais abolicionistas, tais como *Gazeta de Notícia* e *Gazeta de Tarde*, ambos do Rio de Janeiro, o qual mereceu agradecimentos de Taunay:

*“[...] A imprensa, já lançando mão dos meios que obsequiosamente e desinteressadamente nos foram oferecidas pelas Gazetas de Noticias e da Tarde. [...]”*¹⁷⁹.

¹⁷⁸ *MANIFESTO DA SOCIEDADE CENTRAL DE IMIGRAÇÃO NO ATO DE SUA FUNDAÇÃO* em 17/02/1881, publicado em **A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO**, edição de 20/12/1883

¹⁷⁹ Os jornais cariocas *Gazeta de Notícias* (de Ferreira de Araújo, fundado em 1876, foi o primeiro jornal da cidade do Rio de Janeiro a defender a assumir a causa abolicionista) e *Gazeta de Tarde* (de propriedade de José do Patrocínio) faziam parte da imprensa abolicionistas que combateu a escravidão do século XIX.

No exterior surgiam órgãos de imprensa como boletins e revistas, especializadas em notícias sobre imigração.

A Sociedade Espírito Santense de Imigração não se retraía em criticar a falta de auxílio do governo central e provincial com a política de imigração. Em relatório de 28 de agosto de 1887 escrito por Joaquim Adolpho Pinto Pacca, publicado em *A Província* dois dias depois, dizia as primeiras linhas:

“[...] doloroso é para mim o fato de anunciar-vos nesta província mais um combate perdido [...] contra o surdo e mudo indiferentismo [...]”.

Para promover a imigração para a província, diz o documento mais adiante:

“[...] seria preciso á Sociedade Espirito Santense de Imigração todo o esforço, todo o patriotismo, todo apoio dos poderes provinciais, o que não lhe tem sido possível conseguir [...]”.

A Sociedade capixaba foi fundada em 16 de julho de 1886, por iniciativa de Adolpho Pacca. Conforme diz o relatório de 28 de agosto de 1887, a sociedade contava com 135 sócios, sendo que 118 eram os fundadores. Dos sócios inscritos apenas 66 pagaram a anuidade, isso dificultava a arrecadação de recursos para ser aplicados na imigração, e dizia:

“[...] raros imigrantes estabelecidos nas colônias são sócios e bem poucos têm conhecimento da existência da sociedade [...]”.

Os redatores Cleto Nunes, de *A Província*, e Bazilio Carvalho Daemon, de *O Espírito Santense*, eram membros da Sociedade; agradecendo a atuação dos dois, Adolpho Pacca, comenta:

“[...] pela generosidade das colunas dos citados órgãos de publicidade da imprensa desta capital e pela prontidão e zelo com que se entregam aos assuntos dos cuidados da sociedade [...]”.

Dentro do plano de colonização do governo imperial, o Ministro da Agricultura, Antonio da Silva Prado, incumbiu o Inspetor de Terras Publicas de Colonização da Província do Espírito Santo, o Engenheiro Joaquim Adolpho Pinto Pacca, a elaborar relatórios minuciosos sobre as condições de quatro núcleos coloniais da Província: Rio Novo, Castelo, Santa Isabel e Santa Leopoldina. Esses relatórios continham dados estáticos dos núcleos, informando a sua localização geográfica, números de habitantes, data da fundação, tipo de agricultura, clima, lotes ocupados e desocupados, preços de cada lote, etc. A partir janeiro de 1884 o jornal *A Província* vai publicar esses relatórios em séries, todos na íntegra. Os relatórios vinham destacados com o título “COLONIZAÇÃO E LAVOURA”, e com o subtítulo que dizia, “BREVE NOTÍCIA SOBRE A PROVÍNCIA DO ESPIRITO SANTO, EM RELAÇÃO Á LAVOURA DE CAFÉ E COLONIZAÇÃO”. O primeiro artigo publicado em *A Província* em 1º de janeiro de 1884, informava que os municípios onde o cultivo do café estava mais desenvolvido eram: Benevente, Guarapari, Viana, Vitória e Santa Cruz (baseados na pequena propriedade), Itapemirim e Cachoeiro de Itapemirim. A lavoura de Cachoeiro, baseada na grande propriedade, era a mais adiantada de todas, informava o relatório.

3.3 Pequena propriedade e imigração espontânea no jornal

A imigração espontânea atendia a dois propósitos: o imigrante europeu vinha para o Brasil estabelecer-se como pequeno proprietário (colono) e também era levado para as grandes propriedades agrícolas, onde trabalharia até conseguir capital suficiente para comprar a sua propriedade. O governo imperial se comprometia em auxiliar a vinda dos imigrantes efetuando o pagamento da passagem da Europa para o Brasil. No entanto, circulares e ofícios do Governo Imperial que encontramos publicados no jornal, dão conta que o governo Central não dispunha de capital suficiente para custear o

translado dos emigrantes. Foram várias matérias e editoriais que encontramos no jornal que reclamavam que a imigração não poderia ficar ao abandono, sem os auxílios prescritos, principalmente referente ao pagamento da passagem da Europa para o Brasil. No início da década de 80, as circulares do Governo Central, começaram a defender o *laissez faire*, isto é, propunha que o imigrante viesse por conta própria para o Brasil, e assim cortaram verbas absolutamente indispensáveis, como por exemplo, a que era aplicada na recepção dos imigrantes.

Os ofícios do Ministério da Agricultura que encontramos publicados em *A Província*, revelam que a política imigrantista do governo imperial via na imigração espontânea de trabalhadores europeus, uma alternativa viável para abastecer de braços as grandes fazendas e os núcleos coloniais. É sobre esse tipo de imigração que o então Ministro da Agricultura, Antônio Carneiro da Rocha (à frente da Pasta nos anos de 1884/1885) através da circular de 27 de junho de 1884¹⁸⁰, irá mostra todo o incentivo que o Governo Imperial colocava sobre a imigração espontânea, pois uma das razões de ser, conforme mostra o documento, era a incapacidade do Governo Imperial em sustentar financeiramente uma imigração em massa.

Nesse período, conforme nos mostra Louis Couty, o Governo do Brasil chegou a enviar ao exterior circulares no sentido de desacreditar o país. Todos os cônsules eram obrigados a noticiar que o Governo do Brasil estava completamente desinteressado dos problemas de mão-de-obra e povoamento de capitais. Em 1881, viam-se em diversas regiões do Norte da Itália, portarias oficiais ou oficiosas do Governo, prevenindo os seus súditos que a imigração para o Brasil não seria mais autorizada¹⁸¹.

¹⁸⁰ Circular de 27 de junho de 1884 do Ministro da Agricultura, Antonio Carneiro da Rocha, publicada em **A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO**, edição de 11/07/1884.

¹⁸¹ COUTY, Louis. **O Brasil em 1884**: esboços sociológicos. Coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos. Senado Federal. Fundação Casa de Rui Barbosa – MEC, Brasília, Rio de Janeiro, 1984.

Nessa circular do ministro da Agricultura, Antônio Carneiro, de 27 de junho de 1884, dirigida a todos os presidentes de província do país, o Ministro declarava estar empenhado em promover a imigração espontânea para o país e contava com a ajuda de todos “*neste intuito patriótico*”. O ministro solicitava aos presidentes de província que reunissem lavradores, membros de classe comercial, convidando-os a “*auxiliarem o governo*”. Além dos presidentes de província do país, o documento foi dirigido a diplomatas e cônsules no exterior. Dizia o ministro Antônio Carneiro:

“[...] Sabe-se v.ex. que um dos meios de atrair a imigração espontânea que é de que principalmente precisamos, será a certeza que tiver o imigrante de encontrar hospedagem aonde chegar, e terras para principiar a cultura”¹⁸². (grifo meu)

O ofício dizia também que o governo imperial pretendia criar núcleos coloniais de pequenas propriedades para estabelecer o imigrante. Os lotes seriam localizados em pontos estratégicos, próximos a estradas de ferro e de rios navegáveis. O documento solicitava aos proprietários agrícolas, que facilitassem o quanto pudessem o acesso à terra ao imigrante. Alguns lotes poderiam ser cedidos gratuitamente ou mediante condições módicas:

“[...] que, trazendo o trabalho e a indústria, serão outras tantas forças poderosas para multiplicarem a produção [...]”¹⁸³.

Em fins da década de 70 percebe-se uma mudança na política imperial sobre a imigração. E 1879 o Governo Imperial retirou dos núcleos coloniais todos os favores que lhes eram assegurados pelo decreto nº. 3.784, de 19 de janeiro de 1867, havendo suspenso o pagamento de passagens aos imigrantes que se destinavam ao Brasil. O

¹⁸² Circular de 27 de junho de 1884 do Ministro da Agricultura, Antonio Carneiro da Rocha, publicada em **A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO**, edição de 11/07/1884.

¹⁸³ Idem.

corte dos favores a serem prestados aos imigrantes, como o pagamento de passagem, fez declinar significativamente a entrada de imigrantes no Espírito Santo entre os anos de 1882 a 1887, e um dos motivos foi a circular de 23 de dezembro de 1886 expedida pelo Ministro da Agricultura, Antônio da Silva Prado, estipulando que o pagamento da passagem integral ao imigrante que se destinasse à grande propriedade agrícola só seria efetuado depois que o mesmo estivesse estabelecido. A circular determinava também que os imigrantes espontâneos teriam redução no preço das passagens. Com isso, o agricultor interessado em trazer o imigrante deveria fazer o pagamento antecipado. E, para ser reembolsado, o adquirente deveria percorrer longos caminhos burocráticos. Essas disposições, não eram de modo a favorecer os proprietários menos dotados de recursos, como era o caso do Espírito Santo. Essa legislação do governo imperial não trazia muitos benefícios aos agricultores capixabas, pois estes não eram constituídos por uma aristocracia poderosa como era a de São Paulo e Rio de Janeiro. As dificuldades do Governo Imperial de subvencionar a imigração chegavam através de avisos, que o jornal, por sua vez, informava em suas notícias. Se de um lado o governo direciona a imigração para as grandes fazendas de café, de outro, os favores que deveriam ser prestados a essa política não aconteciam. Os fazendeiros paulistas, não se contentavam com as frases que eram ditas nos discursos ou nos relatórios. Eles precisavam de mão de obra para substituir os escravos, mas como o Estado não desempenhava seu papel adequadamente, eles próprios irão buscar esta mão de obra fora, sobretudo, da Itália. O proprietário paulista, retira, então, do próprio bolso a dinheiro para trazer o imigrante. Isso era o que se chamava, no estilo oficial, de imigração espontânea. A edição de *A Província*, de 26 de maio de 1885, confirma a situação do governo central, ao informar que:

“O ministério da agricultura, em aviso datado de 15 do corrente mês, autorizou a presidência desta província a sustar a remessa de pedido

de passagens para imigrantes até nova ordem, e a tomar as necessárias providências para que dessa medida tenham imediato conhecimento os imigrantes estabelecidos na província.

Semelhante resolução de caráter provisório foi adotado por achar-se esgotada a verba – terras públicas e colonização – do corrente exercício, e não comportarem aumento de despesas as atuais condições financeiras do país¹⁸⁴”.

Na edição de 19 de novembro de 1885, o jornal *A Província* publicava um ofício do Ministro da Agricultura, Antônio da Silva Prado, dirigido ao Inspetor de Terras Publicas e Colonização, Joaquim Adolpho Pinto Pacca, que comunicava a suspensão dos serviços de medição de terras no Espírito Santo.

[...] Convindo reorganizar o serviço da medição de terras de maneira que com toda a possível economia se obtenha pronta colocação dos imigrantes em lotes medidos e demarcados... deliberei dissolver as comissões que em tal serviço se empregavam na província do Espírito-Santo, e cujos trabalhos, não sistematizados com aquele intuito, não tem correspondido ao sacrifício [...]

Como pudemos perceber através dos documentos oficiais do governo central publicados em *A Província*, a tônica do discurso do governo imperial durante a primeira metade da década de 80, será a falta de verba para arcar com os custos da imigração. A partir disso o governo vai propor um tipo de imigração menos oneroso aos cofres públicos: a imigração espontânea (o imigrante vinha por conta própria). É nessa fase também que surgem os órgãos tutelares da imigração procurando fazer aquilo que o governo se dizia impossibilitado de executar. Esse será o discurso que marcará os primeiros anos da década de 80, e tendo sempre o jornal *A Província* apontando falhas e denunciando abusos.

Sobre a circular de 23 de dezembro de 1886, Joaquim Adolpho Pinto Pacca, um relatório da Sociedade Espírito Santense de Imigração (publicado em *A Província* na

¹⁸⁴ **A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO**, edição de 26/05/1885.

edição de 30/08/1887), diz que embora ela contribuísse no sentido de substituir o trabalho escravo na grande lavoura, ainda não tinha provocado os resultados condizentes com as reais necessidades da Província. Esse relatório revela também que a Assembléia Provincial do Espírito Santo não estava colaborando com a política imigrantista. Diz o relatório que a Sociedade propôs a Assembléia um aumento de 3 réis sobre o imposto de cada quilo de café exportado (as receitas desse imposto seriam aplicadas no fomento da imigração, como no pagamento de passagem ao imigrante, estadia, entre outros auxílios), mas a Assembléia não atendeu a solicitação. Um outro pedido foi negado pela Assembléia, diz o documento, referente a uma solicitação da Inspeção Especial de Terras e Colonização para pagamento de passagem e hospedagem ao imigrante, o valor solicitado era de 40 contos. Encontramos vários discursos no jornal de deputados estaduais mostrando que a Assembléia era pobre. Diante de tais situações desfavoráveis, o Inspetor Pinto Pacca, vai demonstrar as dificuldades que enfrentam os imigrantes espontâneos por não poderem contar com os auxílios tanto por parte de governo imperial quanto do governo provincial.

*“[...] Durante o ano social recebeu a província apenas 243 imigrantes espontâneos, que a convite de parentes migraram á sua custa para as colônias da província. Tendo despendido o resultado de suas liquidações na Europa, com passagens e mais gastos de viagem, e não recebendo da tutela do Estado mais que lote medido e viação, estes imigrantes assim estabelecidos, sem recursos para atravessarem o período difícil de estabelecimento em lote virgem de cultura **formam uma colonização contra-propagandista da imigração** para a província pois que os escassos recursos que obtêm do salário na construção de seus caminhos e estadas, si lhes evita o morrer de fome, não lhe poupa a miséria, em tal período, sempre acompanhada das moléstias inerentes á diversidade de climas e de costumes o maior desanimo na emigração para a província [...]”¹⁸⁵. (grifo meu)*

¹⁸⁵ Relatório da Sociedade Espírito-Santense de Imigração, publicado em **A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO**, edição de 30/08/1887.

Além desses 243 imigrantes espontâneos, o documento informa que mais 123 imigrantes entraram na província com destino a Itapemirim. Essa imigração aconteceu pelo auxílio da circular de dezembro de 1886, mas segundo o Inspetor Pinto Pacca:

“[...] pouco, nada mesmo representa este fato um passo para a grande revolução econômica que tais circulares deveriam já ter operado [...]”.

Sem os recursos que lhes foram negados pela Assembléia Provincial, e como a circular de 1886 do Ministério da Agricultura poucos benefícios trouxera ao fazendeiro capixaba, o vice-presidente da Sociedade Espírito Santense de Imigração, Pinto Pacca, diz que pouco poderia fazer para trazer o imigrante para a grande lavoura. Por outro lado, o engenheiro propõe que os esforços fossem direcionados para instalar o imigrante na pequena propriedade colonial. Pois, tendo o imigrante à possibilidade de se tornar proprietário, dificilmente optaria por assalariar-se, e sobre isso diz o inspetor:

“[...] Por sua parte os imigrantes na província do Espírito Santo não oferecem ao grande proprietário agrícola a garantia de força estável e continua indispensável á grande lavoura, porque sendo fácil aos imigrantes conseguirem lotes coloniais á baixo preço e existindo na província quatro colônias prosperas [Rio Novo, Castelo, Santa Isabel e Santa Leopoldina] em que observarão compatriotas relativamente ricos, em pouco tempo abandonarão as fazendas para o exemplo de tais compatriotas constituírem-se pequenos proprietários agricultores [...]”¹⁸⁶.

Para competir com as províncias mais adiantadas como era o caso de São Paulo, o principal centro de atração de imigrantes do país, o Espírito Santo contava com a promoção da pequena propriedade agrícola, na qual o imigrante poderia ser dono do seu lote. Num discurso de posse da nova diretoria da Sociedade Espírito Santense de Imigração, João Teixeira Maia declara:

¹⁸⁶ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, edição de 30/8/1887.

“[...] nós temos um elemento a nosso favor, de grande valia, de que devemos aproveitar para diminuir as conseqüências da poderosa ação da colossal competidora [São Paulo] [...]

Em quanto ali o imigrante é trabalhador assalariado, ele na província do Espírito Santo pode ser imediatamente proprietário de terrenos ubérrimos por preço módico, a prazo longo [...]

*É necessário que os imigrantes saibam que aqui existe uma repartição de terras e colonização, cujo fim principal é colocar nos prazos medido ou requeridos aqueles que desejam fixar-se na província [...]*¹⁸⁷.

Oferecer o solo para que o imigrante pudesse ser proprietário, além de ser o chamariz que o fazia atravessar o Atlântico, era uma fonte de receita para os cofres do governo e para os banqueiros; com a imigração em massa para o país e a difusão da pequena propriedade, haveria maior procura pela terra, e conseqüentemente a formação do mercado imobiliário. Três linhas extraídas de um artigo publicado em *A Província* revelavam essa faceta:

*“[...] convencendo-se todos que o melhor meio de assegurar o valor do solo é reparti-lo e vendê-lo aos imigrantes para que nele se estabeleçam no regime da propriedade efetiva [...]*¹⁸⁸.

Ainda no mesmo artigo o articulista advogava em favor da pequena propriedade, mencionava que em São Paulo o imigrante ao trabalhar em regime de parceria com o agricultor, encarava esse trabalho apenas como uma forma de acumular dinheiro para poder comprar o seu lote posteriormente:

[...] Como quer que seja, não é menos verdade que ainda no regime do serviço a jornal ou da empreitada e parceria o elemento imigratório italiano é que está concorrendo para sustentar a lavoura de S. Paulo, conseguindo os imigrantes por este meio formar pecúlio avultado, habilitando-se a adquirir terreno próprio onde trabalhe por sua conta. Felizmente muitos proprietários vão compreendendo a vantagem da instalação do imigrante em lotes que eles podem adquirir e comprar com o

¹⁸⁷ Discurso Proferido pelo Dr. João Teixeira Maia no ato da posse da nova diretoria da Sociedade Espírito-Santense de Imigração, publicado em *A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO*, edição de 19/07/1888.

¹⁸⁸ *A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO*, edição de 17/02/1888.

*produto do seu próprio trabalho: e este pensamento é acolhido na Itália com alvoroço [...]*¹⁸⁹.

O interesse de países europeus em estabelecer colônias no Brasil era aclamado com júbilo pelo jornal. Sobre essas notícias, um artigo de *A Província* (15/08/1882) declarava: “[...] *uma noticia que não pode deixar de ser-nos sumamente agradável e que dá uma amostra do que se pensa a nosso respeito [...]*”:

*“[...] O Deutsch Rundschar pública em suas edições de Abril e Maio um trabalho anônimo sobre as futuras colônias da Alemanha. O primeiro artigo demonstrava a necessidade que tem a Alemanha de estabelecer colônias para onde se dirijam os imigrantes. No segundo artigo o autor examina quais são os países, nos quais possa convir a Alemanha estabelecer coloniais. São estes: em primeiro lugar a Etiópia, em segundo duas Províncias do sul do Brasil (Rio Grande do Sul e Santa Catharina) onde já se acham grupos importantes de colonos alemães. Em ultimo lugar, os países ao sul do Brasil – a Republica Argentina, o Uruguai e o Paraguai. [...]”*¹⁹⁰.

Ainda na seqüência dessa notícia – o jornal em seu característico comentário após as notícias – nos revela um dos aspectos da imigração estrangeira pretendida pela Alemanha: a imigração particular¹⁹¹, ou seja, aquela realizada por companhias particulares. E comenta o jornal:

“Estes países não serão adquiridos pela Alemãha com o emprego da força, nem o governo fará mais do que assegurar aos seus direitos garantidos pelos tratados. A iniciativa partirá de uma companhia particular, estendendo as suas ramificações em toda a Alemanha e dispondo de capitais

¹⁸⁹ Idem.

¹⁹⁰ **A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO**, edição de 15/08/1882.

¹⁹¹ A Fazenda Ibicaba de propriedade do Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro é tida como pioneira da imigração européia de cunho *particular*, localiza-se em Cordeirópolis, São Paulo. No local, Vergueiro promoveu a primeira experiência de imigração financiada pela iniciativa privada, baseando-se no princípio da parceria. Vergueiro trouxe para sua fazenda em 1846, 177 famílias de colonos suiços e alemães, para trabalharem em parceria, ao lado de escravos. Os imigrantes comprometiam-se a cuidar de um determinado número de pés de café, em troca de uma porcentagem do que fosse obtido quando da venda dos grãos de café. Era-lhes permitido o plantio de pequenas culturas de subsistência, partilhando a produção com o proprietário das terras. A experiência não obteve sucesso.

*enormes. O espírito desta empresa será tal, que em um dado momento os países colonizados tornar-se-ão de fato províncias alemãs*¹⁹².

No jornal *A Província* era constante a publicação de notícias de revistas e jornais europeus que traziam abordagens sobre a imigração no Brasil. A transcrição do noticiário europeu retratando a imigração no Brasil era feita por *A Província*, na maior parte, seguida de comentário. Conta-nos *A Província* que uma brochura alemã que trazia o título “*Observações sobre a colonização alemã*” trazia críticas sobre a imigração realizada pelo Governo Imperial do Brasil (o jornal não cita quais eram essas críticas); na seqüência dessa informação *A Província* não deixa por menos, e mantendo seu estilo combativo, defende as ações adotadas pelo Governo Imperial com relação à imigração:

*“Felizmente a idéia acariciada pela nação de deixar a espontaneidade do emigrante a procura do solo brasileiro, e o projeto liberalíssimo da grande naturalização, cada vez mais incitada pelas reformas nitidamente feitas, porão cobro as invectivas dos estrangeiros que por extremada paixão atacam o nosso governo”*¹⁹³.

Com o título “*IMMIGRAÇÃO SPONTANEA*” o jornal *A Província* publica um ofício do Presidente da Província do Espírito Santo, Custódio José Ferreira Martins, dirigido ao Inspetor Especial das Terras e Colonização da Província do Espírito Santo, Joaquim Adolpho Pinto Pacca e aos subdelegados de polícia de Santa Leopoldina e Núcleo de Timbuí; tal ofício mostra o apoio que governo provincial buscava prestar no sentido de facilitar a política de imigração espontânea pretendida pelo Governo Imperial. Segundo o ofício, o Presidente Custódio Martins pretendia incrementar os núcleos coloniais no Espírito Santo, por meio das vantagens que a imigração espontânea podia oferecer. Diz o jornal que “*o dr. Custódio Martins está cuidando com interesse*

¹⁹² **A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO**, edição de 15/08/1882.

¹⁹³ **A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO**, edição de 7/08/1883.

dos importantes assuntos que se prendem a imigração espontânea para a província”. E diz o ofício:

“Conforme as providências ultimamente adotadas compreende-se facilmente que o governo imperial empenha todo o esforço para atrair a imigração espontânea que dentre todas considera a mais útil. Na verdade, o imigrante que mais nos convém, será aquele que para o país vier livremente, a vista das vantagens que tem certeza de encontrar, e não o que for seduzido pelas promessas de um bom contrato.

Para conseguirmos a vinda desses imigrantes, não podemos ter melhores auxiliares do que se acham no império estabelecidos... (...) são eles que melhor podem convencer a seus parentes, amigos e compatriotas, mandando-lhes dizer que são felizes e que o Brasil oferece-lhes todas as garantias.

Isto posto, recomendo a vmc. que procurando entender-se com os que residem na ex-colônia do Rio Novo e núcleo do Castelo exponha-lhes que o governo imperial proporcionará meios que facilitem a vinda de seus parentes, amigos e patrícios ...”¹⁹⁴. (grifo meu)

Com exceção da Província de São Paulo que soube bancar o custo da importação da mão-de-obra européia para as fazendas, a cogitada imigração espontânea por parte do Governo Central, foi quase nula em todo o resto do país. A imigração espontânea era mais uma idéia a ser concretizada por parte do Governo Imperial, do que de fato acontecia. Encontramos estampadas no jornal várias notícias informando sobre a entrada de “imigrantes espontâneos” em portos do país e do Espírito Santo, mas esse tipo específico de imigração foi inexpressivo. O que vinha dando certo desde 1870 são as duas políticas centrais de imigração do Governo Central: o processo de recrutamento e fixação do imigrante (imigração subvencionada) e colonização, o sistema de localização dos imigrantes em pequenos núcleos coloniais.

O Núcleo Colonial de Castelo no Espírito Santo havia recebido do então Ministro da Agricultura, Afonso Pena, algumas concessões destinada ao aprimoramento dessa colônia, entre elas estava a importância de crédito no valor 38:000\$ para a

¹⁹⁴ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, edição de 23/10/1884.

construção de estradas e de caminhos para o núcleo. Tais favores foram apoiados e comentados pelo então deputado conservador por Santa Catarina, Alfredo Taunay:

“Podemos acrescentar algumas informações a que dedicamos aos melhoramentos agora autorizados em terras do núcleo colonial do Castelo, na província do Espírito Santo, e fazêmo-lo de boa mente, porque tais melhoramentos testemunham que a administração está, persuadida, como nós, de que a imigração espontânea não quer dizer completa cessação de favores a imigrantes, nem mesmo limitação de tais favores a alguns dias de agasalho e a transporte entre os portos de desembarque e os estabelecimentos coloniais”¹⁹⁵.

E continua Taunay advogando em defesa da pequena propriedade para todo o país:

*“Em outros muitos pontos do império haverá situação idêntica onde com pequena despesa será possível estabelecer milhares de imigrantes. Esta tentativa deveria ser empregada a roda de cada engenho central, onde quer que existam terras devolutas ou mesmo terras particulares de fácil e barata aquisição. Assim **iríamos lançando a pouco e pouco os fundamentos da pequena lavoura que oferece vantagens inapreciáveis como a grande lavoura as suas**”¹⁹⁶. (negrito meu)*

A política de um governo é manifestada pelo conjunto dos membros que compõem esse governo, quando se coloca em prática seus objetivos e pontos de vistas. Os documentos de governo, como os ofícios, avisos, relatórios, despachos, cartas, memorando, enfim, são (um dos) meios pelo qual passam (se revelam) essa política, e o meio pelo qual ela é tornada pública, senão em sua verdade, ao menos burocraticamente. Num jornal, o local privilegiado de manifestação da opinião, o local por onde flui sua posição política, são os editoriais, bem como o conjuntos das matérias que o jornal publica. Em *A Província do Espírito Santo* seus editores fizeram passar aquilo que lhes convinha enquanto proposta política. O jornal a todo o momento interagiu na política imigrantista do Governo Central agindo como um guarda, um vigia,

¹⁹⁵ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, edição de 13/12/1883.

¹⁹⁶ Idem.

contrapondo idéias, defendendo suas posições, criticando as falhas dessa governo, sobretudo no que tange aos incentivos a imigração. Seus editores agiram como *gatekeeper*¹⁹⁷ (selecionadores), no processo de produção de notícia naquele período, filtrando aquelas informações que condiziam com suas opiniões e convicções liberais, e rejeitando as idéias inconvenientes. Assuntos que mereceram maior destaque o jornal não poupou críticas, a ponto de desmentir o que se publicou ou apenas acrescentando novos dados, na tentativa de moldar a opinião pública de acordo com sua versão sobre os fatos. O jornal *A Província* direcionou seus leitores (formado por uma elite agrícola, comerciantes, políticos, homens e mulheres letrados e de maior instrução), apontou caminhos, permeou o imaginário coletivo da época em que atuou, tudo a partir das notícias que deixou “passar”. Procurando adjetivar o noticiário de *A Província* acerca da imigração, poderíamos qualificá-lo de um jornalismo atento, pois o que o jornal noticiou e o modo como noticiou, demonstrou que o fenômeno imigrantista era um dos seus temas de atenção e observação.

3.4 Denúncias e defesas: uma cobertura jornalística conflitante

O material que o jornal *A Província* nos forneceu seja suas próprias notícias ou a publicação de matérias de outros periódicos, permite notar que nem tudo foi tranquilo para o imigrante: embarcavam de seus países com destino certo, mas por inúmeros

¹⁹⁷ WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 5ª ed. Lisboa/Portugal: Editorial Presença. 1999. p. 180. O conceito de *gatekeeper* (selecionador) foi elaborado por Kurt Lewin, num estudo de 1947 sobre as dinâmicas que agem no interior dos grupos sociais, em especial no que se refere aos problemas ligados à modificação dos hábitos alimentares. Identificando os <<canais>> Lewin nota que existem neles zonas que podem funcionar como <<cancela>>, como <<porteiro>>: <<... a passagem, ou bloqueio, da unidade através de todo o canal, depende, em grande medida, do que acontece na zona filtro. Isso sucede não só com os canais de alimentação, mas também com a seqüência de uma informação, dada através dos canais comunicativos, num grupo>> (Lewin, 1947,145). White (1950) utilizou este conceito para estudar o desenvolvimento do fluxo de notícias dentro dos canais organizados dos órgãos de informação e, sobretudo, para individualizar os pontos que funcionam como <<cancelas>> e que estabelecem que a informação passa ou seja rejeitada.

motivos eram levados para outras localidades; recebiam do governo regiões de floresta a serem derrubadas; falta de auxílio material e financeiro para os primeiros meses de subsistência; contratos de parcerias com os proprietários rurais, que traziam endividamentos para o imigrante, etc. Tendo que sobreviver numa nova terra, esse trabalhador enfrentou maus momentos, tanto por parte do Governo Imperial no descumprimento de acordos, quanto dos órgãos tutelares da imigração e dos agricultores que lhes contratavam para ocuparem a lavoura. O jornal deu considerável divulgação às adversidades sofridas pelos imigrantes. Matérias dando conta de despejo, insultos, violências, contratos de posse de terras não cumpridos, agiram como forma de cobrar das autoridades medidas que assegurassem os direitos desses trabalhadores. Várias matérias e editoriais cobraram do governo central e dos órgãos tuteladores da imigração o cumprimento de contratos, principalmente em relação ao custeio da passagem da Europa para o Brasil, bem como o transporte gratuito do local de desembarque até a colônia onde o imigrante fosse se estabelecer.

A publicação de um artigo do jornalista Quintino Bocaiúva, contendo críticas contra uma ação de despejo sofrida por alguns grupos de famílias de imigrantes num núcleo colonial de Santa Catharina, ilustra uma parte das adversidades que esses trabalhadores tiveram que passar. Bocaiúva ataca o governo imperial e cobra que seja feita à realocação desses imigrantes em outra localidade:

“A politicagem, para não lhe dar outro nome que rima com esse, a politicagem eleitoral também se apoderou desse negócio, (a posse territorial) e tais fatos têm ocorrido por esse mundo adentro do nosso Brasil... e nos desonrariam perante as nações civilizadas se até lá chegasse a notícia de alguns escândalos que conhecemos.

Aqui está um dos pontos negros desta vital questão da imigração e da ocupação útil do nosso solo, o qual deve merecer os desvelos do governo de todos os que se interessam pelo futuro da pátria”¹⁹⁸.

¹⁹⁸ **A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO**, edição de 16/9/1886.

Uma carta anônima dirigida à redação da *A Província* (publicada em 24 de agosto de 1886) assinada “*Um que quer justiça*”, denuncia que o prussiano José Kapitsky e sua família sofreram maus tratos por parte do chefe de polícia da Província do Espírito Santo, o bacharel Fernando Eugenio Martins Ribeiro, e pede ao jornal que seja publicada a queixa que esses imigrantes enviaram ao presidente da Província relatando o caso. O negociante Franz Ruddio, do Porto do Cachoeiro, agiu como testemunha do caso e foi ele também que traduziu as tais expressões violentas ditas pelo Chefe de Polícia: “*Ele [Sr. Ruddio] é uma testemunha importante contra a polícia que espanca os cidadãos brasileiros [...] e na roça faz o que narra Kapitsky*”.

Uma matéria de 19 de fevereiro de 1887 relata que o italiano Fachitte e sua mulher, residentes no núcleo de Timbuí, Santa Leopoldina, foram gravemente feridos em sua casa por três cearenses, “*resultando a destruição de órgãos que o priva de trabalhar efetivamente*”. Cobrando providências diz o jornal: “*Da promotoria pública esperam os ofendidos e todos os imigrantes severa punição para que não ajam reprodução dessas revoltantes cenas, que muito depõem contra o meio social...*”.

Outra matéria, de 25/1/1888 publicada na seção “*Fatos e Boatos*” sob o título “*Imigrantes contratados*”, denunciava que um grupo de 157 imigrantes italianos (desses 157, 137 foram destinados a fazenda do coronel Ribeiro Mascarenhas, localizada em São Torquato no município da Vila do Espírito Santo, atual Vila Velha, e 20 com destino a fazenda do Dr. A. Guaraná, no município de Santa Cruz) formados por adultos e crianças, ao desembarcarem no porto da capital não foram recepcionados adequadamente, sendo obrigados a “*ficarem expostos durante algumas horas à chuva torrencial que então caía*”. E criticou o jornal:

“O imigrante atraído ao nosso país por promessas lisonjeiras e acariciadoras de um bem estar, facilmente conquistável por alguns anos de trabalho, não deve, logo ao aportar às nossas plagas, ser tão desagradavelmente impressionado, como deveriam ter ficado os recém-chegados”¹⁹⁹.

Na edição do dia seguinte chegou à redação uma carta da Inspetoria de Terras Publicas e Colonização, apresentando justificativas do fato.

“Coincidindo, porém, a queda da copiosa chuva com a pressa imprudente do sr. comandante do vapor Maria Pia em dar o desembarque, afim de voltar em tempo, não teve o empregado da inspetoria, que imediatamente achou-se a bordo, outro expediente para substituir o plano senão o de dar o desembarque na cidade.

Em tais condições não podiam deixar de molharem-se os imigrantes, como se molhariam quaisquer passageiros por mais que fosse a hierarquia, a menos que preferissem voltar á Corte no vapor Maria Pia.

Substituindo o plano pelo expediente precipitado, o que mais foi observado, são conseqüências deste, e, para varrer a testada, foram culpados do desastre: a chuva torrencial e a pressa do sr. Comandante em momento impróprio”²⁰⁰.

Uma carta, que pode ser considerada uma das mais contundentes criticas feita ao governo imperial que identificamos no jornal *A Província*, revela as mazelas que enfrentou uma família de imigrantes italianos em São Mateus. A carta enviada à redação e publicada na edição de 15/2/1889, diz que um grupo de imigrantes italianos composto de homens, mulheres e crianças *“esmolam pelas ruas desta vila como já esmolaram pelas estradas do alto Castelo”*. Esses imigrantes, que tinham como destino a Província de São Paulo, foram desembarcados em Vitória e levados para uma fazenda em Itapemirim; lá um membro da família chegou a falecer, e desgostosos da vida, os familiares se dirigiram à hospedaria de imigrantes de Vitória. O jornal relata o desencontro:

“Vítima de um logro ou de uma especulação intolerável trazem eles os seus passaportes, bagagem, etc., visados para S. Paulo. Contam que

¹⁹⁹ *A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO*, edição de 25/1/1888.

²⁰⁰ *A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO*, edição de 26/1/1888.

aqui, na capital foram baldeados de um navio para outro, que lhe diziam ser – esse mesmo – o que devia levá-los ao porto de seu destino, para onde os chamaram os seus parentes, mas que afinal se acharam em terras de Itapemirim!”²⁰¹.

A historia dramática dessa família ainda encontraria mais dissabores. Da capital, Vitória, essa família reclamava outras providencias que os tirassem daquela situação difícil, mas uma ordem foi dada para que esses imigrantes fossem desalojados e privados de todo o auxilio, e deveria ser empregado a força se preciso. E diz o articulista da carta:

“E nós que vivamos iludidos, pensando que tudo quanto o governo diz é verdade!

A verdade é esta, que resulta dos tais contratos de engagements, que não de ser sempre iludidos em sua execução[...]

Por um falso juízo e por uma apreciação errônea somos muito fáceis em qualificar de vadios e vagabundos á esta gente, quando o desespero os leva ao extremo de se recusarem á toda e qualquer oferta de trabalho...

O governo diz muito, escreve muito e recomenda muito, mas parece que tão somente para que se leia no estrangeiro.

Esses documentos oficiais ativam e animam realmente a propaganda, na Europa, mas quando lá chegarem 3, 4 ou 5 cartas contestes narrando os sofrimentos e as privações das vítimas do logro e da fraude, podem [...] escrever o que quiserem, não conseguirão destruir a impressão que elas produzem”²⁰².

O jornal apresentou duas tendências distintas. Se por um lado foram amplas as notícias que revelavam as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes, contendo criticas com relação o descaso da política imigrantista do governo imperial, por outro, também, agiu de maneira a rebater a críticas que eram feitas (sobretudo pela imprensa européia) em relação à política imigratória do governo brasileiro.

Notícias produzidas pela imprensa estrangeira (sobretudo da Itália e Alemanha) criticando a política do governo imperial e relatando maus tratos sofridos pelos imigrantes, imediatamente o jornal procurava, por meio de argumentos, contrapor o que

²⁰¹ **A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO**, edição de 15/2/1889.

²⁰² Idem.

foi publicado, na tentativa de desfazer a má repercussão que essas notícias poderiam causar, sobretudo na Europa, e de algum modo inibir o fluxo imigratório para o país.

O jornal demonstrou preferência por publicar matérias (da imprensa estrangeira) que traziam abordagens positivas da política imigrantista praticada pelo Governo Imperial.

Notamos que as notícias internacionais que criticavam a política de imigração do Brasil não tiveram por parte do jornal *A Província* o reconhecimento de que se errou e que as providências para corrigir poderiam ser tomadas, mas sim uma atuação procurando desqualificar essas notícias, muitas vezes tachando-as de serem infundadas e caluniosas.

Um exemplo dessa atuação para restabelecer a ordem, foi quando um correspondente do jornal *A Província* se dirigiu aos municípios de Benevente e Alfredo Chaves para contrapor uma notícia do jornal *La Voce del Popolo* que denunciava, entre outras coisas, que os imigrantes estabelecidos em um dos núcleos colônias de Rio Novo e Castelo estavam insatisfeitos com a administração do Engenheiro Joaquim Adolpho Pinto Pacca (então juiz municipal de Benevente), por ele estar sendo conivente com a falta de repressão de crimes. O correspondente do jornal então recolhe depoimentos das mesmas testemunhas citadas pelo *La Voce*, e todas elas dizem serem infundadas as acusações do *La Voce*. Outro caso foi a publicação de uma carta remetida de Cachoeiro de Itapemirim à redação, datada de 25 de outubro de 1884, nela o articulista²⁰³ rebate uma notícia publicada no jornal alemão *Die Post*, que fazia pesadas críticas ao tratamento dado pelo governo imperial aos imigrantes alemães estabelecidos em colônias do Brasil.

²⁰³ É interessante destacar que entre as suas considerações o articulista descreve duas realidades em voga no momento. Uma é que os agricultores no Brasil faziam contratos de parcerias com os imigrantes, noutra ele menciona que as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores na Europa têm como uma das causas a industrialização do campo.

3.5 Críticas ao trabalhador capixaba e ao “trabalhador nacional”

Reproduzindo o pensamento das elites agrárias da época, o jornal em seus editoriais desqualificou o “trabalhador nacional” (ou seja, o que vai trabalhar como empregado na propriedade alheia) tachando-o de indolente e preguiçoso. Dizia o jornal, num primeiro momento, que o atraso econômico do Espírito Santo, devia-se em parte, ao desapego ao trabalho que se via no trabalhador nacional.

No editorial de 16/06/82 o jornal vai fazer uma crítica ao capixaba de modo geral, que deveria ter “iniciativa” e “ambição”. Esse discurso contra a indolência reflete bem o pensamento da época, pois o “ócio” e a “vagabundagem” para o discurso da época era a origem de todos os males.

“[...] a marcha lenta, quase imperceptível da nossa lavoura, principalmente ao norte da Província, esbarra com a conseqüência naturalíssima, bem triste aliás, de que o espírito-santense é baldo de iniciativa e de ambições muito vulgares.

[...] nós nos conservamos arredios da faina do trabalho sulista, e continuamos a produzir na mesma escala [...]

[...] queremos apenas deixar bem assinalado um fato: o desamor pelo trabalho que se nota aqui no meio de tantas riquezas a explorar [...]”²⁰⁴.

O trabalhador livre nacional (formados por negros, índios e pardos, descendentes de portugueses, nordestinos) habitava as margens do litoral e viviam da pesca e de pequenas roças de subsistências. No campo, encontravam-se pequenos posseiros que não integravam a economia cafeeira; cultivavam roças de subsistência, que completavam com a caça²⁰⁵.

A integração da população pobre, nascida livre ou liberta, ao mercado de trabalho, parecia difícil aos olhos dos contemporâneos, no sudeste. Essa dificuldade era

²⁰⁴ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, edição de 16/6/1882.

²⁰⁵ SALETTO, Nara. **Trabalhadores nacionais e imigrantes de Trabalho no Espírito Santo** (1888-1930). Edufes: Vitória, 1996, p. 183.

interpretada tendo como referência o mito da indolência da população pobre, que datava do período colonial, e o racismo tão influente no pensamento da época²⁰⁶.

Encontramos nas palavras de Rocha (2000)²⁰⁷ e Saletto (1996)²⁰⁸, argumentos que mostram a chave desta questão. Segundo Rocha, o próprio sistema que não lhe dava chances é mesmo que lhe tacha de indolente. Saletto aponta que esse repúdio de ordem ideológica pretendia justificar a imigração de mão-de-obra européia. Segundo Rocha, se a população nacional pobre se esquivava ao trabalho era, certamente, porque essas próprias relações de trabalho a colocava à margem do processo de produção ao tentar medir os custos e a produtividade do seu labor tendo como parâmetro o trabalho escravizado.

O discurso reprovador feito pelo jornal ao trabalhador livre nacional, ao capixaba, enfim, contra todos os “indolentes”, diminui à medida que a escravidão vai perdendo força e a lavoura cafeeira vai urgentemente necessitando de mão-de-obra para se manter, uma vez que o negro aos poucos ia se dispersando do campo.

Um ofício do Ministro da Agricultura, Antonio Carneiro da Rocha, dirigido ao engenheiro Adolpho Pinto Pacca, vice-presidente da Sociedade Central de Imigração, informava que:

*[...] Sendo um dos seus intuitos desenvolver não só a colonização estrangeira, como a nacional, não pode reservar exclusivamente para a primeira todas as terras, que fizer medir as províncias do Paraná, Espírito Santo e Santa Catharina [...]*²⁰⁹.

Sete dias depois na edição de 18/11/1884, o jornal *A Província* vai ceder espaço a publicação de um editorial do jornal *Gazeta de Noticias* (RJ) que tinha o título

²⁰⁶ Idem, p. 184.

²⁰⁷ ROCHA, Gilda. **Imigração estrangeira... op. cit.**

²⁰⁸ SALETTO, Nara. **Trabalhadores nacionais op. cit.**

²⁰⁹ **A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO**, edição de 11/11/1884.

“*Colonização nacional*”, no qual advogada em defesa desse trabalhador que outrora era criticado:

“[...] Parece corrente entre nós, passa como uma verdade axiomática – que o elemento nacional não serve para os trabalhos rurais, quando os agentes desses trabalhos sejam homens livres.

Não podemos imaginar em que princípio... se baseia tão grande absurdo, que é, ao mesmo tempo, uma calúnia gratuita e uma injustiça dirigida a milhões de brasileiros, pobres, ignorantes, desprotegidos, explorados, e por cima e tudo ultrajados.

Além de que, seria absurdo insistir na condenação perpetua de uma enorme classe de homens, cujo número tende a aumentar de dia para dia, se fosse verdade incontestável o que se imagina do elemento nacional isso nos levaria á medonha conclusão do que o número de parasitas sociais seria tão grande, que a nação desapareceria asfíxiada por eles.

[...] (e esta é que é a verdade) o habitante rural proletário não trabalha porque não tem onde, por causa de nossa detestável organização econômica, pelo erro de procurar baratear, até ao impossível, o preço da mão-de-obra, em vez de melhorar os processos de cultura, e principalmente por falta de educação e de facilidade de se tornar proprietário do solo [...]”²¹⁰.

E finaliza o editorial com o seguinte comentário:

“[...] finalmente, se o plano apresentado foi realmente aceito... de certo teremos em breve, uma majestosa revolução pacífica na nossa vida interna, e daqui a alguns anos não se dirá tão afoitamente que o brasileiro pobre dos campos é incapaz de se governar a si próprio e de ser um cidadão útil e produtor.

Do ministério da agricultura depende a resolução deste magno problema”.

3.6 Lavoura e escravidão: o debate abolicionista

Matérias e editorias esclareciam que uma das questões sociais mais preocupantes era a dificuldade de transição do trabalho servil ao livre. Podia se ver a resistência dos agricultores em abolir a escravidão, através das críticas que o jornal fazia. A libertação

²¹⁰ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, edição de 18/11/1884.

de 27 escravos da Fazenda de Piranema, no Espírito Santo, foi comentada pelo editorial de 6 de agosto de 1882, como um progresso para o país.

A Sociedade Espírito Santense de Imigração declara em um relatório de 1887, as vésperas da Lei Áurea, já em um momento que as pressões contra a escravidão eram intensas, o seguinte:

“O grande proprietário agrícola receia encarar de frente a questão do elemento servil e a isso prefere o doce engano de que por muito tempo ainda poderá dispor de tal elemento para exploração de sua industria e por isso não cogita na transformação do trabalho”²¹¹.

Buscando pressionar os agricultores a libertar seus escravos e lhes pagar salários, o jornal pública um projeto de lei apresentado a Assembléia Provincial do Rio de Janeiro pelo deputado Joaquim de Oliveira Machado. O projeto oferecia várias vantagens ao agricultor que extinguisse a escravidão. Entre outros pontos, o projeto previa que a exportação de café ficaria isenta do pagamento de imposto para o agricultor que empregasse em sua lavoura pelo menos 20 estrangeiros ou trabalhadores livres nacionais. Outra vantagem era que o transporte de café dentro da própria província seria gratuito.

Ao mesmo tempo em que o jornal criticava a escravidão, seus editoriais temiam o abandono da lavoura. Paralelamente às manifestações contra a escravidão, o jornal alertava para o problema da falta de mão-de-obra decorrente do esvaziamento do campo:

“Não há quem não insista sobre o vácuo enorme que se há de abrir com o desaparecimento do braço escravo, que tem quase exclusivamente cevado o solo nacional”²¹².

²¹¹ Relatório Apresentado na Sessão de Posse a 28 de Agosto de 1887 da Sociedade Espírito Santense de Imigração, publicado em **A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO**, edição de 30/8/1887.

²¹² **A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO**, 1 de julho de 1882.

Sendo o negro o principal “motor” da economia nesse momento, por oferecer eficiente mão-de-obra à lavoura, temia-se como ficaria a situação da lavoura uma vez que pouco a pouco esse contingente ia se dispersando do campo. Um problema de ordem social e humanitária seria resolvido, mas um outro de ordem econômica poderia aparecer. Nesse sentido o jornal manifesta a seguinte preocupação, já num editorial de 1882:

“[...] Não se trata de manifestações choramingas de um sentimentalismo vazio, trata-se, sim, de resolver as dificuldades... de que vai sendo vítima a bondosa e quase exclusiva doadora de todos os nossos benefícios sociais – a lavoura. Dessorados mais e mais os elementos que a fecundam por esta marcha morosa, que um dia menos outro vai destacando os braços de que ela carece para sustentar-se, á que ficará ela afinal reduzida?

Nas cidades rolarão os mendigos, mas os campos estarão desertos. Eletrizamos a festa da liberdade, mas fica-nos a comoção da dúvida sobre o futuro da pátria”²¹³.

Embora os editoriais tenham demonstrado temor com relação ao esvaziamento do campo, segundo Almada o surto cafeeiro imporá tal vigor à instituição escravista, que ela se constituirá em sustentáculo da economia da Província até 1888. Por toda a Província, à medida que as plantações de café se multiplicavam, a demanda da mão-de-obra escrava crescia²¹⁴.

Em 1885, uma série de artigos com ênfase antiescravista publicados por A *Província* com o título “*Memórias do Passado*” procura expor aos leitores os fatos ocorridos na província a partir de 1835. No dias 5 e 6 de maio de 1885 é publicada pelo jornal uma dessas séries, vejamos:

“Desde 1836 principiaram os negociantes de carne humana a iludir a vigilância do governo inglês, que, por um tratado de 1831, convencionará com o Brasil extirpar o trafico de africanos. A posição astronômica do

²¹³ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, edição de 6/8/1882.

²¹⁴ ALMADA, Vilma P. *Escravidão e transição: o Espírito Santo, 1850/1888*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 108.

nosso continente era a melhor possível... Piúma, “Guarapari”, Vitória e Santa Cruz foram os lugares mais cômodos para os desembarques.

Passamos, portanto por essas crises, que entorpeceram a marcha de nossa civilização, cujas conseqüências, ainda hoje experimentamos, e por alguns anos hão de retardá-lo pela reação difícil á operar-se no futuro do desenvolvimento da lavoura e comércio. [...]

Centenas de vidas foram expostas á mercê das ondas, além do Atlântico, sujeitas aos maus tratos: mergulhadas no fundo dos porões dos navios; privadas de luz e ar, respirando auras infectas, para satisfazer o egoísmo de homens que pelo ouro sacrificavam seus irmãos!

Os portugueses, perdidas as esperanças de escravizar os aborígines, que se acham sob influência imediata dos jesuítas, lançaram mão deste meio, tão reprovado, para manter a sua negociação e sustentar a lavoura de nosso país. Erro grave, que comprometeu o nosso presente e o futuro da sociedade brasileira.

Os escândalos repetiram-se até 1845, em que dentro da própria fortaleza de S. João, se expuseram á venda 200 escravos pelo ínfimo preço de 250\$000! Ali pelo Campinho e Porto Velho abriram-se praça para essas vendas! Ainda em 1848 o brigue – Feliz Ventura – desovou em Santa Cruz grande numero desses infelizes! Foram levados para a fazenda, que hoje pertence ao dr. Guaraná, guardados em grande deposito para esse comércio imoral e torpe! [...]

[...] tidos por uma raça maldita, o escravo representou entre nós o papel de uma maquina bruta, só impelida pela força de uma vontade estranha!

Felizmente o espírito da época, esclarecido pelas radiantes luzes da civilização, levantou o brado uníssonos da liberdade...

[...] A cidade de Vitória não ficou estacionaria diante do movimento emancipador”.²¹⁵

²¹⁵ A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, edições 5 e 6 de maio de 1885.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início desta pesquisa partimos a hipótese de que o jornal *A Província*, ao longo de sua cobertura jornalística teria exercido influência propagandística na esfera pública em defesa da importação da mão-de-obra europeia para o Brasil. Lançamos essa hipótese pelo fato do seu dono e redator, Moniz Freire, na condição de Governador do Estado do Espírito Santo entre 1892 a 1895 e 1900 a 1904, ter promovido amplamente a imigração estrangeira. E constatamos que sim, o jornal *A Província* defendeu a causa do imigrante, embora não tão explícito como esperávamos. Mas o jornal atuou como um vigia, e tudo que pudesse obstruir a entrada de imigrantes no Espírito Santo e em qualquer parte do país, era alvo de ataques por parte do jornal.

O que verificamos foi uma cobertura jornalística mais no sentido de cobrar uma postura tuteladora por parte do governo em relação a imigração, como o pagamento da passagem da Europa para o Brasil, auxílios como agasalhos, ferramentas e alimentação, entre outros, para os primeiros meses de adaptação.

Não encontramos editoriais e artigos de opinião em abundância que tratasse do tema imigração, pelo contrário os editoriais foram raros.

Às vezes o pesquisador não consegue atingir os objetivos que ele se propôs no início. Mas o manuseio do material pode proporcionar o encontro de fatos novos no cenário da história e oportunidades para maiores reflexões. E um exemplo disso foi quando constatamos, por exemplo, que a crítica dirigida ao imigrante no início da década de 80, foi atenuada no final desta mesma década, quando a se acentuava a queda de braços nas lavouras.

Nesse percurso de análise, verificamos também dois posicionamentos distintos por parte do jornal, de um lado ele criticou e denunciou os abusos pelo qual passaram os

imigrantes, mas de outro procurou neutralizar (tachando de serem infundadas) as críticas que a imprensa internacional (sobretudo européia) dirigia a política de imigração em curso no Brasil.

Boa parte do discurso que o jornal *A Província* produziu, ele o fez através de outras fontes, pois foram muitas notícias reproduzidas de outros veículos de comunicação (jornais, revistas, telegramas), como também foram várias a reprodução de documentos oficiais (relatórios, ofícios, etc.), tanto do governo central como órgãos ligados a imigração. No geral, após a publicação de um documento oficial, o jornal acrescentava a seu posicionamento, discordando, atacando ou mesmo apoiando. Percebemos que forma nesses pequenos comentários, em notas às vezes curtas, que o jornal imprimia seu ponto de vista e conduzia seus leitores para uma determinada visão dos fatos.

Quando se decidiu centrar a pesquisa em um único jornal, foi na tentativa de compor um panorama da imigração estrangeira na ótica de uma única fonte, procurando com isso fugir dos registros oficiais e de uma bibliografia de cunha tradicional. Portanto, elegemos uma peça discursiva, isto é, um jornal capixaba do século XIX, que nos permitisse uma leitura alternativa, aquela que a historiografia tradicional não menciona, por considerar os jornais como fontes de menor importância. No jornal pudemos encontrar aqueles elementos que permeavam a história da imigração, mas que estavam escondidos nas notas, matérias, reportagem, etc., e que precisam ser reveladas.

Pudemos, através das páginas de *A Província*, constatar a atuação falha do governo central em relação a imigração. Constatamos que a pequena propriedade era um caminho viável pretendido pelo governo central para atrair a mão de obra européia para o país, como também era viável por parte desse mesmo governo, promover a imigração

espontânea, pois entre outros fatores alegava-se a falta de verba para custear a imigração em massa.

Pudemos constatar através das denúncias que o jornal nos trouxe, o drama de algumas famílias de imigrantes que passaram dissabores no porto de Vitória e em colônias da Província do Espírito Santo. Conforme as matérias que o jornal publicou pudemos perceber que a realidade para o imigrante foi bem diferente da visão mítica que se vendia na Europa sobre o Brasil. Por outro lado, vemos que o imigrante lutou, perseverou e conseguiu galgar seu espaço.

O jornal exigiu dos governos os auxílios que pudessem dar continuidade ao fluxo imigratório para o país. Os contratos que estavam para ser firmados entre Brasil e Itália, e países europeus para a introdução de imigrantes no Brasil e na Província do Espírito Santo, foram aclamados com entusiasmo pelo jornal.

Como dissemos não encontramos farto material sobre a imigração no jornal, mas sobre esses vestígios, pudemos descortinar, sob um novo olhar, algumas das discussões sobre a imigração estrangeira já travada pela bibliografia tradicional, tais como: a pequena propriedade de terra; a imigração espontânea; as adversidades sofridas pelos imigrantes em busca da sobrevivência; a discriminação do trabalhador capixaba e do chamado “trabalhador nacional” (discriminação que tinha como origem o mito da indolência), e o debate abolicionistas.

O discurso produzido pelo jornal *A Província* através das opiniões compartilhadas e os seus próprios julgamentos em relação ao fenômeno imigrantista, não foi muito diferente do que a bibliografia local e nacional vem abordando.

O jornal *A Província*, pelo tom crítico que adotou, combatendo instituições, fazendo críticas a governos, seguiu um jornalismo que podemos classificar de

independente em relação à “imprensa oficial”, aquela nascida sob a égide do aparelho do Estado.

A postura do jornal em relação à imigração foi de defender os interesses da classe dirigente o qual fazia parte (proprietários rurais, elite política, industriais, comerciantes, etc.).

A luta travada no jornal pelo sucesso do imigrante tinha suas razões econômicas. O progresso econômico da Província e do país estava intimamente ligado aos resultados que os imigrantes iriam obter na nova terra.

As cartas mandadas à redação do jornal na tentativa de se justificar ou acrescentar informações com relação ao que o jornal publicou, demonstrara que o jornal conseguiu através de sua atuação jornalística provocar inquietações.

O jornal fez o seu papel, segundo a orientação política que representava, o Liberalismo, criticando, enaltecendo e promovendo, ou mesmo abstendo-se. Sem entrarmos numa discussão mais profunda sobre o que foi o Liberalismo no século XIX, verificamos que o jornal, seguiu um dos princípios comuns da doutrina do Liberalismo: a defesa da liberdade individual. Portanto a imigração deveria acontecer. Bobbio explica que o Liberalismo é muito difícil de ser definido, o mesmo acontecendo para a definição do adjetivo liberal:

“Trata-se de uma definição arriscada, inclusive porque nem sempre grupos e partidos que se inspiram nas idéias liberais tomaram o nome de liberais e também nem sempre os partidos liberais desenvolveram uma política coerente com os princípios proclamados”²¹⁶.

O jornal defendeu que imigração espontânea e tutelada era fonte de inesgotável utilidade e a colonização (colocação do imigrante na pequena propriedade) era o caminho mais viável para o povoamento e para a sustentação da economia. O imigrante

²¹⁶ BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

deveria ser o grande “motor” da economia do país, não importando se ele estivesse na grande propriedade ou núcleos coloniais, importava ao jornal, que os imigrantes trouxessem receitas.

O jornal foi a campo e colheu aquilo que a realidade lhe oferecia no momento. Seus redatores Muniz Freire e Cleto Nunes, agiram conforme o espírito progressista que os impulsionavam.

O jornal *A Província* fez o que pode para defender a causa do imigrante, denunciando abusos e as adversidades sofridas. De um lado suas matérias agiram para cobrar dos poderes competentes os direitos dos imigrantes, de outro, o jornal procurou conter aqueles fatos que considerou que poderiam repercutir desfavoravelmente na Europa, e de algum modo obstruir o êxodo emigratório.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves de et al. **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. **Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV, 2003a.

_____. **Mídia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

_____. Introdução. In: ____ et al. **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: FGV, 1996a.

ALMADA, Vilma P. **Escravidão e transição: o Espírito Santo, 1850/1888**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

AQUINO, Maria A. de. **Censura, imprensa e estado autoritário (1968-1978), o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de S. Paulo e Movimento**. Bauru: EDUSC, 1999.

BASÍLIO, Marcello Antônio de Souza. **A Vida e Obra de Moniz Freire**. Vitória: [s.n], 1961.

BEIGUELMAN, Paula. **A crise do escravismo e a grande imigração**. São Paulo: Brasiliense.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. 4ª ed. Campinas: Pontes, 1995.

BERNARDI, Célia de. 2000. **O legendário Meneghetti: imprensa, memória e poder**. São Paulo: Annablume, 2000.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Encadernação: **A Província do Espírito Santo (1882 a 1889)**. Vitória, [19--]. 100 p.

BITTENCOURT, Gabriel. **Café e modernização: o espírito santo no século XIX**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

BORGES, Vavy Pacheco. 1979. **Getúlio Vargas e a oligarquia paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

CAMARGO, Ana Maria de A. 1971. *A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil*. In: **Anais do V Simpósio dos Professores Universitários de História**. São Paulo.

CAMPOS JÚNIOR, , Carlos Teixeira de. **O novo arrabalde**. Vitória: PMV, SMCT, 1996.

CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: EDUSP/Contexto, 1988.

CAPELATO, Maria Helena R. **Os arautos do liberalismo: imprensa paulista, 1920-1945**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. **O Bravo Matutino**. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1980. Introdução.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. **Conflitos, crimes e resistência: uma análise dos alemães e teuto-descendentes através de processos criminais (Juiz de Fora – 1858/1921)**. 2004. 222 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci e KOSSOY, Boris (orgs.). **A imprensa confiscada pelo DEOPS: 1924-1954**. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2003.

CARVALHO, J. M. Teatro de sombras. In: _____. **A construção da ordem**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

CASTIGLIONI, Aurélia H. [et. al.]. **Imigração italiana no espírito santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: EDUFES, 1998.

CENNI, Franco. **Italianos no Brasil**. São Paulo: Livraria Martins, 1958.

CLAUDIO, Affonso. **História da Literatura Espírito-Santense**. Porto, Oficinas do Comércio do Porto, 1912. Edição facsimilada, Xerox do Brasil, 1981.

CONTIER, Arnaldo D. **Imprensa e ideologia em São Paulo: 1822-1842**. Petrópolis: Vozes; Campinas: UNICAMP, 1979.

COUTY, Louis. **O Brasil em 1884: esboços sociológicos**. Coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos. Senado Federal. Fundação Casa de Rui Barbosa – MEC, Brasília, Rio de Janeiro.

CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana - 1890-1915**. São Paulo: EDUC/Fapesp/Arquivo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado, 2000.

DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma ilha**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965.

DERENZI, Luiz Serafim. **Os italianos no Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Artenova S.A, 1974.

FAUSTO NETO, Antônio. **Mortes em derrapagem**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. 2ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

FERRARA, Miriam N. **A imprensa negra paulista (1915-1963)**. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

GINSBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**. São Paulo: Companhia da Letras, 1989.

GÓES, Maria da Conceição Pinto et. al. **A imprensa brasileira ante o fascismo: a tomada de poder na Alemanha**. Rio de Janeiro: Inst. Goethe, 1983.

KUSHNIR, Beatriz. 2004. **Cães de guarda – jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando et al. 1994. **A imprensa faz e desfaz um presidente**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

LUCA, Tânia R. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARQUES DE MELO, José. (org.). 1970. **A imprensa como objeto de estudo das ciências sociais**. São Paulo: Depto.de Jornalismo ECA/USP, 1970.

_____. **Estudo de Jornalismo Comparado**. 1ª. ed. São Paulo: Editora Pioneira.

MARSON, Izabel A. **Movimento praieiro: imprensa, ideologia e poder político**. São Paulo: Moderna, 1980.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempo de República (1890-1922)**. São Paulo: EDUSP/FAPESP/Imprensa Oficial do Estado, 2001.
MELO, Jose Marques de. **Jornalismo opinativo: gêneros no jornalismo brasileiro**. 3 ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MOREL, Marco e BARROS, Mariana M. de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOTA, Carlos Guilherme e CAPELATO, Maria Helena. 1981. **História da Folha de S. Paulo (1921-1981)**. São Paulo: IMPRES, 1981.

MOURA, Clóvis. **Imprensa Negra**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1984.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 2 ed. ampl. atual. Vitória: Americana, 1975.

PAULA, Jeziel de. 1999. **Imagens construindo a história**. Campinas/Piracicaba: Ed. UNICAMP/Ed. UNIMEP, 1932.

PEREIRA, Heráclito Amâncio. **Revista de Cultura** - Ufes – Ano 1 – Número II – 1º Semestre de 1979.

PRADO, Caio Jr.. **História da econômica do brasil**. 22ª. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ROCHA, Gilda. **Imigração estrangeira no Espírito Santo: 1847-1896**. Vitória: [s.n.], 2000.

RODRIGUES, Márcia B. F. Razão e sensibilidade: reflexões em torno do paradigma indiciário. In: _____. **Dimensões** – Revista de História da Ufes: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, n.º. 17, 2005.

RUBIM, A. A.C **Sociabilidade, comunicação e política contemporânea**: sugestões para uma alternativa teórica. Revista Textos de Cultura e Comunicação, n.º 27, UFBA, 1992. _____. **Comunicação e poder** – televisão e eleições presidenciais: In: Revista.

SALDANHA, Nelson Nogueira. **História das idéias políticas no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2001.

SALETTTO, Nara. **Sobre a composição étnica da população capixaba**. In: Dimensões Revista de História da Ufes, n.º 11, Vitória, jul/dez 200.

_____. **Trabalhadores nacionais e imigrantes de Trabalho no Espírito Santo (1888-1930)**. Edufes: Vitória, 1996.

SANTOS, Roselys Izabel Correa dos Santos. **A terra prometida**: emigração italiana: mito e realidade. 2ª. ed. Itajaí/SC: Ed. da Univali, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. 1987. **Retrato em branco e preto**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A primeira gazeta da Bahia**: Idade D'Ouro do Brasil. São Paulo: Cultrix; Brasília: INL, 1978.

SIQUEIRA, Francisco Antunes de. **Memórias do passado**: a Vitória através de meio século. Vitória: Florecultura, 1999. Edição de texto, estudo e notas de Fernando Achiamé.

TASCHNER GOLDENSTEIN, Gisela. 1987. **Do jornalismo político à indústria cultural**. São Paulo, Summus; TASCHNER, Gisela G. **Folhas ao vento**: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Do jornalismo político à indústria cultural**. São Paulo: Summus, 1987.

APÊNDICE

ANNO I
 ASSIGNATURAS (SEM PORTE)
 ANNO..... 148000
 SEMESTRE..... 85000
 TRIMESTRE..... 42000

Brazil — Victoria, Quarta-feira, 30 de Agosto de 1882

NUMERO 71
 ASSIGNATURAS (COM PORTE)
 ANNO..... 158000
 SEMESTRE..... 95000
 TRIMESTRE..... 48000

Numero avulso 200 reis

Folha consagrada aos interesses provinciais, filiada a escola liberal

REDACTORES. — MONIZ FREIRE E CLETO HUNES.

Annuario 60 rs. a libra

Editoria e Typographia a rua do Commercio n. 31

PUBLICA-SE AS QUARTAS, SEXTAS E DOMINGOS.

Editoria e Typographia a rua do Commercio n. 31

Edição 1,000 exemplares

A Provincia do Espirito-Santo

VICTORIA, 30 DE AGOSTO DE 1882.

Crise lavoureira

O telegramma publicado em nosso ultimo numero, com que nos honrou um commerciante d'esta provincia, veiu ainda mais nos convencer da decadencia que tem levado cada vez mais depreciado o principal producto de nossa industria agricola.

Se a situação, como actualmente se apresenta, é por demais comprometedora de nossos interesses materiaes, dia a dia menos favorcidos, agrava-se ainda mais quando se contempla os elementos que vão predispondo uma crise muito mais funesta.

O circulo de ferro em que está o paiz circumscripção é de natureza a fazer dó; ha uma dez annos que o trabalho nacional tem se esforçado para augmentar a nossa produção, e desde então para cá o accrescimento de riqueza que deveria resultar d'este excesso de trabalho tem sido constantemente regateado pelo despreciamiento que soffre o fructo principal d'esta faina industrial, de modo que a riqueza publica em vez de tender á prosperidade procura somente equilibrar-se. Os lucros que se obtinha no genero são compensados hoje pela quantidade maior que se produz, desaparecendo a cotação do maior esforço empregado para colher esse novo resultado, materialmente superior, porém economicamente inferior ao quando muito igual.

So taes são as circumstancias da actualidade, não será difficil imaginar o estado a que ficará reduzida a lavoura do café quando abrirem os mercados estrangeiros á importante produção do Mexico, cuja exportação n'estes dous annos começará a se fazer em muito grande escala; este facto que enunciado em sua nudez é já um motivo bastante imperioso para desanimadoras previsões sobre de importancia quando se considera que a lavoura cafeeira mexicana é sustentada principalmente pelos Estados-Unidos, o nosso melhor consumidor, e que entram já como elementos favoráveis á ella a barateza dos transportes e as aptidões technicas de uma nação forte, adestrada no conhecimento dos mais aperfeiçoados machinismos, essencialmente progressista e por consequencia desejosa de melhoral-os diariamente.

Coteje-se todas essas vantagens pelo espirito rotineiro de nosso paiz, que recebe quasi sempre de fora o impulso, os materiaes e os novos machinismos, que está longe dos mercados consumidores, mal ser-

vidado de estradas, jogando emfim com dezenas de outras adversidades, e nada mais é preciso para que nos antehe a posição inferior a que estamos condescendentemente nos submettendo.

Mal para nós, que nem so meo temos a iniciativa de explorar outras industrias, de encanar de frente a solução de problemas taes como a extincção do elemento servil, e de evitar o descredito nacional em consequencia da pessima conclusão que damos a todos os nossos interesses.

Nos nossos habitos de appellar exclusivamente para a acção governamental, tendo governos impotentes diante do sigillido de uma crise economica asustadora, e ao mesmo tempo abocanhados na tarefa de organização de orçamentos, de um lado ameaçados pelos reviramentos do apoio politico que se mede pelas concessões orçamentarias, de outro pelas difficuldades que pullulam sobre as finanças do Estado, com tudo isso e mais com o systema de opposição decaez, que não aconselha e procura somente desmantellar, é impossivel quasi calcular o ultimo termo dos constantes cheques que tem sido supportando a actividade nacional.

Correio de S. Paulo

20 DE AGOSTO

O mex de Agosto que para S. Paulo significa o jubileo solemne e commemorativo da instituição que veiu nacionalizar o ensino da Jurisprudencia, offerece hoje um contraste pungente: deixou de ser a expressão do jubileo de outoras para se tornar a epoca nefasta do pesado lucto.

Quando inda ha pouco, as letras patrias guardavam andosamente a memoria do philosopho auctor dos Factos do espirito humano e como uma reminiscencia eloquente do notavel escriptor que no Brazil impulsionou o movimento romantico transplantado da Europa — Gonçalves de Magalhães; um outro acontecimento contrastador veiu recordar ao paiz a enorme desventura que colheu de improviso o mais extremo auctor de suas glórias militares, com o passamento do deodado Barroso. A' essas duas memorias duplamente veneradas, ajuntase agora o pesado lucto que sobre S. Paulo pesa em particular, pelo prematuro fallecimento do Dr. J. Augusto de Camargo.

O esforçado mestre deixa impressas em suas produções scientificas, provas inconfessas de um genio laborioso, ao serviço de um dever conscienciosamente comprehendido e desempenhado.

Dedicando-se ao magisterio, revestido da religiosidade que requer o apostolado, e ao mesmo tempo ensinar o curso das idéas encetadas na ordem que professava, todavia compendiou em farta messe o resultado do seu incessante laborar.

Exercendo habilmente o compromisso de mestre, teve adjudicados si as sympathias e affectos de discípulos e collegas, que não regatearam testemunhos de acrysolado devotissimo até pouco antes de ser entregue á cova tumular o seu cadaver.

A posição em que o collocára a estima publica de par com o conceito dos seus concidadãos, transparece nas adhesões unanimemente manifestadas, na posse do pesar commum em torno do seu leito e do seu tumulo.

O Dr. J. Augusto de Camargo foi incanavel em servir ao seu paiz: d'esse affecto nasceu a dedicação simultanea á familia e aos que tinham de receber os ensinamentos do seu pensar e sentir severamente reflectidos.

O Sr. Teixeira Mendes encetou no dia 8 uma serie de conferencias positivistas. O illustre prolector dissertando sobre as mesmas questões que o Director do Positivismo — Sr. M. Lemos, flaha tomado por programma na serie inaugurada no anno passado, foi um evangelista puro e digno de respeito attenção. As tres primeiras conferencias effectuadas successivamente, versaram sobre as tres seguintes theses: — Theoria positiva das Religioes — Theoria da Humanidade — Theoria do Culto. Em uma ordem systematica e logica de idéas, desenvolveu em seguida as theses que naturalmente se filiam a estes trepontos culminantes da doctrina, pondo remate com a ultima preleção de hontem, a sua nobilissima tarefa de propagandista convicto e convincente.

(Do nosso correspondente.)

O MUNDO PELO TELEGRAPHO

America do Sul

Buenos-Ayres, 8 de Agosto

O Ministro dos Negocios Estrangeiros, conferenciou com o Ministro brasileiro, o Sr. Godin, e mandou fallar que o governo da republica está disposto a aceitar o arbitramento, como meio de resolver a questão das Missões.

O Sr. Plaza lembrou o tribunal suizo dos Estados-Unidos e o conselho federal da Suissa, os a escolha de arbitros nomeados por ambos os países com poderes de escolherem desempatador.

O governo Argentino parece empilhado em que a questão se resolve por este meio.

Montevideo, 9 de Agosto.

Retornou-se hoje o Barco do Amarrado. Tendo pedido em testamento que se lhe fizesse honras de fúnebre, e ad que em certos fozas carregado por macheteiros; assim se executou, apesar d'isso o Presidente da Republica, Ministerio, Chefe Politico, Ministro Argentino, Secretario e officialidade de todos os ramos da guerra, compareceram ao acto acompanhando a pó o fletorio até ao cemitério e depois em carro até o cemitério. Abi dous bandos de musica militar, mandados pelo Presidente, tocaram marchas fúnebres. As pessadas musicas greças da Cidade, assim como grande multido seguiram tambem o cortejo até a ultima morada. Pronunciaram-se varias discursos. Leção e orações tomaram lucto por esta dia.

(Telegramma recebido pelo Sr. Ministro de Estrangeiros).

Buenos-Ayres, 10 de Agosto

A Capitã de Porto acaba de dar ordem para que os vapores da navegação do Rio da Platta e Uruguay sejam fletidos nas ilhas de Martin Garcia.

Correm as mais variadas opiniões sobre a sorte que vai ter o projecto de fletimento, apresentado ha dias á Camera dos Deputados, para que o governo Argentino proponha um arbitramento ao Conselho dos Mioscos.

Taes opiniões, sem se contradizem absolutamente, offerecem todavia divergencias, que impedem de adoptar qualquer d'ellas. Em todo o caso a Tribuna Nacional, organ governativo, aconselha á Camera que registe semestrate projecto.

Montevideo, 10 de Agosto

Surge nova complicação no conflicto com a Espanha.

O representante d'este paiz manifestou que não assignaria as protocoas das conferencias havidas para se chegar a um accordo, sem que o governo Uruguay a tenha cumprido as suas bases.

Valparaiso, 12 de Agosto

Os chilenos estão devastando o Perú, demparados com alguns rixezes que lhes dão.

As povoações do interior por onde passam, vão sendo incendiadas por elles.

Montevideo, 12 de Agosto

Falheria a fellecia da casa Meek, que se achava em liquidação.

Alguns d'elles attribuiram esse fallecimento á companhia Pastori, o que não tem fundamento algum.

Buenos-Ayres, 14 de Agosto

Acabam de ser presos, á requisição do Presidente do Rio Grande do Sul, dous individuos de nome Saldanha e Ribeiro Lopez, sectores do roubo de assento comiss, praticado ha tempos em Uruguay, e a sua viage.

Seguem brevemente para o Brazil.

Montevideo, 17 de Agosto

O Coronel Tajes acaba de ser nomeado Ministro da Guerra.

Chungos e Sr. Lemos de Alencar, Kalk marcada terça-feira para apresentar na suas credenciaes.

Um Inglietere fozas lançadas no mar dous vapores para o serviço aduaneiro de Buenos-Ayres.

Brazil

Rio de Janeiro, 12 de Agosto

O resultado do 2º escrutinio procedido a 9 do corrente, para Vereadores, foi o seguinte:

Manoel Antonio Vieira, Padre Antonio de Albuquerque Neto, João Gonçalves Torres, Antonio da Silva Neves, Dr. João Augusto do Rego, José Pedro das Neves, Teodoro-Cornelio Augusto Octaviano de Sousa, Comendador de Aquino Penneca, José Candido de Moraes, José Raymundo da Natividade Salustiano, Cury Juvinal do Rego, Dr. José Francisco de Góes Cavalcanti e Manoel Innocencio Mousa da Costa.

Em 1º escrutinio foram eitos os Srs. Dr. Antonio de E. Carneiro da Cunha, Augusto Carlos Vaz de Oliveira e José Osorio de Carqueira. Dos eitos 153 dos lictores e cinco consuetudados.

Rio de Janeiro, 14 de Agosto, ás 11 h. e 15 m. da tarde

Acaba de realizarse no salão da praça uma importante reunião para pro-

Fonte: BIBLIOTECA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE CULTURA (Espírito Santo). A Provincia do Espírito Santo (1882-1889).

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)